UNIVERSIDADE ESTUDAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

EMMANUEL FLAVIO NOIMANN

PROIBIÇÃO, VISIBILIDADE E ESPETACULARIZAÇÃO: AS REPRESENTAÇÕES DO FUTEBOL FEMININO NA REVISTA PLACAR (1970-2000): POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

.

PONTA GROSSA
2026

EMMANUEL FLAVIO NOIMANN

PROIBIÇÃO, VISIBILIDADE E ESPETACULARIZAÇÃO: AS REPRESENTAÇÕES DO FUTEBOL FEMININO NA REVISTA PLACAR (1970-2000): POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ensino de História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Ensino de História.

Orientador(a): Prof. Dr. Marco A. Stancik

PONTA GROSSA

2026

Noimann, Emmanuel Flavio
N782 Proibição, visibilidade e espetacularização: as representações do futebol feminino na revista *Placar* (1970-2000) - possibilidades para o Ensino de História / Emmanuel Flavio Noimann. Ponta Grossa, 2026.
174 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Stancik.

1. Ensino de história. 2. Futebol feminino. 3. Revista Placar. 4. Representações. 5. Gênero. I. Stancik, Marco Antonio. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ensino de História. III.T.

CDD: 907

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos- CRB9/986

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - https://uepg.br

TERMO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

EMMANUEL FLÁVIO NOIMANN

"PROIBIÇÃO, VISIBILIDADE E ESPETACULARIZAÇÃO: AS REPRESENTAÇÕES DO FUTEBOL FEMININO NA REVISTA PLACAR (1970-2000): POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA."

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 03 de setembro de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCO ANTONIO STANCIK
Data: 03/09/2026 18:59:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Marco Antonio Stancik
Presidente - UEPG

gov.br Documento assinado digitalmente
ANA FLAVIA BRAUN VIEIRA
Data: 04/09/2026 08:12:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Ana Flávia Braun Vieira
Membro - UEPG

Profa. Dra. Camila Jansen de Mello de Santana
Membro - UEPG

gov.br Documento assinado digitalmente
CAMILA JANSEN DE MELLO DE SANTANA
Data: 09/09/2026 14:09:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha família, Letícia Hass e Henrique Hass Noimann, pela paciência e pelo apoio incondicional. Sem vocês, nada seria possível.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Marco Antônio Stancik, pela paciência, pela prestatividade, pelas correções e por aceitar, mesmo em minha dificuldade em escrever a dissertação. Gratidão, grande mestre!

Agradeço à Eliana Ribeiro, que me acompanha desde 2018, que sempre me incentiva a ir o mais longe possível.

Agradeço a Deus por ter me dado um pai que, mesmo não estando mais presente entre nós, sempre estará em minha memória.

Aos meus sogros que me apoiaram desde a faculdade. Em especial o Maurício Hass que, mesmo sendo corinthiano, acompanha minha trajetória e contribuiu diretamente para as minhas discussões em torno do futebol.

Por fim agradeço à minha mãe, padrasto e irmãos. Pela formação, pela caminhada, pela ajuda e pelas histórias que sempre estarão comigo. Em especial à “melhor goleira” que Jaguariaíva já teve, minha mãe.

A incompreensão do presente, nasce fatalmente da ignorância do passado. **Marc Bloch**

RESUMO

NOIMANN, Emmanuel Flavio. **Proibição, visibilidade e espetacularização: as representações do futebol feminino na revista Placar (1970-2000): possibilidades para o ensino de História.** Orientador: Marco A. Stancik. Ponta Grossa, 2026. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

A presente dissertação analisa as representações do futebol feminino na revista *Placar* entre as décadas de 1970 a 1990, buscando compreender como o periódico abordou a modalidade no período. O estudo toma como referência a reconfiguração da modalidade, com o fim da proibição legal de sua prática no ano de 1979, e sua posterior regulamentação em 1983. Metodologicamente, foram adotados procedimentos quantitativos e qualitativos. No plano quantitativo, realizou-se o levantamento de menções ao futebol feminino, presentes na versão digital da revista. No plano qualitativo, a partir da História Cultural emprega-se o conceito de representação de Roger Chartier, articulado às contribuições de Pierre Bourdieu sobre poder simbólico para analisar silenciamentos, intenções editoriais, disputas e hierarquizações presentes no periódico. Os resultados indicam que as representações do futebol feminino sofreram significativas transformações ao longo do período analisado: na década de 1970, pouca visibilidade e questionamentos à proibição legal; na década de 1980, maior visibilidade associada à regulamentação, entretanto constrói um modelo de feminilidade na apresentação da modalidade; e, na década de 1990, consolidação da modalidade, ao mesmo tempo caracterizada pela sexualização feminina vinculada a mudanças editoriais e mercadológicas. Como produto educacional desenvolve-se um *blog*, destinado a orientar professores na realização de uma oficina temática fundamentada na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), utilizando a imprensa como fonte histórica para estimular a análise documental, a investigação coletiva e a construção colaborativa do conhecimento acerca das relações de gênero no futebol.

Palavras-chave: Ensino de História. Futebol feminino. Revista Placar. Representações. Gênero.

ABSTRACT

NOIMANN, Emmanuel Flavio. ***Prohibition, visibility and spectacularization: representations of women's football in Placar magazine (1970–2000): possibilities for History teaching*.** Advisor: Marco A. Stancik. Ponta Grossa, 2026. Master's Dissertation (Master in History Teaching) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

This dissertation analyzes the representations of women's football in *Placar* magazine between the 1970s and 1990s, seeking to understand how the periodical approached the sport during this period. The study takes as a reference the reconfiguration of the sport, following the end of its legal prohibition in 1979 and its subsequent regulation in 1983. Methodologically, both quantitative and qualitative procedures were adopted. On the quantitative level, a survey of mentions of women's football in the digital version of the magazine was conducted. On the qualitative level, drawing from Cultural History, the study employs Roger Chartier's concept of representation, articulated with Pierre Bourdieu's contributions on symbolic power, to analyze the silences, editorial intentions, disputes, and hierarchies present in the periodical. The results indicate that the representations of women's football underwent significant transformations throughout the analyzed period: in the 1970s, low visibility and questioning of the legal ban; in the 1980s, increased visibility associated with regulation, which, however, constructed a model of femininity in the presentation of the sport; and, in the 1990s, the consolidation of the sport, characterized simultaneously by female sexualization linked to editorial and market changes. As an educational product, a blog was developed, designed to guide teachers in conducting a thematic workshop based on Problem-Based Learning (PBL), using the press as a historical source to stimulate document analysis, collective investigation, and the collaborative construction of knowledge regarding gender relations in football.

Keywords: History teaching. Women's football. *Placar* magazine. Representations. Gender.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da primeira edição da revista *Placa*r (20/03/1970) 24
Figura 2 – “A volta dos deuses do futebol” 25
Figura 3 – Copilado de capas de Sócrates (1980) 27
Figura 4 – Pelé de cabeça nova 29
Figura 5 – Edmundo. O animal precisa de carinho 31
Figura 6 – Môças defendem direito de jogar bola 49
Figura 7 – A melhor coisa do futebol 55
Figura 8 – Futebol é coisa pra mulher 58
Figura 9 – Futebol é coisa pra mulher 59
Figura 10 – Futebol é pra mulher 63
Figura 11 – Futebol é pra mulher 64
Figura 12 – Futebol é pra mulher 66
Figura 13 – “As mulheres atacam” 69
Figura 14 – “As mulheres atacam” 70
Figura 15 – Minha Opinião 74
Figura 16 – Sem Pulo: Bola (também) é para mulher 75
Figura 17 – A mulher entra em campo 79
Figura 18 – A mulher entra em campo 80
Figura 19 – “A Bela” 83
Figura 20 – “As feras” 84
Figura 21 – Vandira 87
Figura 22 – O charme vai a campo 89
Figura 23 – O charme vai a campo 90
Figura 24 – O charme vai a campo 92
Figura 25 – A mulher, no futebol, igualará o homem? 96
Figura 26 – Esporte Total 98
Figura 27 – Conquistando o mundo 101
Figura 28 – Capa da *Placar: Futebol, Sexo e Rock & Roll* (1995) 105
Figura 29 – Homens, chegamos! 107
Figura 30 – Disputa no corpo a corpo 109
Figura 31 – Esquema Amador 112
Figura 32 – O melhor do jogo 113
Figura 33 – Susana Werner. Acredite, ela joga bola! 115

Figura 34 – Capa da Placar n. 1111 (1995).....116
Figura 35 – Capa da Placar n. 1125 (1995).....117
Figura 36 – Valeu, meninas! E agora? 119
Figura 37 – Apresentação do material no blog.....127
Figura 38 – Parte do texto da fundamentação teórica.....130
Figura 39 – História Cultural e Teoria das representações 132
Figura 40 – Diálogo com a BNCC.....134
Figura 41 – Objetivos da Oficina.....136
Figura 42 – Orientações ao professor (recortes do blog).....139
Figura 43 – Copilado de recortes do blog referentes ao 1º encontro.....141
Figura 44 – Copilado de recortes do blog referentes ao 2º encontro.....142
Figura 45 - Recorte do blog referente ao 3º encontro 144
Figura 46 – Recorte do blog referente ao 4º encontro.....145
Figura 47 – Capa do Material Didático 146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
CAPÍTULO 1 – FUTEBOL, HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES 21
1.1 REVISTA *PLACAR* 23
1.2 O INÍCIO DO FUTEBOL BRASILEIRO MODERNO 34
1.3 FUTEBOL FEMININO NO BRASIL 42
CAPÍTULO 2 – REPRESENTAÇÕES DO FUTEBOL FEMININO NA REVISTA *PLACAR* 52
2.1 FUTEBOL FEMININO: PROIBIDO, MAS NÃO INVISÍVEL 53
2.2 REVOGAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E POPULARIZAÇÃO 61
2.3 CONSOLIDAÇÃO DO FUTEBOL FEMININO E A DÉCADA DE 1990 99
CAPÍTULO 3 – FUTEBOL FEMININO COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO 122
3.1 APRESENTAÇÃO E ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR 125
3.1.1 Apresentação do Material 125
3.1.2 Fundamentação Teórica 127
3.1.3 História Cultural e Teoria das Representações 130
3.1.4 Articulação com a BNCC 133
3.1.5 Objetivos da Oficina 135
3.1.5.1 Objetivo geral 135
3.1.5.2 Objetivos específicos 135
3.2 ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR 136
3.3 DESENVOLVIMENTO DA OFICINA 140
3.3.1 1º Encontro 140
3.3.2 2º Encontro 141
3.3.3 3º Encontro 142
3.3.4 4º Encontro 144
3.4 AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES 145
3.5 MATERIAIS DA OFICINA 145
3.5.1 Capa do Material Didático 145
3.5.2 Outros Materiais 146
CONSIDERAÇÕES FINAIS 148
REFERÊNCIAS 150
APÊNDICES 155

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe articular uma reflexão sobre o futebol feminino ao ensino de História, tomando como referência analítica as representações da modalidade nas edições da revista *Placar*, entre os anos de 1970 e 2000, tendo como referência a revogação da proibição oficial do futebol feminino em 1979. A pesquisa parte das renovações historiográficas que ampliam os objetos, fontes e os sujeitos especialmente no campo da História Cultural, reconhecendo a imprensa periódica como espaço privilegiado de produção e circulação de representações sociais. Neste sentido a revista *Placar*, constitui uma importante fonte para analisar discursos, permanências e transformações relacionadas à presença feminina no esporte, permitindo investigar acontecimentos relacionados à modalidade e os sentidos atribuídos às mulheres e ao futebol feminino em diferentes contextos históricos.

Ao abordar o futebol, como objeto de análise histórica, as relações de gênero assumem particular relevância neste trabalho, uma vez que, a modalidade foi historicamente associada à masculinidade e a determinados valores ligados à força, à virilidade, à competitividade. A inserção das mulheres no esporte não se deu de maneira linear e definitiva, sendo marcada por proibições, resistências e disputas pelo reconhecimento da modalidade. Dessa maneira, a história do futebol feminino permite analisar como as relações de gênero atravessam as práticas esportivas e como os significados atribuídos ao feminino e ao masculino são produzidos e transformados historicamente.

Destaca-se que, ao trazer o futebol feminino como objeto para análise histórica, pretende-se articular tal prática com o ensino de História. Parte-se da compreensão de que o ensino da disciplina não se limita apenas à transmissão de conhecimentos sobre o passado, mas envolve a construção de possibilidade de interpretação histórica, a partir de diferentes sujeitos, fontes e experiências. Assim, o futebol feminino permite problematizar relações de gênero, disputas de representações, processos de inclusão e exclusão social, aproximando questões na sociedade e processos históricos mais amplos. Por sua vez, a utilização da revista *Placar* como fonte possibilita que os estudantes sejam colocados em contato com diferentes formas de representação do passado, desenvolvendo a leitura e análise das fontes.

A produção do presente do trabalho, portanto, busca aproximar o conhecimento histórico das práticas de ensino, tomando as representações do futebol feminino na revista *Placar*, um objeto de abordagem didática sobre gênero e esporte. Nesse

sentido, a análise das permanências, transformações, silenciamentos e diferentes formas de representação presentes na revista tem a intenção de contribuir para o ensino de História problematize como determinados sujeitos e experiências foram historicamente representados, assim como que relações de poder são apresentadas nestas representações.

Desse modo, a pesquisa acerca do futebol feminino e suas representações na revista *Placar* entre os anos de 1970 e 2000, não pretende apenas analisar as representações do futebol feminino na imprensa, mas também refletir sobre suas possibilidades como fonte para o desenvolvimento de práticas de ensino que favoreçam a leitura crítica das fontes e a compreensão das relações de gênero em diferentes contextos históricos.

A discussão sobre gênero constitui uma dimensão central para a compreensão do objeto desta pesquisa. Scott (1995) propõe gênero como uma categoria de análise histórica, compreendendo-a não apenas como uma referência de distinção entre homens e mulheres, mas como uma forma de distinguir relações de poder. Assim, as diferenças atribuídas ao masculino e ao feminino são historicamente construídas e participam da organização das relações sociais. Nesse sentido, investigar a presença das mulheres no futebol significa também compreender os processos históricos que determinaram os espaços considerados legítimos para homens e mulheres, bem como as disputas em torno dessas fronteiras.

Contudo é preciso reconhecer que o futebol feminino, durante a escrita desta dissertação, apresenta avanços através da organização de campeonatos nacionais, regularidade de eventos esportivos, formação e profissionalização de times de futebol feminino. Por sua vez, a produção acadêmica sobre o tema, com trabalhos de Goellner (2015), Rial (2013), Bonfim (2019), Rajão Ribeiro (2013) e Rubio (2011), contribui diretamente para a reflexão sobre a participação das mulheres no futebol. Tais considerações influenciam a escrita deste trabalho, uma vez que, a partir do futebol feminino e de sua representação na mídia esportiva, considera-se o papel histórico da mulher em diferentes contextos sociais.

Diante do exposto, a problemática que orienta a pesquisa estabelece-se a partir do seguinte questionamento: como as representações do futebol feminino na revista *Placar*, entre os anos de 1970 e 2000, podem ser mobilizadas como recurso didático para problematizar as relações de gênero no ensino de História?

Diante dessa problemática, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as representações do futebol feminino na revista *Placar*, entre os anos de 1970 e 2000, utilizando como referência a reconfiguração da modalidade a partir de 1979 e articulando essa análise ao campo do ensino de História. Além disso, pretende-se identificar os processos de visibilidade e invisibilização da modalidade no periódico, examinar as transformações discursivas ao longo do tempo e problematizar o uso de fontes midiáticas como recurso didático, especialmente na abordagem das relações de gênero e na promoção de uma aprendizagem histórica crítica e reflexiva.

Como metodologia, a pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e descritiva-qualitativa das fontes documentais presentes na revista *Placar*. Em um primeiro momento, realizou-se o levantamento quantitativo das ocorrências do futebol feminino presentes na revista, utilizando a ferramenta de busca disponibilizada pelo *Google Books*, onde parte das edições do periódico está disponível. Esse levantamento permitiu identificar a frequência das reportagens, os períodos de maior visibilidade e regularidade de determinados temas. Em um segundo momento, realizou-se descrição das fontes e análise qualitativa do conteúdo publicado, considerando títulos, linguagem utilizada, recursos visuais, enquadramentos narrativos e formas de representação atribuídas à modalidade e às mulheres envolvidas no esporte.

Na análise das reportagens utiliza-se como referencial teórico o conceito de representação desenvolvido por Chartier (1991; 2002). Autor ligado à tradição da História Cultural, Chartier, contribui para compreender como diferentes grupos sociais constroem sentidos sobre a realidade e como essas representações estão relacionadas às disputas em determinado contexto histórico. Segundo Chartier (2002, p. 17) “as representações do mundo social assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”. Nessa direção, as reportagens da revista *Placar* não constituem um reflexo direto da realidade, mas são produtos simbólicos atravessados por valores, disputas e relações de poder historicamente situadas.

A partir desta compreensão, delimita-se como tema da pesquisa o futebol enquanto prática social que reflete as contradições, as disputas de poder e representações acerca de um período histórico. O historiador brasileiro Hilário Franco Júnior afirma que “poucos fenômenos culturais contemporâneos possuem a capacidade mobilizadora do futebol” (Franco Júnior, 2007, p. 9). Nesse sentido, a

escolha do futebol, especificamente do futebol feminino, como objeto de pesquisa histórica decorre da capacidade do esporte de articular processos de sociabilidade, produzir pertencimentos coletivos, atuar na formação de identidades e revelar tensões próprias de determinado período histórico.

Segundo Wisnik (2008), o futebol constitui uma forma de representação da sociedade brasileira, revelando tensões, conflitos e identidades que atravessam a vida social. Assim, ao propor o futebol como tema central nesta dissertação, desenvolvida no âmbito do mestrado profissional em Ensino de História, concebemo-lo como ferramenta de discussão, de problematização e compreensão do mundo em que estamos inseridos. Busca-se analisar as relações entre passado e presente e suas continuidades, inerentes ao processo de aprendizagem de História, no qual considera que a compreensão do presente está profundamente vinculada ao conhecimento histórico, para isto recorremos às palavras do historiador Marc Bloch: uma vez que “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (Bloch, 2001, p. 65).

Elias e Dunning (1992) afirmam que os esportes modernos estão relacionados a processos mais amplos da vida social, constituindo-se a partir de normas e comportamentos coletivos e evidenciando que práticas como o futebol também reproduzem e expressam estruturas e hierarquias sociais. É desta maneira que o futebol feminino se torna relevante para a presente dissertação, pois a partir de seu uso didático no ensino de História permite discutir os papéis de gênero, os processos de invisibilização, as lutas por reconhecimento e as transformações ocorridas a partir das práticas esportivas.

Por sua vez, a utilização do gênero como categoria de análise permite aprofundar essa discussão. A investigação das representações do futebol feminino, não trata somente de identificar quando e quantas vezes as mulheres aparecem na revista Placar, mas sim de compreender de que maneira elas são apresentadas, quais características lhes são atribuídas, quais temas são associados à sua presença e quais as diferenças são estabelecidas em relação ao futebol masculino. Dessa maneira, a análise das representações permite observar os discursos sobre feminilidade e masculinidade que são historicamente construídos e como determinados estereótipos são naturalizados ou questionados.

Também o uso do futebol feminino nas aulas de História possibilita o diálogo com perspectivas historiográficas contemporâneas, que valorizam e problematizam

sujeitos historicamente marginalizados, contribuindo para a consciência histórica e o pensamento crítico dos estudantes. Conforme Scott (1995), o gênero constitui uma categoria útil para analisar historicamente as relações de poder. Assim, a modalidade não apenas ilustra determinados conteúdos presentes nos currículos, mas pode construir uma ferramenta analítica que possibilita aos estudantes compreender permanências e rupturas na sociedade brasileira, bem como problematizar as relações sociais que produziram desigualdades entre homens e mulheres.

Cabe destacar que o tensionamento provocado pelas novas abordagens historiográficas produziu perspectivas que valorizam e problematizam a construção do conhecimento histórico. É nesse contexto que o ensino de História incorpora questões ligadas ao cotidiano, como o futebol, apresentando-se como uma possibilidade para aproximação entre os conteúdos históricos e a realidade dos estudantes. Tal tema pode favorecer o engajamento, o diálogo e a curiosidade dos estudantes, especialmente quando articulado à busca pela compreensão das relações entre passado e presente. O futebol, enquanto fenômeno social e cultural brasileiro do século XX, constitui-se dessa maneira, como espaço de construção de memórias coletivas, identidades sociais e disputas de significados.

Historicamente associado a valores masculinizados, o futebol constitui um campo fértil para a análise das disputas simbólicas presentes na sociedade. Sua investigação permite tensionar os limites da historiografia tradicional ao evidenciar sujeitos historicamente marginalizados, suas formas de inserção e as restrições impostas à sua participação em determinados espaços sociais. A história do futebol feminino, portanto, não deve ser compreendida apenas como uma trajetória separada do esporte ou da sociedade brasileira, mas como parte de processos históricos mais amplos relacionados às relações de gênero e às disputas pela ocupação de espaços socialmente associados à masculinidade.

Se o futebol constitui um espaço privilegiado para compreender as estruturas sociais brasileiras, ele também reproduz desigualdades historicamente sedimentadas, entre elas a desigualdade de gênero, expressa na invisibilização das mulheres no universo futebolístico. Nesse sentido, a ausência, a pouca visibilidade ou as formas especificas de representação das mulheres nas páginas da revista também constituem elementos relevantes para a análise histórica. Aquilo que não recebe espaço, assim como aquilo que é reiteradamente apresentado, pode revelar as hierarquias e os valores que atravessam determinado campo social.

Diante da construção do objeto de pesquisa, a permissão do futebol feminino tornou-se ponto de inflexão no levantamento das fontes, considerando aspectos relacionados à proibição, à revogação da legislação proibitiva e à posterior regulamentação da prática, assim como seus reflexos nas décadas seguintes. A revista *Placar* é utilizada, nesse contexto, como fonte para compreender como os discursos sobre gênero e práticas femininas no esporte foram construídos, transformados e difundidos ao longo do período analisado.

Proibida por legislação específica durante boa parte do século XX, a prática do futebol feminino passou por um processo de transformação, sendo revogadas as restrições oficiais, que coincidem com o contexto da abertura política no Brasil. Assim, a trajetória da modalidade revela tensões sociais mais amplas relacionadas à construção dos papéis de gênero e à inserção das mulheres em espaços historicamente masculinizados. A análise desse processo permite compreender que a participação feminina no futebol não dependeu apenas da existência ou revogação de dispositivos legais, mas também esteve relacionada a disputas sociais e simbólicas sobre os lugares atribuídos às mulheres.

Nesse sentido, trabalhar o futebol feminino no ensino de História possibilita discutir não apenas a trajetória da modalidade esportiva, mas também permanências e rupturas nas relações de gênero da sociedade brasileira, permitindo aos estudantes compreender como desigualdades contemporâneas possuem raízes históricas profundas, além da compreensão da multiplicidade de sujeitos e suas relações na História.

Além disso, o uso do futebol feminino como recurso didático contribui diretamente com perspectivas contemporâneas do ensino de História e correntes historiográficas já apresentadas anteriormente. Segundo Cainelli (2021), o ensino de História constitui campo de investigação próprio, articulando historiografia, didática e aprendizagem histórica, exigindo metodologias que aproximem os conteúdos escolares da realidade social dos estudantes. Com base nisso, a proposta deste trabalho em analisar as representações da mulher na revista *Placar*, considerando que diferentes sujeitos estão presentes em nos mais diversos contextos, incluindo o futebol.

No mesmo sentido, o futebol deixa de ser mero elemento ilustrativo ou recurso complementar para assumir o papel de eixo estruturante de problematização histórica, possibilitando ao professor discutir temas como identidade nacional, relações de

poder, gênero, cidadania, exclusão social e disputas por reconhecimento a partir de um objeto profundamente inserido no cotidiano estudantil.

O trabalho com periódicos nos permite refletir sobre o seu uso enquanto fonte para a aprendizagem histórica. Darnton e Roche (2006) compreendem que a imprensa constitui memórias de um tempo, apresentando visões distintas de um mesmo fato e servem como fundamentos para pensar e repensar a História, na medida que os periódicos despontam como agentes históricos e intervêm nos processos sociais e políticos, e não mais como simples elementos acessórios dos acontecimentos.

Do ponto de vista da História Social, Cruz e Peixoto (2007) entendem a imprensa como força social ativa, cuja historicidade se constitui em cada conjuntura estudada. Assim como Darnton e Roche (2006), as autoras reafirmam a necessidade de compreender a imprensa como força ativa na vida moderna, atuando nos modos de vida, perspectivas e formas de consciência histórica.

Assim, entende-se que a imprensa esportiva, enquanto fonte histórica, não constitui um reflexo neutro da realidade, mas um espaço de produção e legitimação de sentidos, no qual se definem papéis sociais, visibilidades e formas de reconhecimento. Desse modo, os discursos presentes nos periódicos são analisados como práticas sociais que participam ativamente da construção das relações de poder no campo esportivo e midiático.

Nesse ponto, torna-se de fundamental importância na escrita desta dissertação a contribuição de Pierre Bourdieu. Segundo o autor, os discursos devem ser analisados considerando o espaço social e o campo no qual são produzidos, pois os agentes, ao ocupar diferentes posições, possibilitam distintas formas de intervenção e legitimação. Nessa direção, em O Poder Simbólico (1989), Bourdieu aponta que o poder simbólico atua na capacidade de produzir e fazer reconhecer determinados sentidos como legítimos. Assim, pode-se compreender que o futebol feminino, ao ser representado pela imprensa, também está ligado às relações de poder que estruturam o campo esportivo e jornalístico.

Em seu livro Sobre a televisão, Bourdieu (1997), também contribui para o entendimento de como os mecanismos presentes na produção jornalística, como formas de seleção e hierarquização, também interferem naquilo que alcança visibilidade pública. Ao escolher determinados acontecimentos que serão destacados, os sujeitos que receberão espaço e quais temas serão considerados relevantes, são

fundamentais para análise de fontes jornalísticas. Nesse sentido, ao trazer a revista *Placar*, como fonte de análise histórica, precisamos considerar que a presença ou ausência do futebol feminino em suas páginas não é aleatória, estando relacionada diretamente com a produção jornalística, às escolhas editoriais e às relações existentes no campo esportivo e midiático.

Ainda sobre Bourdieu, sua análise também permite compreender que o campo jornalístico estabelece aquilo que pode ou não adquirir visibilidade e legitimidade. Segundo o autor “a razão de ser de um discurso [...] reside no lugar socialmente definido a partir do qual ele é proferido” (Bourdieu, 1983, p. 173). Dessa maneira, a análise de um determinado periódico não deve estar centrada apenas naquilo que está exposto, mas também considerar condições sociais e simbólicas que determinados discursos são produzidos, públicos e reconhecidos em um determinado contexto histórico.

Nesse sentido, a análise da *Placar* considera os diferentes discursos produzidos sobre o futebol feminino, buscando identificar o contexto histórico em que a revista aborda o futebol feminino, assim como as formas que ele está sendo representado. Considera-se também os silenciamentos e ausências presentes nas diferentes fontes, uma vez que a escolha de determinadas características para representar as jogadoras também constituem elementos que podem ser problematizados historicamente.

Assim sendo, no que se refere ao uso de periódicos como fonte histórica, parte-se do pressuposto de que a imprensa não apenas registra acontecimentos, mas participa ativamente da produção de discursos e representações sociais, permitindo problematizar relações de gênero, conflitos sociais e os sentidos atribuídos ao esporte em determinados contextos históricos (Luca, 2005). Dessa forma, entende-se que a revista *Placar* ocupa um local relevante nas representações sobre o futebol brasileiro, seus sujeitos e valores associados à prática esportiva na sociedade brasileira.

Se os periódicos não podem ser tratados como espelhos neutros da realidade, mas sim como construções históricas e discursivas situadas, se faz necessário compreender o funcionamento pelos quais os discursos são produzidos e socialmente legitimados. Nesse sentido, a análise da imprensa exige ultrapassar a leitura puramente informativa de seus conteúdos, atentando para os processos simbólicos e sociais que estruturam a produção jornalística.

Pierre Bourdieu (1983) defende que se faz necessário identificar a estrutura e a constituição do grupo no qual o discurso está inserido, além das relações simbólicas. Como por exemplo podemos dizer quem pode falar ou não pode falar, os silenciamentos ou censura, a linguagem entre outros aspectos. Segundo ele:

> A razão de ser de um discurso [...] reside no lugar socialmente definido a partir do qual ele é proferido, isto é, nas propriedades pertinentes de uma posição no campo das relações de classe ou num campo particular [...] cada campo traça os limites entre o dizível e o indizível (ou inominável), que é o que propriamente o define. A forma e o conteúdo do discurso dependem, pois da capacidade de exprimir os interesses expressivos ligados a uma disposição dentro dos limites da censura tal como ela se impõe ao ocupante dessa posição, isto é, nas formas requeridas. (Bourdieu, 1983, p. 173-174).

A contribuição de Bourdieu mostra-se fundamental, uma vez que permite compreender o campo jornalístico como espaço de disputas simbólicas no qual determinados temas adquirem legitimidade, enquanto outros permanecem marginalizados ou silenciados. Dessa maneira, ao analisar um periódico, não se investiga apenas o que foi dito, mas também as condições que permitiram que determinado discurso fosse produzido e legitimado em dado contexto histórico.

Corrobora com esta perspectiva Fairclough (2001), ao apontar que o discurso deve ser compreendido como prática social, de modo que mudanças discursivas evidenciam transformações na própria sociedade. Assim, ao analisarmos periódicos como fonte histórica, devemos considerar o momento histórico, os poderes envolvidos no instante da escrita e os interesses que atravessam a produção discursiva.

Nesse sentido, o discurso presente nos periódicos além de refletir o mundo social, participa ativamente na sua constituição, moldando percepções, interpretações e representações sobre a realidade social. Ao tratar da ideologia, conjunto de ideias que orientam as ações de agentes sociais, Ricoeur (2012) destaca que a mesma atua como mecanismo de construção de sentido, por meio do qual grupos sociais produzem representações de si mesmos e do mundo social, selecionando, organizando e por vezes distorcendo aspectos da realidade. Essa formulação nos permite compreender que o discurso jornalístico, não descreve apenas os fatos, mas constroem uma narrativa, enquadrando e selecionando dados que atribuem sentido aos acontecimentos narrados.

Nesse processo, a construção da notícia envolve operações de seleção, enquadramento e hierarquização que revelam posicionamentos ideológicos e estratégias narrativas. A escolha de determinados acontecimentos, o espaço concedido a certas pautas, a linguagem mobilizada, o tom da abordagem e a

recorrência de certos temas em detrimento de outros constituem elementos fundamentais para a análise historiográfica da imprensa.

Para além do que está exposto, os silenciamentos também são parte da construção da notícia, configurando-se como elemento analítico central, uma vez aquilo que não é dito ou omitido estabelece uma marginalidade acerca do discurso, revelando aspectos da narrativa, da mesma forma daquilo que foi explicitamente enunciado. Como aponta Bourdieu (1983), os limites entre o dizível e o indizível constituem parte essencial das estruturas simbólicas de um campo social.

Além da dimensão textual, faz-se necessário considerar que a narrativa jornalística é também construída por elementos gráficos e visuais, que atuam na produção de sentidos e representações. Manchetes, fotografias, legendas, diagramação e recursos imagéticos não apenas ilustram o texto escrito, mas participam ativamente da elaboração discursiva do periódico, reforçando enquadramentos e orientando leituras possíveis da notícia.

Neste cenário, a análise da atuação da imprensa, deve-se considerar sua prática discursiva complexa, presente no periódico, levando em consideração texto, imagem, escolhas editoriais, silenciamentos que articulam-se acerca da produção de representações sobre a realidade social. Tal compreensão mostra-se central para esta pesquisa, uma vez que a investigação acerca da revista *Placar* exige identificar não apenas os conteúdos explícitos de suas reportagens sobre futebol feminino, mas também os enquadramentos simbólicos, os silenciamentos e as estratégias discursivas mobilizadas pelo periódico na construção de suas narrativas sobre a modalidade.

Em conformidade com a proposta do programa profissional em Ensino de História, o caráter propositivo deste trabalho visa como produto educacional uma oficina pedagógica, acessível para professores e estudantes através de um *blogger*, disponibilizado no endereço: https://oficinafutebolfeminino.blogspot.com/, onde o professor encontrará orientações sobre o material, as sugestões para os encontros da oficina, assim como materiais a serem trabalhados com o público-alvo. Destaca-se que a oficina está estruturada na metodologia ativa Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), onde sua intencionalidade será descrita ao longo do texto. Nesse sentido o material desenvolvido tem como objetivo, utilizar periódicos como fontes históricas, para retratar temas e contextos da história do Brasil, estimulando a leitura crítica das fontes jornalísticas a partir da problematização de questões políticas,

sociais, relações de gênero, para a formação de uma consciência histórica crítica e socialmente situada.

Abordadas a temática, as fontes e o material didático proposto, nas próximas páginas o leitor encontrará nesta dissertação a partir do capítulo 1 a apresentação da prática do futebol feminino e da revista Placar. No capítulo 2 discute-se o futebol feminino enquanto um objeto de análise historiográfica. E, por fim, no capítulo 3 haverá a apresentação do material didático.

CAPÍTULO 1 - REVISTA PLACAR, FUTEBOL E FUTEBOL FEMININO

No presente capítulo, o leitor encontrará as discussões referentes à construção do objeto de pesquisa. Primeiramente, será abordada a trajetória da revista *Placar*, utilizada como fonte para interpretar as implicações decorrentes da revogação da proibição da prática do futebol por mulheres. Compreende-se que a produção e circulação da imprensa periódica não constitui um espaço de neutralidade, onde os acontecimentos ali registrados revelam as disputas e representações sobre a sociedade.

Entretanto, para atender à intencionalidade desta pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História, que consiste em utilizar o futebol como ferramenta de diálogo pedagógico, considera-se fundamental abordar elementos que constituem a trajetória inicial do esporte no Brasil, uma vez que o futebol se tornou um dos principais símbolos nacionais, especialmente em razão de sua ampla circulação e apropriação pelos meios de comunicação. Nesse sentido, compreender historicamente a constituição do futebol como fenômeno social permite problematizar os significados atribuídos ao esporte e às diferentes pessoas que dele participam.

Por fim, a última seção abordará o contexto que antecede o foco principal da pesquisa: o futebol feminino. Justifica-se tal abordagem porque se concebe o futebol como um campo de conflitos, construções simbólicas e hierarquizações de gênero. Nessa direção, o esporte representa um espaço no qual se apresentam discursos, valores e relações de poder que permeiam a sociedade brasileira, entre eles as desigualdades de gênero e as formas de controle e representação do corpo feminino.

Reforça-se, portanto, que a finalidade é abordar a temática futebol feminino nas aulas de História, cuja escolha da revista *Placar* como fonte, justifica-se pela relevância do periódico na cobertura esportiva brasileira, pois “foi ao longo dos anos, de certo modo, um catalisador dos anseios e câmbios sociais, […] descrevendo-os e sendo influenciada pelos contextos das diferentes épocas” (Leal; Mesquita, 2021). Assim, a revista torna-se aliada da intencionalidade didática, na abordagem deste tema.

Reforça-se, portanto, que a finalidade desta pesquisa é abordar a temática do futebol feminino nas aulas de História. A escolha da revista *Placar* como fonte justifica-se pela relevância do periódico na cobertura esportiva brasileira, pois, segundo Leal e Mesquita (2021), a publicação foi, ao longo dos anos, de certo modo, um catalisador dos anseios e das mudanças sociais, descrevendo-os e, simultaneamente, sendo

influenciada pelos contextos de diferentes épocas. Assim, a revista torna-se aliada da intencionalidade didática da pesquisa, possibilitando problematizar como diferentes sujeitos, acontecimentos e relações sociais foram representados ao longo do tempo.

O uso do periódico também se notabiliza pelo caráter militante da revista, principalmente durante o regime militar, desafiando os órgãos de fiscalização e censura midiática, conforme afirma Rocha (2014), a revista (*Placar*), “associava o futebol à identidade nacional, sendo instrumento de mobilização política e redemocratização no Brasil” (Rocha, 2014), onde ele tem grande potencial para interpretar o contexto proposto pelo trabalho.

O uso do periódico também se notabiliza pelo caráter militante da revista em determinados momentos de sua trajetória, principalmente durante o regime militar, quando desafiou órgãos de fiscalização e censura da imprensa. Conforme afirma Rocha (2014), a *Placar* associava o futebol à identidade nacional e constituía-se como instrumento de mobilização política e de redemocratização no Brasil. Tal característica amplia seu potencial como fonte histórica, pois permite analisar não apenas os acontecimentos esportivos, mas também as disputas políticas, sociais e simbólicas presentes no período.

Nesse sentido, a imprensa pode ser compreendida como um espaço de produção de representações sobre a realidade. Segundo Bourdieu (1997), o campo jornalístico encontra-se submetido a diferentes interesses, entre eles as pressões econômicas, a concorrência e as próprias regras de funcionamento do campo jornalístico. Isso significa que aquilo que chega ao leitor não corresponde a reprodução de acontecimentos, mas sim é resultado de um processo de seleção, enquadramento e produção simbólica. Tal perspectiva orienta as etapas da presente pesquisa, pois permite compreender de que maneira as representações do futebol feminino são publicadas pela Placar também participaram na construção do espaço da mulher no esporte.

Além da discussão proposta na dissertação, considera-se que o produto educacional proposto sugere uma leitura por parte dos estudantes, orientado pelo docente adotante do material, sobre as trajetórias do início do futebol no Brasil, do futebol feminino considerando principalmente os aspectos do fim da proibição e da regulamentação do esporte e da revista *Placar* (Noimann, 2026). A intencionalidade com tal proposta é articular o uso dos periódicos como fontes históricas, utilizando o

futebol feminino para compreender a desigualdade de gênero presentes na sociedade de maneira geral.

Além da discussão proposta na dissertação, considera-se que o produto educacional desenvolvido sugere uma leitura, por parte dos estudantes e sob orientação do docente que adotar o material, acerca das trajetórias do futebol no Brasil, do futebol feminino — considerando principalmente os aspectos relacionados ao fim da proibição e à regulamentação da modalidade — e da revista *Placar* (Noimann, 2026). A intencionalidade dessa proposta é articular o uso dos periódicos como fontes históricas, utilizando o futebol feminino para compreender as desigualdades de gênero presentes na sociedade de maneira mais ampla. Dessa forma, pretende-se que os estudantes não apenas conheçam acontecimentos relacionados ao futebol feminino, mas sejam capazes de questionar os discursos, valores e relações de poder que contribuíram historicamente para a exclusão ou a marginalização das mulheres nesse espaço.

1.1 REVISTA PLACAR

Idealizada por Victor Civita, proprietário da Editora Abril, a revista foi gestada durante aproximadamente vinte anos e tinha como objetivo inicial modernizar a cobertura do futebol no Brasil. A *Placar* constitui um dos periódicos mais longevos da imprensa esportiva brasileira e é apontada como um dos mais importantes veículos da imprensa esportiva brasileira (Ribeiro, 2007).

Atravessando diferentes gerações de torcedores, sua história é lembrada pela relação política e futebol, mas também pela contribuição para a modernização da cobertura esportiva no país (Schatz, 2015; Saldanha, 2009). Contudo, nas últimas décadas a revista sofreu com os efeitos da crise que atingiu os periódicos escritos, uma vez que com o advento da internet e novos modelos de consumo da informação, a imprensa periódica passou por uma perda significativa de leitores. Assim, a *Placar* buscou reinventar-se como produto jornalístico, modificando seu perfil editorial ao longo das décadas, em busca de uma viabilidade comercial e atração de novos públicos. (Rocco Jr.; Belmonte, 2014).

Sobre sua origem, a revista, de certo modo, já nasce politizada, dando voz a personagens polêmicos e apresentando críticas ao esporte nacional. Como aponta Ribeiro (2008), destinava-se a leitores interessados em reportagens mais elaboradas. Sua primeira edição foi publicada em 20 de março de 1970, poucos meses após a

assinatura da Lei nº 1.077, pelo presidente e ditador Emílio Garrastazu Médici, que legalizava a censura prévia a livros, revistas e meios de comunicação. A Figura 1 retrata a primeira capa da revista *Placar*.

Figura 1 – Capa da primeira edição da revista *Placa*r (20/03/1970**)**



Fonte: PLACAR. São Paulo: Editora Abril, ano 1, n. 1, 20 mar. 1970. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em: 20 jun. 2026.

Mesmo o decreto limitando a atuação da imprensa, a *Placar* não foi de fato censurada nos primeiros anos, mesmo assim a revista evitava confrontos diretos com o poder político da época e, em diferentes momentos, aproximou-se do discurso nacionalista do regime, contribuindo para a associação do sucesso da Seleção Brasileira de Futebol, com a conquista da Copa do Mundo de 1970, às ideias de progresso e unidade nacional (Leal; Mesquita, 2021; Drumond, 2009).

Na figura 2, destaca-se a reportagem presente na edição de nº 16 de 3 de julho de 1970, dedicado ao retorno da seleção brasileira, após a conquista da Copa do Mundo de 1970, realizada no México pela FIFA (Federação Internacional de Futebol). Nas páginas verifica-se o presidente do Brasil à época, Emílio Garrastazu Médici segurando a Jules Rimet, troféu que simbolizava a conquista do mundial pela Seleção Brasileira.

Figura 2 – “A volta dos deuses do futebol”



A VOLTA DOS DEUSES DO FUTEBOL /Continuação

Pelé em Brasília, com um sorriso nos lábios e a deusa nas mãos.

Medici, o presidente do melhor e mais bonito futebol do mundo.

MINAS
A FESTA QUE UNIU O ATLÉTICO AO CRUZEIRO

Tostão e Dario, com orgulho.

PÔRTO ALEGRE
UM TRONO PARA O HUMILDE EVERALDO

Fontana, Brito, Pelé e Paulo César, quatro campeões cheios de alegria, jogando ao povo o que o povo merece: flôres.

Everaldo, sua filha, sua espôsa, sua mãe e seu trono de rei.

Fonte: PLACAR. São Paulo: Editora Abril, ano 1, n. 1, 20 mar. 1970. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em: 23 jul. 2026.

Ao colocar o presidente segurando o troféu, a revista o apresenta como protagonista da celebração, deslocando o mérito esportivo para o campo político. Dessa forma, a publicação contribui com a intencionalidade do regime: vincular o

tricampeonato mundial ao discurso nacionalista oficial, reforçando uma determinada representação de unidade nacional.

Assim, a figura 2 corrobora com o exposto, de que a revista, nesse momento, estabeleceu relações com o discurso do regime vigente, utilizando o futebol na construção de um discurso nacionalista. Evidencia-se, desse modo, que o esporte, durante esse período, constitui também um espaço de disputas políticas e simbólicas durante o regime militar.

Embora o foco principal da pesquisa não se concentre em aspectos políticos que atravessam as edições da revista *Placar*, tal perspectiva torna-se fundamental para a interpretação dos periódicos como fontes históricas. Nesse sentido, a revista não apenas registra acontecimentos esportivos, mas também participa da produção de sentidos sobre esses acontecimentos. Corrobora para o nosso entendimento sobre o tema Bourdieu (1997), onde segundo o autor os meios de comunicação atuam dentro de condições específicas de produção, marcadas por interesses econômicos, critérios de seleção e relações de concorrência. Assim, a análise da revista exige considerar tanto aquilo que é apresentado quanto as formas pelas quais os sujeitos e acontecimentos são enquadrados.

Mais adiante, entre o final da década de 1970 e os anos iniciais da década de 1990, a *Placar* viveu seu período de maior prestígio editorial, consolidando-se como referência no jornalismo esportivo brasileiro. Nesse período, publicou edições mais robustas e reportagens de denúncia sobre estruturas de poder no futebol, corrupção ligada ao esporte e relações trabalhistas dos jogadores. O periódico destacou-se não apenas pelas vendas, mas também pela proposta editorial militante (Leal; Mesquita, 2021).

De certa forma, tal postura teve como um de seus principais responsáveis Juca Kfouri, editor-chefe da *Placar* durante os anos 1980 e parte dos anos 1990. No documentário *Placar*, *a revista militante*, Kfouri afirma que de fato compreendia a revista como uma forma de combater o regime e que utilizava diferentes estratégias gráficas e de linguagem para afrontar o regime. Aproveitando-se do fato de que a censura aos periódicos esportivos era, em determinados momentos, menos rigorosa, a revista deu espaço a personagens e movimentos que se posicionavam criticamente diante do regime, como Dom Evaristo Arns, o jogador Afonsinho — que associou a Lei do Passe às relações de exploração dos jogadores brasileiros — e movimentos mais amplos, como a Democracia Corinthiana.

Para ilustrar tal consideração, o compilado de capas da revista apresentado na figura 3, todas na década de 1980, destaca Sócrates, um dos principais personagens da Democracia Corinthiana. O movimento ganhou projeção na revista à sua época devido e constituiu uma experiência relevante de articulação entre futebol e política durante o processo de abertura do regime militar. Sócrates também foi um dos agentes esportivos mais relevantes naquele contexto, sendo inclusive fichado e vigiado pelos órgãos de repressão.

A expressão “Democracia Corinthiana”, associada ao editor-chefe da revista, Juca Kfouri, e ao publicitário Washington Olivetto, designava um movimento de jogadores que ultrapassou o campo estritamente esportivo e assumiu uma dimensão política. A participação dos jogadores nas decisões relacionadas ao funcionamento do clube refletia, naquele contexto, demandas mais amplas por liberdade e democracia.

Figura 3 – Compilado de capas de Sócrates (1980)



Fonte: Elaborado pelo autor (2026), a partir de PLACAR. São Paulo: Editora Abril, 1982–1984. Disponível em: https://books.google.com/. Acesso em: 23 jul. 2026.

Nesse sentido, a revista evidencia estar distante de uma suposta neutralidade atribuída aos periódicos. Ela representa determinados anseios sociais e estabelece diálogo com seus leitores acerca das questões que envolvem determinado contexto histórico. Conforme afirma Schatz:

> Diante das transformações políticas, no fim do período da Ditadura Militar no Brasil, Placar voltou a mostrar que futebol e política tinham espaço para andar de mãos dadas, sim. No cenário em que "o futebol revelou formas de manifestação por democracia nos estádios com faixas que clamavam por anistia, no discurso de alguns atletas sobre as eleições" (Schatz, 2015, p. 178)

Corrobora para esta compreensão a perspectiva de Bourdieu (1997), segundo qual o campo jornalístico participa das disputas pela definição daquilo que será reconhecido como relevante no espaço público. Assim, a imprensa não apenas transmite informações, mas participa da construção de representações sociais. Especificamente na Placar, a seleção de determinados personagens, acontecimentos e discursos demonstra que a revista atuava na construção de sentidos sobre o futebol e suas relações políticas com a sociedade.

Na mesma direção, a Figura 4 apresenta uma das capas mais emblemáticas da *Placar*, com Edson Arantes do Nascimento, Pelé. A edição nº 726 de 20 de abril de 1984, apresenta o jogador brasileiro, tricampeão mundial, vestindo a camisa amarela com a inscrição "Diretas Já", importante movimento pela democratização do Brasil. A Placar estampou em sua capa um dos mais conhecidos jogadores de futebol do país associado a uma pauta política daquele momento. Cabe ressaltar que Pelé, em diferentes momentos, manteve uma relação mais distante com manifestações políticas, sendo posteriormente criticado pelo silêncio diante da ditadura brasileira.

Figura 4 – Pelé de cabeça nova



Fonte: PLACAR. São Paulo: Editora Abril, ano 14, n. 726, 20 abr. 1984. Capa. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em: 21 jun. 2026.

No interstício entre abertura política e redemocratização, a revista inseria-se numa profunda crise econômica que atingia o país. A sucessão de planos econômicos que fracassaram ao longo dos anos de 1980 a 1990 corroeu significativamente o poder de compra dos brasileiros, em meio a elevados índices de inflação (Giambiagi et al., 2016). A crise afetou diretamente os hábitos de consumo cultural do brasileiro, tendo efeitos no mercado editorial. Nesse cenário a revista *Placar* precisou adaptar suas

estratégias editoriais, tornando-se temática e de periodicidade mensal, adaptando-se a crescente instabilidade econômica brasileira.

É importante salientarmos que, em diferentes momentos, a revista esteve “às portas para o encerramento de suas atividades” (Coelho, 2011, p. 98). De certo modo a revista nunca foi lucrativa, mantida pela filosofia de Victor Civita: “o pato paga” (Mira, 2001, p. 60), termo utilizado em referência à revista em quadrinhos *Pato Donald*, lançada em 1950 pela Editora Abril, sucesso em vendas e lucro.

Ribeiro (2008) destaca que a revista enfrentava queda nas vendas ao final da década de 1980, adotando versões mais sensacionalistas e diferentes estratégias gráficas com o objetivo de baratear o custo da operação e salvar a revista da falência. Nesse cenário, a revista adotou periodicidade mensal, a reduziu o número de jornalistas e edições temáticas, com o objetivo de atrair novos leitores. A nova versão da revista adotou o título de *Placar: todos os esportes*, inspirada na *Sported Ilustred*, cujo objetivo era cobrir um maior número de esportes. Entretanto a proposta não teve adesão como o esperado, uma vez que os leitores eram atraídos majoritariamente pela cobertura jornalística ligada ao futebol.

Também é preciso considerar que a revista acompanhava a dinâmica social e econômica do país. No cenário de transição política, as heranças estruturais do regime militar são visíveis, como a concentração de renda, o baixo consumo, a desigualdade social, e insuficiência de investimentos sociais (Carvalho, 2021; Sader, 1990). Assim, considera-se que a queda nas vendas não está ligada apenas ao desinteresse dos leitores, mas também ao contexto econômico brasileiro que atingia a imprensa, e, em especial, a *Placar,* cuja situação financeira era frágil.

Nos anos seguintes, o cenário econômico – marcado pelo controle da inflação e pela estabilidade proporcionada pelo Plano Real, a partir de 1994 – e o contexto esportivo, principalmente pela conquista do tetracampeonato mundial, levaram a editora a apostar em uma reformulação editorial a partir de 1995. O foco editorial continuava sendo o futebol, mas agora mais voltado ao entretenimento e com pautas festivas. Assim na década de 1990, a revista passou por uma nova configuração editorial, adotando a nomenclatura de *Placar: sexo, futebol e Rock and Roll*:

> Quando surgiu o novo projeto Placar Futebol, Sexo e Rock & Roll, espécie de versão masculina da Capricho e sucesso de vendas, atingindo 250 mil cópias mensais. No conteúdo, todavia, afastava-se do jornalismo que lhe deu fama. O período foi apontado como ligado ao entretenimento (Rocco Junior; Belmonte, 2014) e à objetificação das mulheres em várias instâncias (Salvini; Marchi Júnior, 2016; Leal, 2020) (Leal; Mesquita, 2021, p. 26)

A mudança de postura da revista pode ser vista na Figura 5, cuja capa da edição de nº 1102, a primeira da nova *Placar: Futebol, Sexo e Rock and Roll* apresenta mudanças visíveis como: fotografia em estúdio e desing moderno, adequado aos padrões gráficos das revistas da editora, buscando ter competitividade no mercado.

Figura 5 – Edmundo. O animal precisa de carinh**o**



Fonte: PLACAR. *Placar: Futebol, Sexo e Rock & Roll*. São Paulo: Editora Abril, n. 1102, abr. 1995. Disponível em https://books.google.com.br. Acesso em: 23 jun. 2026.

Segundo Saldanha (2009) havia um forte interesse da revista em transformar o futebol em algo moderno, ciente de sua importância para o futebol brasileiro. Para isso adotou uma agressiva campanha publicitária, projetos gráficos revolucionários,

abordagem mais sexualizada, aproximando-se dos modelos das revistas de comportamento e adotando, inclusive, o modelo de vendas por assinatura:

> Percebe-se uma mudança no modo de retratar os personagens do futebol. As imagens das ilustrações com traços limitados ou de atletas em ação, no campo, chutando a bola, comemorando um gol com os companheiros e/ou a torcida, dão lugar a fotografias no estúdio. Fotógrafos como J. R. Duran (famoso por suas premiadas produções na *Playboy*), ganham espaço no novo contexto, em que a tensão ou alegria extrema no rosto dos esportistas cedem lugares às poses e aos gestos calculados. Saldanha (2009), ressalta que a representação de futebol moderno que se produz na Placar, gira em torno de três eixos principais: 1) a gestão moderna; 2) o torcedor moderno; e 3) o jogador moderno. (Leal; Mesquista, 2021, p. 26)

De maneira direta, a mudança apresentada pela revista possui relevância para o presente trabalho, uma vez que as representações nela apresentadas, inserem-se em relações sociais mais amplas. Nesse sentido, a utilização do corpo feminino com um viés comercial permite problematizar a dimensão de gênero presente na imprensa esportiva. Portanto, não se trata apenas de observar a presença das mulheres na revista Placar, mas também de investigar como seus corpos, comportamentos e identidades foram enquadrados por uma lógica predominantemente masculina.

Segundo Bourdieu (1999), determinadas representações tendem a naturalizar hierarquias entre homens e mulheres. Assim, a dominação simbólica não se apresenta através de mecanismos explícitos de coerção, mas também opera através de classificações e representações onde determinadas posições sociais são naturalizadas. Desta maneira, a sexualização do corpo feminino pode ser compreendida como parte de um sistema simbólico no qual os valores associados à masculinidade são centrais, definidos a partir de critérios de valorização e visibilidade.

Como ressaltam Leal e Mesquita (2021), tal operação, a tentativa de modernização gráfica, tornou-se demasiadamente cara para um periódico esportivo, sendo o modelo descontinuado em 1999. Entretanto, a partir dos anos 2000, sobretudo na década de 2010, a crise do jornalismo imprenso, também atinge a revista. A reconfiguração estrutural da produção e circulação das notícias principalmente pelo advento da internet, das redes sociais e portais esportivos digitais, reduziu a capacidade da *Placar* de atuar como mediadora da cultura futebolística brasileira. A publicação passou a disputar espaço com novos meios de comunicação, caracterizados pela velocidade e pela atualização contínua de suas notícias.

As transformações presentes no campo jornalístico e os conteúdos produzidos pelos periódicos, evidenciam que a imprensa está submetida às condições econômicas, a concorrência e a busca por novos leitores (Bourdieu, 1997). Desse

modo, as mudanças editoriais da *Placar* podem ser analisadas não apenas como escolhas estéticas ou comerciais, mas também como respostas às transformações ocorridas no campo jornalístico e na sociedade.

Forte tendência no século XXI, os canais digitais alteraram profundamente a produção, circulação e consumo da informação nas primeiras décadas do século XXI. As plataformas digitais, nas quais a notícia é caracterizada pela instantaneidade, tensionaram o modelo tradicional da imprensa, baseado em periodicidade definida, circulação física e editoração de matérias. Corrobora para esta afirmação Castells (2003), para quem a sociedade em rede reorganizou os fluxos comunicacionais, privilegiando velocidade, atualização contínua e descentralização da informação. Nesse contexto, parte significativa das revistas impressas tornou-se menos competitiva diante das novas demandas do público contemporâneo.

Por sua vez no campo esportivo, tais transformações afetaram diretamente as publicações especializadas, que passaram a disputar espaços com portais, blogs, redes sociais e canais segmentados, cobrindo o esporte em tempo real. Segundo Jenkins (2009), a cultura da convergência redefine as relações entre produtores e consumidores, que deixam de ser apenas receptores e passam a interagir ativamente com conteúdo midiáticos. Nesse cenário, a revista *Placar* enfrentou redução de tiragens, sucessivas reformulações editoriais e dificuldades de manter sua identidade histórica no debate esportivo. Em 2015, a publicação foi adquirida pela Editora Caras, retornando ao Grupo Abril em 2016, e, desde 2022, passou a ser publicada pela Editora Score.

Portanto, as mudanças de perfil evidenciadas na produção jornalística estão diretamente vinculadas às condições históricas, econômicas e culturais de seu tempo, o que reforça a necessidade de compreender a imprensa como prática social. Bourdieu (1997) explica que as transformações estruturais no campo jornalístico são atravessadas por demandas mercadológicas e relações de poder que impactam diretamente a produção simbólica e os critérios de seleção das informações.

Nesse sentido, tal compreensão acerca da produção jornalística é fundamental, uma vez que a Placar não será utilizada como simples repositório de informações sobre o futebol feminino, mas como objeto e fonte histórica capaz de revelar representações, direcionada para o ensino de História. Ao analisar as publicações da revista e, posteriormente, as formas pelas quais representou as mulheres, seus corpos e sua participação no futebol, torna-se possível investigar

como determinadas concepções de gênero foram reproduzidas, tensionadas ou transformadas ao longo do período analisado.

1.2 O INÍCIO DO FUTEBOL BRASILEIRO MODERNO

Na construção do objeto de pesquisa, é perceptível o crescimento do interesse pelo Futebol como temática associada ao ensino de História. Na base de dissertações do programa ProfHistória, encontram-se trabalhos que possibilitaram, a partir de sua leitura, o avanço na pesquisa e na escrita desta dissertação. Destacam-se os trabalhos de Perobelli Costa (2024), sobre a Democracia Corinthiana; de Abrahim (2018), sobre a potencialidade pedagógica da História do Futebol para o ensino de História; e de Silva Amorim (2022), sobre a associação entre política e futebol na sala de aula.

Entretanto é difícil abordarmos tal proposta para o ensino de História sem considerar, ainda que brevemente, a trajetória inicial no Brasil. Se hoje o esporte se consolidou como símbolo nacional brasileiro, construindo para si a ideia de uma vocação expressa no chamado “futebol-arte” (Franzini, 2003; Sevcenko, 1998), essa identidade foi historicamente produzida ao longo do século XX. Sua consolidação esteve permeada por múltiplas questões políticas, sociais, identitárias e simbólicas, que transformaram o futebol em um fenômeno histórico complexo e privilegiado para a compreensão da sociedade brasileira.

Ressalta-se que a escolha do futebol como objeto de análise histórica fundamenta-se, portanto, na compreensão de que o esporte constitui um fenômeno sociocultural capaz de produzir significados sobre a sociedade em que está inserido. Entende-se, assim, que o esporte não se restringe ao entretenimento, mas configura-se como espaço de construção de identidades, disputas simbólicas e manifestação de conflitos sociais.

Tal perspectiva, permite estabelecer uma aproximação entre a história do futebol com a categoria gênero, uma vez que o esporte foi historicamente construído a partir de valores, práticas e espaços associados à masculinidade. Dessa maneira, investigar quem poderia praticá-lo, quais condições e sob quais representações permite compreender como as diferenças entre homens e mulheres foram legitimadas. Considera-se, portanto, o futebol como um objeto privilegiado para discutir com estudantes que as relações de gênero não naturais, mas sim historicamente produzidas e constantemente disputadas.

Retomando a trajetória inicial do futebol no Brasil, parte-se da concepção de que sua trajetória está dividida em três momentos: o tradicional, correspondente ao nascimento do esporte no seio da elite; o moderno, marcado por sua popularização com a revolução fordista; e o pós-moderno, relacionando o esporte ao marketing e à comunicação (Giulianotti, 1999 *apud* Magalhães, 2010, p. 10). A partir disso, a discussão presente neste capítulo buscará apresentar aspectos dos dois primeiros momentos uma vez que este se integra à complexa formação do Brasil republicano.

O futebol moderno – composto de regras e competitividade – nasceu no Brasil em um contexto de transição: da monarquia para a República; da sociedade escravocrata para a sociedade de classes. Esse contexto possibilita discutir, a partir do esporte, a dinâmica histórica brasileira presente naquele período.

Nesse sentido, Hobsbawm (1997) aponta que o esporte moderno está diretamente relacionado às transformações sociais dos séculos XIX e XX, uma vez que contribui para a formação de identidades coletivas que marcaram, principalmente a construção do imaginário nacionalista do período.

No que diz respeito à construção identitária brasileira, o futebol assumiu centralidade na produção de representações sobre a nação. Segundo Helal (2001), o futebol ultrapassa a condição de simples esporte para constituir-se como elemento fundamental na construção da identidade nacional brasileira. Por sua vez, DaMatta (1982) evidencia que o esporte é uma forma pela qual a sociedade brasileira fala de si mesma, refletindo hierarquias, tensões, desigualdades e valores sociais.

A opção pelo recorte temporal presente nas próximas páginas justifica-se por aquilo que o período representou para a construção da identidade brasileira, revelando tensões na formação do Estado republicano brasileiro. Assim, a chegada do esporte no Brasil, sua popularização e sua profissionalização, ocorridas entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, traduzem disputas simbólicas, tensões políticas, relações de trabalho e aspectos econômicos presentes em tal formação.

Surgido na Inglaterra em meados do século XIX, o futebol chega ao Brasil no ano de 1895, especificamente na cidade de São Paulo, centro da riqueza cafeeira. O responsável pela introdução da novidade no país foi Charles Müller, filho de industrial inglês, reconhecido como o “pai do futebol brasileiro” principalmente por ter introduzido as regras do esporte e seu caráter competitivo, fundando o clube Paulistano, em 1895.

Diferentemente da Inglaterra, onde as regras do jogo eram uma forma de disciplinamento da classe operária, no Brasil, ao menos neste contexto inicial, o esporte era uma prática de entretenimento associada às elites. Segundo Franco Júnior (2007) o futebol no Brasil obedeceu a determinadas tendências históricas, nas quais as elites buscaram utilizá-lo como mecanismo de distinção social, afastando dele os demais setores da sociedade. Nesse contexto, restringia-se o acesso de jogadores que não compartilhassem os mesmos padrões educacionais, as mesmas condições econômicas e, em muitos casos, a mesma cor de pele.

Corrobora para a compreensão do contexto Bourdieu (1997), no qual o processo em curso pode ser entendido como uma disputa por distinção e capital simbólico. A prática esportiva, inicialmente apropriada pelas elites, funcionava também como um elemento de diferenciação social, uma vez que determinados grupos estabeleciam fronteiras entre aqueles que era considerados pertencentes ou não a determinados espaços. Assim, a história do futebol brasileiro pode ser compreendida como uma história pela ocupação de um campo social.

No mesmo sentido, Marcos Gutterman auxilia na compreensão de como aspectos socioeconômicos na cidade de São Paulo contribuíram para a entrada da cultura europeia no Brasil e, consequentemente, do futebol:

> O ciclo da riqueza gerado pelo café que alavancava não só a economia, por meio da industrialização e da entrada de capital externo, como também a vida social, com a entrada de imigrantes e a consequente introdução de hábitos e cultura estrangeiros, no meio dos quais estava o ‘esporte bretão.’ (Guterman, 2009, p. 14)

É nesse cenário que o “esporte bretão” se disseminou pela elite paulistana, associado ao crescimento urbano e industrial, à formação da classe operária, e ao incentivo à imigração. A elite tendia a incorporar valores e práticas europeias ao seu cotidiano, advogando uma mentalidade de modernização do país aos moldes europeus, contra o suposto atraso da nação. Sendo assim, o futebol seria mais uma das ideias na tentativa de imitar o europeu, considerado superior e “civilizado”.

Contudo a modernização do esporte, caracterizada pela institucionalização e pela popularização, ocorreu anos depois, na capital federal Rio de Janeiro, onde o futebol foi introduzido por Oscar Cox. Uma das características importantes desta fase foi a criação de clubes que se dedicavam ao futebol, como o Fluminense, fundado em 1902. Nesse cenário, clubes dedicados a outras modalidades esportivas passaram a formar equipes de futebol, como Flamengo e o Vasco da Gama. Não tardou para a

criação de ligas esportivas destinadas à organização de campeonatos regionais, como a Liga Paulistana em 1901.

Entretanto o futebol ainda estava circunscrito ao caráter amador de sua prática e associado à elite. Por sua vez, com o crescimento populacional das cidades e a expansão do operariado, de maneira semelhante ao que havia ocorrido na Inglaterra, o esporte passou a ser difundido entre as classes populares nos bairros e nas linhas férreas, organizando-se clubes que aceitavam a presença de operários (Magalhães, 2010). Nesse sentido, o futebol deixava de ser privilégio de poucos para transformar-se em prática marcada pela presença crescente de trabalhadores e setores populares (Pereira, 2000).

Tais fronteiras, portanto, passaram gradativamente a ser transpostas pelas classes populares, que se apropriaram do esporte mesmo sem condições econômicas para adquirir materiais adequadas à prática, como bolas, uniformes, campos. Desse modo a popularização representou uma ressignificação do futebol, que deixou de ser um entretenimento das elites para tornar-se uma prática amplamente difundida entre os setores populares da sociedade brasileira.

No livro *O negro no futebol brasileiro*, clássico sobre a história do futebol no Brasil, o jornalista Mário Filho contribui para a compreensão desta popularização do jogo:

> o futebol se vulgarizava, se alastrava como uma praga. Qualquer moleque, qualquer preto podiam jogar futebol. No meio das ruas, nos terrenos baldios, onde se atirava lixo, nos capinzais. Bastava arranjar uma bola de meia, de borracha, de couro. E fabricar um gol, com duas maletas de Colégio, dois paletós bem dobrados, dois paralelepípedos, dois pedaços de pau. Em todo canto um time, um clube. Time de garotos, de moleques, clubes de operários, de gente fina. Mas muito clube, clube demais. (Filho, 1947, p. 33)

Para além de sua obra, aqui entendida como uma referência historiográfica para a abordagem de temas importantes do futebol, como o racismo, a profissionalização e identidade nacional, o jornalista ajuda a compreender como o futebol ganhou projeção entre as classes populares, principalmente pela relativa facilidade de adaptação da prática e pela quantidade reduzida de regras. Ao mesmo tempo, as elites perdiam gradativamente o controle sobre o futebol.

A partir de tal popularização, o futebol brasileiro passou a ser marcado por duas grandes contendas: amadorismo *versus* profissionalismo e elitização *versus* democratização. De certa forma, as duas questões estavam relacionadas, pois setores das elites eram contrários à profissionalização, uma vez que desejavam

manter o esporte restrito a determinados grupos, enquanto as classes populares defendiam a profissionalização, pois a remuneração permitiria aos jogadores dedicar-se à atividade e transformá-la em fonte de renda.

A democratização do futebol brasileiro ganhou destaque a partir da fundação de três clubes de futebol: o Bangu Athletic Club, fundado em 1904, composto inicialmente por trabalhadores da Companhia Progresso Industrial; o Sport Club Corinthians, fundado em 1910, no bairro Bom Retiro, de perfil popular, imigrante e operário; e o Clube de Regatas Vasco da Gama, que ganhou projeção ao conquistar o campeonato carioca em 1923, com um time majoritariamente formado por jogadores negros e operários, remunerando seus atletas e ampliando espaço para a profissionalização do esporte, fato que causou grande indignação nos clubes da elite carioca, como Fluminense e Flamengo, ocasionando a ruptura entre eles (Magalhães, 2010).

Trazida por tais agremiações, a participação de grupos subalternizados incomodava as elites, que passaram gradativamente a se afastar do futebol, enquanto este se tornava cada vez mais um esporte das massas. Por outro lado, sua popularização e profissionalização também possibilitaram maior inserção da classe trabalhadora no espaço esportivo, em um momento no qual, durante a década de 1920, diferentes grupos buscavam maior protagonismo social, reivindicando direitos e participação política. Nesse sentido, Hobsbawm (1993) ajuda a compreender a função dos esportes de massa, que constituíam importantes formas de integração e disciplina social nas sociedades urbanas modernas.

Uma questão fundamental nesse processo era a racial. Em 1888 ocorreu a abolição da escravidão no Brasil, colocando fim ao perverso regime escravista que havia marcado grande parte da trajetória do país. Mesmo assim, tal relação trabalhista deixou marcas presentes nas relações sociais brasileiras. Dessa maneira, o racismo constituiu um elemento importante na trajetória do futebol brasileiro.

Um dos casos mais emblemáticos é o caso de Carlos Alberto, jogador do elitista Fluminense que teria utilizado pó de arroz no rosto para disfarçar a sua cor, em um contexto no qual jogadores negros eram proibidos de jogar pelos clubes, com a justificativa de que estes não faziam parte do quadro associativo. No entanto foi Arthur Friedenreich – mulato, descendente de judeus alemães e talvez o primeiro ídolo do futebol brasileiro – que ao marcar o gol da vitória que garantiu a conquista do Sul-

americano pelo Brasil, em 1919, contribuiu para modificar a percepção das elites sobre a participação de jogadores que não pertenciam às elites brancas.

Em suma, até as primeiras décadas do século XX, a história do futebol brasileiro articulou-se profundamente às dinâmicas da Primeira República, expressando tensões entre elitização e democratização, urbanização, emergência do operariado, disputas por direitos e racismo estrutural. Como observa Pereira (2000), a trajetória inicial do futebol no Brasil confunde-se com as transformações sociais vivenciadas pelas grandes cidades nas primeiras décadas republicanas.

Na década seguinte, as mudanças sociais originadas das reivindicações populares também se refletiram no futebol brasileiro. Um dos pontos que aproximava o futebol dessas mudanças era a questão trabalhista, principalmente no processo de profissionalização do esporte. Cabe destacar que, a partir da popularização do futebol e de sua massificação, as torcidas pressionavam os clubes pela contratação dos melhores jogadores, contribuindo para a constituição de um mercado de trabalho específico, no qual os atletas buscavam melhores condições, garantias e remuneração.

Por outro lado, destaca-se que o próprio movimento operário se opôs inicialmente à prática, conforme destaca Hilário Franco Júnior:

> Ao longo da década de 1920, e de outra perspectiva, críticas frequentes foram deferidas por muitas das lideranças do movimento operário. Classificado como esporte burguês a serviço da dominação de classe e da desarticulação do proletariado, o futebol seria mais um produto da sociedade capitalista a ser combatido. Apesar dessa dura avaliação, sindicatos ligados a anarquistas, socialistas e comunistas chegaram a promover partidas e a organizar times exclusivamente de operários, como forma de inserção cotidiana capaz de aglutinar e mobilizar os trabalhadores. (Franco Júnior, 2007, p. 70)

Pode-se verificar que a difusão do futebol produziu efeitos em diferentes segmentos sociais, sintetizando conflitos e tensões presentes na sociedade brasileira e possibilitando, a partir do esporte, uma análise das mudanças e transições ocorridas na história brasileira. Feitas essas considerações, retomam-se as transformações ocorridas no Brasil a partir de 1930.

Para além das querelas que colocaram fim a República Oligárquica (1894-1930), a questão trabalhista torna-se um ponto central na história brasileira durante a transição para o período conhecido como Era Vargas (1930-1945). Se a legislação trabalhista foi criada no Brasil apenas em 1932, e em 1943 há a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a profissionalização no futebol ocorreu

paralelamente, em 1933. Entretanto, as discussões que antecederam tal profissionalização não ocorreram de maneira uníssona entre as associações e clubes de futebol:

> De um lado, a elite tentando manter o privilégio de ser a única classe social a praticar o futebol como forma de lazer; do outro, a classe proletária que, por determinação histórica da própria origem do futebol, começava a absorver um valor cultural, até então alheio ao seu universo lúdico. (Caldas, 1990, p. 59).

Verifica-se que clubes elitistas e suas associações esportivas, como a AMEA (Associação Metropolitana de Esportes Athleticos), entidade carioca que defendia a continuidade do amadorismo, criavam diferentes empecilhos para a profissionalização do esporte. Entre essas exigências estava a apresentação de registro de trabalho a cada noventa dias por parte dos jogadores, comprovando seus salários, além do preenchimento de formulário de alfabetização.

Por sua vez, a APEA (Associação Paulista de Esportes Athleticos) era mais tolerante em relação à remuneração por parte dos clubes. Entretanto, havia disputas políticas, que levaram a uma cisão na entidade, fazendo com que clubes contrários à profissionalização criassem a LAF (Liga Amadora de Futebol). A entidade amadora foi extinta em 1929, em razão do reconhecimento, pela CBD (Confederação Brasileira de Desportos), da legitimidade da APEA e também da crise econômica de 1929, que atingiu clubes mantidos pela elite cafeeira.

Na década de 1930, à medida que a participação popular na política aumentava e as conquistas se concretizavam como a Legislação Trabalhista, os antigos privilégios da aristocracia rural se esfacelavam no Brasil. Segundo Magalhães (2010), a profissionalização não foi um fato isolado, mas acompanhou a política trabalhista do primeiro governo Vargas. O presidente, ao estimular a profissionalização, tinha entre seus objetivos ampliar o controle estatal sobre o esporte, buscando aproximá-lo do Estado e obter apoio dos atletas, ao mesmo tempo em que enfraquecia as antigas oligarquias.

Cabe destacar que a profissionalização também foi impulsionada pela internacionalização das competições. Jogadores brasileiros que participavam de competições na Argentina e no Uruguai recebiam propostas para atuar nesses países, onde a profissionalização já estava estabelecida. Nesse sentido, os clubes brasileiros passaram a pressionar pela profissionalização no Brasil, inclusive aqueles anteriormente contrários à medida.

Com a profissionalização, entidades esportivas passaram pleitear o protagonismo no futebol brasileiro. Ligas profissionais como a LCF (Liga Carioca de Futebol) e a APEA, criaram a “Divisão Especial de Profissionais”, mesmo sem o reconhecimento da CBD, contrário à profissionalização e órgão regulador do esporte, criando a FPF (Federação Paulista de Futebol) enquanto os clubes profissionais fundaram a FBF (Fundação Brasileira de Futebol).

Outro desdobramento da profissionalização do futebol brasileiro foi a intensificação da competitividade entre os clubes, uma vez que a remuneração de atletas, a formalização contratual e a busca por resultados esportivos ampliaram o nível técnico das disputas e conferiram maior regularidade às competições. Este cenário contribuiu para o aumento do interesse popular e para a expansão do público nos estádios.

Nesse contexto, diversos clubes de caráter amador, ao perceberem o crescimento econômico das ligas profissionais, passaram gradativamente a aderir aos campeonatos oficiais, buscando inserção em um campo esportivo cada vez mais estruturado e competitivo. Dessa forma, a profissionalização não apenas reorganizou as relações de trabalho no futebol, mas também redefiniu a própria configuração institucional da modalidade no país.

Conforme afirma Hilário Franco Júnior, “o futebol brasileiro passou de esporte de elite a paixão popular e, depois, a grande negócio” (Franco Júnior, 2007), evidenciando transformações sociais, econômicas e culturais que acompanharam o desenvolvimento da modalidade no país. Nas décadas seguintes, esse processo seria marcado pela mercantilização do esporte, com a entrada de patrocínios esportivos; pela cobertura midiática, que consolidou o futebol como um espetáculo das massas; pela criação simbólica do “país do futebol”, elemento central da identidade nacional – elemento central da identidade nacional, pelo uso político do futebol, como ocorreu na Copa do Mundo de 1970 e, posteriormente, a partir de 1980, pela intensificação da cultura imagética do esporte, através de estratégias de marketing, onde clubes e jogadores passaram a ser transformados em marcas.

A partir desse percurso, torna-se possível estabelecer um diálogo com o futebol feminino na trajetória do futebol brasileiro. Se a história da modalidade permite observar disputas relacionadas à classe, raça, trabalho e identidade nacional, a presença das mulheres evidencia outra dimensão fundamental dessas disputas: as relações de gênero.

Nesse sentido, a próxima seção abordará as décadas de restrição ao futebol feminino e os argumentos mobilizados para justificar a exclusão das mulheres da prática esportiva.

1.3 FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

Entre as propostas do presente trabalho está a análise de como a imprensa esportiva retratou o contexto de restrições ao futebol feminino. Dessa forma, compreende-se a necessidade de contextualizar o longo período no qual foram construídos e mobilizados argumentos destinados a justificar a proibição da prática do futebol por mulheres.

A partir do levantamento da literatura que embasa a trajetória do futebol feminino no Brasil (NOIMANN, 2026), reconhece-se que, no início do século XX, embora o futebol fosse considerado uma prática predominantemente pertencente ao universo masculino, contou com a participação de mulheres. Ao longo desse período, elas lutaram pelo reconhecimento, pela organização, pela visibilidade e pela profissionalização da modalidade, muitas vezes recorrendo à clandestinidade como forma de resistência a uma estrutura patriarcal que buscava afastá-las do esporte (Goellner, 2005; Bonfim, 2019).

Corrobora esse entendimento Goellner, ao afirmar que “a presença das mulheres nas mais diferentes ocupações e manifestações do futebol resulta de sua insistência em permanecer em um espaço que não é representado, incentivado e reconhecido como seu” (Goellner, 2021, p. 2). Nesse sentido, a prática do futebol feminino configura-se como uma forma de enfrentamento àqueles que, de alguma maneira, buscavam controlar o corpo feminino e estabelecer quais práticas seriam consideradas adequadas ou inadequadas às mulheres.

A partir destas questões, permite-se compreender o gênero como categoria fundamental para análise histórica, uma vez que gênero não está atrelado às diferenças entre homens e mulheres, mas também nas relações sociais e de poder constituídas a partir dessas diferenças, nos diversos contextos históricos. Dessa forma, as restrições impostas às mulheres no futebol devem ser compreendidas como parte de processos históricos de produção de masculinidades e feminilidades, nos quais determinadas práticas, espaços e comportamentos foram associados ao masculino ou ao feminino.

Acerca da trajetória do futebol feminino, na Europa, a modalidade já era praticada por clubes ingleses, desde o século XIX, embora tenha enfrentado a contrariedade de setores conservadores daquela sociedade. Foi durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), entretanto, que as mulheres passaram a se apresentar nos campos de futebol. Magalhães (2010) explica que, uma vez que os homens estavam nos campos de batalha, coube às mulheres ocupar diferentes espaços, como a força de trabalho nas fábricas e a prática de diferentes modalidades esportivas, entre elas o futebol.

Neste cenário, os jogos femininos eram estimulados com a finalidade do entretenimento para a população e, com a extensão do conflito na Europa, foram organizados campeonatos femininos, como na França em 1918. Porém, com o fim do conflito, prevaleceu a visão conservadora acerca do futebol, onde mulheres foram novamente proibidas o praticar:

> Terminada a guerra, as influentes forças conservadoras do mundo do futebol fecharam as portas para as atuações femininas, e o argumento usado era o de que os jogos ocasionavam o abandono dos lares. O retorno dos soldados também foi um importante fator, pois eles reassumiram seus antigos postos de trabalho e também seus devidos papéis na vida social. (Magalhães, 2010, p. 42)

Tanto no início da modalidade quanto no período posterior à Primeira Guerra Mundial, a prática feminina enfrentou oposições conservadoras no mundo do futebol. No Brasil, como já exposto, o futebol inicialmente era praticado predominantemente pelas elites urbanas, que viam a prática por mulheres como inadequada. Entretanto, entre as mulheres das classes populares, o futebol também foi se popularizando, o que contribuiu para a construção de estigmas em relação àquelas que participavam dos jogos, associando suas praticantes a uma suposta inadequação social (Magalhães, 2010).

Nessa direção, Goellner (2005) contribui para o entendimento sobre a participação feminina nos esportes. Segundo a autora, práticas esportivas de maneira geral eram incentivadas, por seus possíveis benefícios às mulheres, como por exemplo auxiliar na gestação, afinal “mães fortes são as que fazem os povos fortes” (Thardiére, 1940, p.60 *citado por* Goellner, 2005). Entretanto o futebol não era uma prática recomendada, devido às questões morais e a corrupção da feminilidade, uma vez que:

> havia a concepção de que o suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas

> e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, abrandariam os limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. Além disso, poderiam desestabilizar a estruturação de um espaço de sociabilidade criado e mantido sob domínio masculino, cuja justificativa para sua consolidação, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas. (Goellner, 2015, p. 144)

Além disso, havia o temor da desmoralização das famílias, a partir da exposição do corpo feminino, principalmente àquelas que compunham a elite. Mesmo em tempos de transformações sociais, em que preconceitos acerca da participação feminina em determinados espaços começavam a ser relativizados, no início do século XX a exposição do corpo feminino ainda era frequentemente associada a um universo de promiscuidade.

Mesmo diante da contrariedade à prática do futebol por mulheres, a modalidade esteve presente no Brasil. Na primeira metade do século XX, à medida que as mulheres conquistavam reconhecimento social, também havia jogadoras praticantes do esporte, que se popularizava no país, conforme afirma Aira Bonfim:

> Mesmo diante das restrições sociais impostas às mulheres na primeira metade do século XX, há registros consistentes da prática do futebol feminino no Brasil, evidenciando que sua presença no esporte antecede em muito as tentativas de regulamentação e proibição estatal. (Bonfim, 2019, p. 52).

No início, as partidas de futebol tinham tons elogiosos, destacados inclusive pelos periódicos da época, atraindo a curiosidade em relação à prática executada por mulheres. No entanto, conforme afirma Franzini (2005), à medida que o esporte crescia no Brasil, a contrariedade à modalidade também se fazia presente, justificada por ser considerada incompatível com a “natureza feminina” (Franzini, 2005).

O termo “natureza feminina” permite compreender que a contrariedade relacionada à prática esportiva feminina, era inicialmente justificada pelo discurso biológico, uma vez que o futebol, considerado violento, contrastaria com a suposta fragilidade feminina. Corrobora esse entendimento o trecho da carta publicada no Jornal *Diário da Noite*, em 1940, onde José Fuzeira solicitava ao chefe de Estado, Getúlio Vargas, providências diante do crescimento da modalidade. Para Fuzeira, o futebol entre mulheres constituía “*espetáculo ridículo*” com “*razões de ordem fisiológica, que desaconselham sumariamente um gênero de atividade física tão violento, incompatível mesmo com as possibilidades do organismo feminino...*” (Fuzeira citado por Franzini, 2005, p. 320). As alegações contidas na carta eram embasadas em discursos médicos e morais, supostamente científicos.

Por sua vez, o termo “natureza feminina” é ambivalente, uma vez que a maternidade, possuía caráter cívico, constituindo uma política presente no período entreguerras, com a finalidade de expansão demográfica:

> Foi no período entreguerras que a defesa da maternidade se apresentou como parte de um esforço nacional de expansão demográfica entre nações europeias, mas também no Brasil. Um discurso que enfatizava a geração de filhos como papel cívico da mulher e a necessidade da proteção à sua função reprodutiva (Freire, 2008, p. 154- 155, citado por Ribeiro, 2023, p. 89)

Assim, a preocupação com a maternidade, utilizando argumentos médicos, encobria aspectos de uma estrutura patriarcal na qual se esperava da mulher que ocupasse prioritariamente os papéis de esposa e mãe, e não de jogadora de futebol.

Reforçando a compreensão sobre os aspectos simbólicos relacionados ao controle do corpo feminino, Salvini e Júnior (2013), ao citarem Mourão (2000), afirmam:

> A preocupação com o progresso do nosso país direciona o foco sobre as mulheres no final do século XIX e meados do século XX, a partir da representação biológica do corpo que se associava aos ideais políticos, sociais e patriarcais da estrutura social vigente. Em meio ao pensamento biologicista de reprodução feminina, o exercício físico tinha papel de desenvolver a força física e a saúde, como atributos para a formação de uma mãe robusta e reprodutiva que pudesse produzir gerações mais fortes e saudáveis. (Salvini; Júnior, 2013, p. 145)

Neste sentido, verifica-se que ao determinar quais práticas são permitidas ou proibidas para as mulheres, extrapolam o aspecto estritamente biológico, estabelecendo quais papéis sociais devem ser cumpridos a partir do gênero. Assim, a tentativa de proibir o futebol feminino, sustentada pelo discurso reprodutivo, refletia uma mentalidade patriarcal, hierarquizando práticas entre homens e mulheres.

Contribui para a compreensão desse processo, Bourdieu (1999), quando afirma que a dominação masculina também opera por meio da naturalização de diferenças socialmente construídas. A divisão entre masculino e feminino pode ser incorporada pelos sujeitos como se correspondesse a uma ordem natural, fazendo com que determinadas práticas sejam percebidas como próprias dos homens e outras como próprias das mulheres. No caso do futebol, a associação entre força, agressividade, competição e masculinidade contribuiu para produzir uma barreira simbólica que dificultava a presença feminina nesse espaço.

Sendo assim, o controle do corpo biológico da mulher não ficava circunscrito apenas a uma dimensão de preservação física, mas também assumia dimensão política, pois, conforme afirma Foucault: “o corpo é diretamente mergulhado num

campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele" (Foucault, 1987, p. 25).

As mulheres, por sua vez, não estavam alheias a essa discussão. Elas participavam do debate acerca do futebol feminino e, em alguns casos, suas manifestações eram acolhidas pela imprensa da época. Um desses exemplos encontra-se na repercussão da declaração de José Fuzeira, quando o *Jornal dos Sports*, em 1940, publicou uma resposta de Margarida Pereira, capitã e presidenta do S.C. Brasileiro:

> Verifiquei desde logo que esse cavalheiro é desconhecido no esporte, faltando-lhe, portanto, autoridade para discutir o assunto. [...] Há homens cujas ocupações lhes dão tempo até para tratarem de assuntos femininos. Mas, todas as vezes que o fazem, procuram celebrizar-se, dando o nome, residência e até o telefone. [...] O Senhor Fuzeira fica convidado a assistir ao primeiro encontro de futebol feminino e apontar, publicamente, quais as desvantagens de sua prática nos moldes em que vem sendo empregado entre as jovens brasileiras. Antes disso, o Senhor Fuzeira deve preocupar-se com os guris que jogam bola de meia na rua de sua residência, quebrando as vidraças da vizinhança. Nesse caso o missivista prestaria um grande serviço e não teria tempo de preocupar-se com coisas que só interessam ao sexo frágil (Jornal dos Sports, Rio de Janeiro, 10 maio 1940 citado por Bonfim, 2019, p. 159).

No contexto retratado, o Estado Novo, regime autoritário de Getúlio Vargas, buscava estabelecer uma série de normas capazes de regulamentar diferentes atividades esportivas. Como já mencionado anteriormente, pretendia-se também construir, a partir do esporte, elementos associados ao nacionalismo, ao disciplinamento dos corpos e ao discurso científico em benefício da Educação Física. Embora houvesse tentativas, como a de Margarida, de legitimar o esporte para as mulheres, o conservadorismo e o discurso médico embasavam a ideia de fragilidade do corpo feminino e defendiam sua função materna, delimitando quais práticas poderiam ou não ser realizadas por mulheres.

Nesse contexto, o Decreto-Lei nº 3.199/1941, que instituiu o Conselho Nacional de Desportos (CND), referia-se à prática esportiva por mulheres da seguinte maneira:

> Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.

Embora o artigo não citasse diretamente o futebol, ele suprimia em formato de lei um conjunto de concepções que já estavam presentes nos debates acerca da incompatibilidade entre determinadas práticas esportivas e a chamada "natureza

feminina". Posteriormente, em 1965, a Deliberação nº 7 do Conselho Nacional de Desportos (CND) listou as modalidades proibidas: "não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e beisebol".

Mesmo com a legislação proibitiva, o futebol feminino não deixou de ser praticado no Brasil. Conforme aponta Capucim Ribeiro (2018), no período que separou as duas normas, a prática do futebol feminino possuía caráter de entretenimento e solidariedade, especialmente em atividades assistenciais, atraindo o público para as partidas e contando, inclusive, com a organização de equipes femininas por clubes de futebol.

Mesmo com a legislação proibitiva, o futebol feminino não deixou de ser praticado no Brasil, conforme aponta Capucim Ribeiro (2018), no período que separou as duas leis, a prática do futebol feminino possuía caráter de entretenimento e solidariedade em prol de atividades assistenciais, atraindo o público para as partidas, principalmente na democracia populista, inclusive com equipes femininas sendo organizadas por clubes de futebol.

Entretanto, à medida que o futebol se popularizava e se tornava símbolo nacional, principalmente em razão das conquistas das Copas do Mundo de 1958 e 1962, as críticas referentes à prática esportiva por mulheres tendiam a aumentar, tornando a participação feminina um ato de transgressão. Para driblar a legislação proibitiva, o termo "beneficente" foi empregado com a finalidade de descaracterizar o futebol praticado por mulheres e, assim, evitar penalizações do CND (Goellner, 2021).

Mesmo com a finalidade beneficente, as partidas eram vistas com desconfiança, frente à situação da época, conforme texto presente na exposição virtual permanente do Museu do Futebol: *Mulheres, desobediência e resiliência*:

> "O problema é o começo. Se deixarmos que se realize esse anunciado jogo entre as vedetas do Rio e de São Paulo, a consequência será que o futebol feminino será fato consumado e nunca mais haverá solução para o problema." José Augusto Cavalcanti, presidente do diretório acadêmico da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, 1959. (Museu do Futebol, 2024).

A consideração apresentada demonstra que, mesmo diante das mudanças impetradas no século XX em relação à participação das mulheres na sociedade, mantinham-se estruturas relacionadas aos papéis de gênero. Nesse sentido, o exposto ratifica que a proibição da prática do futebol por mulheres não era justificada exclusivamente por argumentos biológicos, mas também por elementos culturais e

simbólicos. Ao considerar a presença feminina no futebol como um “problema”, o discurso revela expectativas morais relacionadas ao comportamento considerado adequado para determinado gênero.

O impedimento das mulheres em determinadas práticas esportivas contribuiu para uma representação feminina associada à fragilidade e, simultaneamente, para a construção de uma imagem de superioridade masculina no esporte. Nesse sentido, as desigualdades entre homens e mulheres são construídas social e historicamente por meio de discursos, práticas e relações de poder que legitimam hierarquias de gênero (Bourdieu, 1999; Butler, 2003).

De maneira direta, a perspectiva de Bourdieu vai de encontro com a intencionalidade deste trabalho, pois permite compreender que a dominação de gênero não se mantém apenas por meio de proibições explícitas. Ela também se reproduz mediante formas simbólicas de classificação que apresentam determinadas diferenças como naturais. No caso do futebol, a associação entre masculinidade, força, competição e domínio do espaço esportivo contribuiu para tornar a presença masculina aparentemente legítima e a presença feminina inadequada.

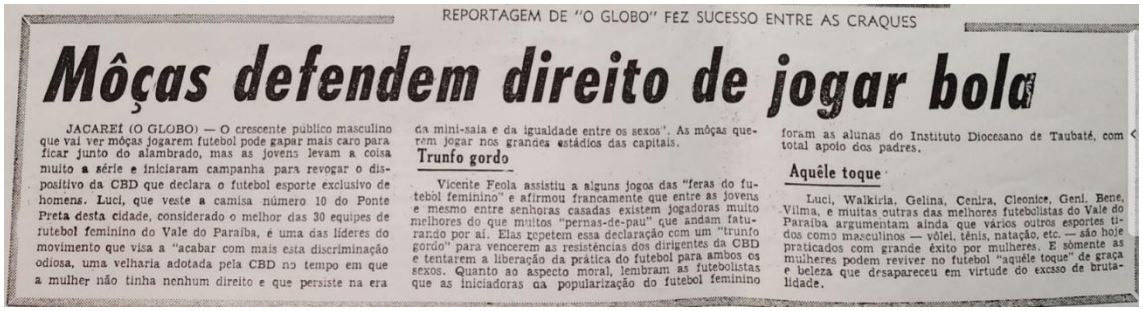
Retomando a trajetória do futebol feminino, com a chegada dos militares ao poder, por meio do golpe de 1964, houve maior controle sobre múltiplos espaços da sociedade brasileira (Ribeiro, 2018). Nesse cenário, a interdição legal do futebol feminino, em 1965, pode ser compreendida como parte de um dispositivo de regulação social de forma burocrática, que buscava delimitar o corpo feminino e suas possibilidades de expressão, restringindo sua presença em práticas culturalmente associadas à virilidade e à masculinidade. As mulheres que praticavam o esporte eram frequentemente associadas a representações que questionavam sua feminilidade e sua sexualidade, correndo o risco de serem presas e impedidas pela polícia.

No entanto, as conquistas sociais a partir das lutas feministas, tensionam o modelo patriarcal que sustentava determinadas justificativas para a legislação proibitiva. Nesse cenário, vozes femininas estavam presentes na tentativa de abolir a medida restritiva da modalidade no Brasil, evidenciando que as mulheres não eram apenas objetos das políticas de controle, mas também agentes históricos que contestavam tais mecanismos.

Na Figura 6, por exemplo, verifica-se a manifestação de jogadoras de Jacareí, no estado de São Paulo, favoráveis à revogação do dispositivo que tornava o esporte

exclusivo para homens. O recorte da reportagem de *O Globo*, disponível no Museu do Futebol, apresenta uma matéria que evidencia aspectos que tensionavam a proibição.

Figura 6 – Moças defendem direito de jogar bol**a**



REPORTAGEM DE "O GLOBO" FEZ SUCESSO ENTRE AS CRAQUES

Môças defendem direito de jogar bola

JACAREÍ (O GLOBO) — O crescente público masculino que vai ver môças jogarem futebol pode gapar mais caro para ficar junto do alambrado, mas as jovens levam a coisa muito a sério e iniciaram campanha para revogar o dispositivo da CBD que declara o futebol esporte exclusivo de homens. Luci, que veste a camisa número 10 do Ponte Preta desta cidade, considerado o melhor das 30 equipes de futebol feminino do Vale do Paraíba, é uma das líderes do movimento que visa a "acabar com mais esta discriminação odiosa, uma velharia adotada pela CBD no tempo em que a mulher não tinha nenhum direito e que persiste na era da mini-saia e da igualdade entre os sexos". As môças querem jogar nos grandes estádios das capitais.

Trunfo gordo

Vicente Feola assistiu a alguns jogos das "feras do futebol feminino" e afirmou francamente que entre as jovens e mesmo entre senhoras casadas existem jogadoras muito melhores do que muitos "pernas-de-pau" que andam faturando por aí. Elas repetem essa declaração com um "trunfo gordo" para vencerem as resistências dos dirigentes da CBD e tentarem a liberação da prática do futebol para ambos os sexos. Quanto ao aspecto moral, lembram as futebolistas que as iniciadoras na popularização do futebol feminino foram as alunas do Instituto Diocesano de Taubaté, com total apoio dos padres.

Aquêle toque

Luci, Walkiria, Gelina, Cenira, Cleonice, Geni, Bene, Vilma, e muitas outras das melhores futebolistas do Vale do Paraíba argumentam ainda que vários outros esportes tidos como masculinos — vôlei, tênis, natação, etc. — são hoje praticados com grande êxito por mulheres. E sòmente as mulheres podem reviver no futebol "aquêle toque" de graça e beleza que desapareceu em virtude do excsso de brutalidade.

Fonte: MOÇAS defendem direito de jogar bola. O Globo, Rio de Janeiro, 1965. Reportagem de "O Globo" fez sucesso entre as craques. Disponível em: https://oglobo.globo.com. Acesso em: 25 jun. 2026.

Segundo a reportagem, o movimento pela revogação da restrição ao futebol feminino tem como uma das líderes Luci, jogadora da Ponta Petra, considerada um dos melhores times femininos da região, segundo a reportagem. A jogadora assevera que o movimento quer "*acabar com mais esta discriminação odiosa, uma velharia adotada pela CBD no tempo em que a mulher não tinha nenhum direito e que persiste na era da mini-saia e da igualdade entre os sexos*".

Mais adiante, o trecho do jornal registra que as jogadoras argumentavam que "outros esportes, tidos como masculinos (...) são hoje praticados com êxito por mulheres. E somente as mulheres podem reviver no futebol aquele toque de graça e beleza que desapareceu em virtude do excesso de brutalidade".

Nesse sentido, os discursos apresentados na fonte demonstram a existência de personagens que, além de praticarem o esporte, configuravam-se como agentes dispostos a questionar valores morais e determinações legais durante o regime militar brasileiro. Percebe-se também que os agentes envolvidos, imprensa e jogadoras, compreendiam as transformações relacionadas ao papel social das mulheres na sociedade. A referência à "mini-saia", enquanto vestimenta, representa uma ideia de liberdade feminina e sugere uma nova conduta diante das mudanças que ocorriam naquele período.

Por sua vez, ao tentar defender a revogação da proibição, as jogadoras também reafirmavam características tradicionalmente associadas à feminilidade, como "graça" e "beleza", tendendo a reproduzir determinada hierarquização dos

gêneros, uma vez que o masculino era associado à “brutalidade”, enquanto o feminino era associado à fragilidade.

Os aspectos apresentados demonstram a complexidade das disputas em torno do gênero. As mulheres que questionavam a estrutura de dominação, utilizam argumentos que, ao mesmo tempo, reproduziam parte dos códigos dessa própria estrutura. Nesse sentido, Bourdieu (1999) corrobora para o entendimento dessa contradição, uma vez que as disputas ocorrem dentro de um sistema de classificação já existente. Compreende-se, portanto, que a resistência não ocorre apartada das estruturas sociais, mas pode utilizar seus próprios códigos para produzir deslocamentos e questionamentos.

Assim, verifica-se que o período que antecedeu a revogação, em 1979, já contava com significativa participação feminina no esporte. Na Europa, por exemplo, eram organizados campeonatos de maneira não oficial. No Brasil, a prática por mulheres ainda estava frequentemente situada no campo da diversão e do entretenimento, evitando a competitividade e, consequentemente, a possível violência utilizada como justificativa para a proibição. Por outro lado, essa forma de organização das partidas também representava uma estratégia para driblar a legislação vigente e evitar conflitos com os órgãos competentes do período. Contudo, já ecoavam vozes que questionavam a proibição do futebol feminino no Brasil.

A partir do contexto que engloba a revogação da lei proibitiva, a regulamentação da modalidade e o período posterior, especialmente a década de 1990, serão analisadas no próximo capítulo, a partir das fontes levantadas na revista *Placar*. O objetivo será compreender como a imprensa participou da produção, circulação e transformações sobre o futebol feminino no contexto, observando as permanências e mudanças nos discursos relacionados às mulheres, aos seus corpos e à sua participação no esporte.

Destaca-se que a análise é constituída pela articulação entre a discussão histórica, apresentada pelos resultados da pesquisa e a proposta de Ensino de História. Assim, ao utilizar a *Placar* como fonte histórica, pretende-se possibilitar que os estudantes reflitam e compreendam que as representações sobre o futebol feminino não são neutras nem naturais, mas construídas historicamente. A análise de imagens, textos, capas e reportagens permitirá, a partir da produção didática, problematizar como as relações de gênero foram produzidas e disputadas em

diferentes contextos, utilizando o futebol feminino em uma possibilidade concreta de leitura histórica das relações sociais.

Desse modo, a imprensa esportiva desloca-se da compreensão de que ela é um repositório de informações sobre o passado, para um instrumento de problematização histórica. Com esse viés, a proposta didática parte justamente da possibilidade de ensinar os estudantes a indagar as fontes, questionando quem produziu determinadas representações, quais sujeitos são visibilizados ou silenciados, quais valores são reforçados e que relações de poder atravessam a produção da fonte. Nesse movimento, o futebol feminino constitui não apenas a temática da pesquisa, mas também a possibilidade de desenvolver procedimentos próprios da aprendizagem histórica a partir da análise crítica das fontes.

A proposição do gênero como uma categoria de análise central, permite ampliar a compreensão dos estudantes acerca das desigualdades sociais. Ao analisar as diferentes formas pelas quais as mulheres foram representadas em um espaço constantemente associado aos valores masculinos, torna-se possível perceber que as diferentes atribuídas aos sexos não são simplesmente naturais, mas estão relacionadas a processos históricos de socialização, classificação e hierarquização. Nessa direção, Bourdieu (1997; 1999) e os estudos de gênero tornam-se fundamentais para a compreensão da dimensão simbólica dessas relações.

Portanto, o percurso presente neste capítulo abrange parte da discussão desenvolvida através do levantamento da literatura e do trabalho com as fontes. Ele busca demonstrar o futebol como um fenômeno histórico atravessado por relações de classe, raça, política, economia e gênero. É justamente essa complexidade que fundamenta sua utilização como possibilidade pedagógica para o Ensino de História.

A análise das representações do futebol feminino, presentes na revista *Placar*, serão desenvolvidas no próximo capítulo. A quantificação, observação e análise das fontes permite identificar como as relações foram representadas pela imprensa, as permanências e as transformações que ocorreram após a revogação da proibição da modalidade.

CAPÍTULO 2 – REPRESENTAÇÕES DO FUTEBOL FEMININO NA REVISTA *PLACAR*

Como já exposto no capítulo anterior, a criação da revista *Placar* foi justificada por seus criadores como tendo como objetivo modernizar a cobertura do futebol brasileiro, tornando-se um dos veículos da imprensa de maior relevância na cobertura do esporte nacional. Por outro lado, o futebol, inicialmente praticado apenas pelas elites, à medida que se popularizava no país, foi considerado inadequado às mulheres, sendo proibido por lei, justificado pela sua violência e incompatível com a natureza feminina.

A prática do futebol, espaço historicamente caracterizado por valores associados à virilidade e à força masculina, foi ocupado por mulheres ao longo de sua interdição, onde não lhes faltaram esforços para revogar a lei proibitiva. Reforça-se que a proibição não se baseava apenas em justificativas que se reivindicavam científicas, mas também por questões simbólicas e culturais, atravessadas por valores patriarcais. É o que aponta a pesquisa de Rigo (2008), sobre a modalidade, especificamente na cidade de Pelotas, onde afirma que o futebol feminino:

> passou a ser visto pelo CND como uma prática ilícita somente quando deu sinais de que poderia estruturar-se como uma modalidade esportiva feminina, conquistando mais autonomia perante os homens e fazendo reivindicações que até então eram restritas ao futebol masculino. O CND "entrou em campo" e fez com que a lei fosse cumprida, antes que fosse tarde demais, quando aquelas experiências isoladas passaram a representar um afronte aos costumes sociais da época que restringiam a mulher ao espaço privado, vigiavam a vestimenta e disciplinavam o seu corpo feminino. Nesse sentido construiu-se o discurso que a prática do futebol não era condizente com a mulher - principalmente se jogado com chuteiras! (Rigo et. al, 2008 p. 183).

Assim, quando do tempo presente, ao observar os fatores que proibiam a prática feminina no esporte, estes convergem em contextos políticos brasileiros – Era Vargas e Ditadura Militar – onde havia, além do cerceamento direitos, o controle dos atos considerados inadequados à moralidade vigente. Assim, o olhar ao passado tende a procurar o silêncio nas representações e, neste caso específico, a ausência das mulheres no futebol.

Entretanto, a pesquisa quantitativa, utilizando como mecanismo de busca “futebol feminino”, na base virtual da revista, disponível no *GoogleBooks,* encontrou menções à modalidade nas diferentes temporalidades, conforme verifica-se na tabela a seguir:

Tabela 1 – Incidência de reportagens sobre futebol feminino na revista *Placar* por décadas

Recorte temporal	Quantidade de edições da revista	Menções levantadas sobre o futebol feminine
1970–1979	505	2
1980–1989	516	25
1990–1999	135	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Destaca-se que a divisão temporal da pesquisa considerou o fim da legislação proibitiva (1979) como ponto de inflexão, onde foram levantadas fontes que: antecederam a revogação da proibição do futebol feminino; o período em que houve maior relevância na cobertura do futebol feminino, devido a sua regulamentação e crescimento da modalidade; e o período em que a revista *Placar* adotou um editorial voltado ao entretenimento esportivo, coincidindo com a realização de grandes eventos esportivos, onde o futebol feminino se consolida no cenário do esporte mundial, como a Copa do Mundo e Olimpíadas.

De maneira geral a fonte primária nos mostrou que o periódico deu visibilidade ao futebol feminino, mas também reforçou elementos ligados à feminilidade normativa, um conjunto de representações historicamente construídas acerca do comportamento social esperado das mulheres. Tais representações são apresentadas na revista a partir da associação da valorização de determinados padrões estéticos, da linguagem escrita presente nas fontes e da sexualização dos corpos femininos que faziam referência ao futebol feminino, contribuindo para a adequação da apresentação da modalidade à lógica presente nas páginas nas páginas da revista.

A partir das considerações apresentadas, nas próximas páginas o leitor encontrará a análise das fontes levantadas pela pesquisa. Adota-se, a partir daqui uma estrutura textual descritiva e qualitativa acerca das fontes, utilizando o conceito de representação de Roger Chartier (1990) para interpretá-las.

2.1 FUTEBOL FEMININO: PROIBIDO, MAS NÃO INVISÍVEL

Historicamente a imprensa esportiva é associada ao público leitor masculino, contribuindo para a construção do imaginário acerca do futebol, construindo valores e

sentidos para a prática esportiva, como virilidade, força física e resistência e que em boa parte do século XX foi considerado incompatível com a figura feminina, e como já exposto as mulheres eram proibidas pela força da lei em praticar oficialmente o esporte.

Acerca da atuação da revista, no período que antecedeu a revogação da lei proibitiva do futebol para as mulheres, o periódico, embora atuasse na circulação da associação do futebol apenas aos homens, não ficou alheio aos debates que envolviam a modalidade feminina. A figura 7, apresenta um recorte presente na coluna intitulada “Camisa 12”, presente na edição de nº 200, no ano de 1974, período em que o futebol feminino ainda se encontrava oficialmente proibido no país.

Figura 7 – A melhor coisa do futebol[1]



A MELHOR COISA DO FUTEBOL

Como está a situação do futebol feminino: proibido ou não? Se proibido, qual a razão? *Mário do Nascimento da Silva*, Itabuna, BA.

Embora a própria FIFA haja recomendado às suas filiadas o estímulo à formação de equipes femininas de futebol, vários países — entre eles o Brasil — não toparam a idéia, sob a alegação de que o futebol não é indicado para a mulher. Não é o que pensam as associações femininas de futebol da Alemanha Ocidental, Dinamarca, França, África do Sul, México, Inglaterra e outras que participaram do I Campeonato Mundial, em 1970. A Dinamarca foi a campeã, seguida da Itália, onde já existe futebol feminino profissional desde 1969.

Fonte: A MELHOR coisa do futebol. *Placar*. São Paulo: Editora Abril, n. 41, p. 37, 25 dez. 1970. Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 05 mai. 2026.

A seção caracterizava-se por responder dúvidas enviadas pelos leitores, constituindo um importante espaço de interação entre o periódico e seu público. Nesse

[1] Imagem utilizada na proposta da oficina pedagógica (Noimann, 2026).

caso, o diálogo é estabelecido a partir da seguinte pergunta: Como está a situação do futebol feminino: proibido ou não? Se proibido por qual razão? Mário Nascimento da Silva, Itabuna, BA. (Placar, p. 45, 1974)

Ao trazer a dúvida do leitor, a própria revista evidencia que a havia interesse tanto da revista como do público leitor das condições jurídicas do esporte. Em resposta, a *Placar* informa:

> Embora a entidade maior do futebol, a FIFA (Federação Internacional de Futebol) ter "recomendado às filiadas o estímulo à formação de equipes femininas de futebol, vários países entre eles o Brasil – não toparam a ideia, sob a alegação de que o futebol não indicado para a mulher". (...) "Não é o que pensam as associações femininas de futebol da Alemanha Ocidental, Dinamarca, França, África do Sul, México, Inglaterra e outras que participaram do I Campeonato Mundial em 1970. A campeã foi a Dinamarca foi a campeã, seguida de Itália, onde já existe futebol feminino profissional desde 1969. (Placar, p. 45, 1974)

Destaca-se a partir da resposta da revista que o futebol feminino já se encontrava organizado, mencionando a realização do I Campeonato Mundial, em 1970, bem como a profissionalização na Itália.

Embora reproduza o argumento utilizado pela CND acerca da proibição da prática feminina, a revista também apresenta elementos que contrapõem tal posicionando do órgão brasileiro, ao destacar a recomendação da FIFA e o desenvolvimento da modalidade em outros países. Nesse sentido, a reportagem pode ser compreendida, sob a perspectiva da História Cultural conforme proposto por Roger Chartier (1991), como um espaço de produção e circulação de representações sobre o futebol feminino. Desta maneira, o texto tensiona duas representações distintas: a concepção que a modalidade é contraindicada para as mulheres, através de um discurso biológico e social; de outro, a evidência de que mulheres já participavam e organizam-se em competições.

A imagem que acompanha a matéria reforça essa segunda dimensão. As mulheres são retratadas como praticantes do futebol, ocupando efetivamente o espaço esportivo. Embora os uniformes apresentados não possuam a padronização observada nas equipes profissionais masculinas da época, a fotografia registra a presença feminina em uma atividade que permanecia interditada no contexto brasileiro. Nesse sentido, texto e imagem operam conjuntamente na construção de uma representação que contribui para conferir visibilidade e legitimidade à modalidade.

Por fim, merece atenção o título atribuído ao recorte: “A melhor coisa do futebol”. Embora a fonte não permita afirmar qual era a intenção do editorial, o enunciado possibilita diferentes interpretações, se a revista fala da prática do futebol feminino ou das mulheres, enquanto objeto de interesse dos leitores, uma vez que o periódico é direcionado majoritariamente ao público masculino. Nesse sentido, a ambiguidade presente evidencia a necessidade de compreender a reportagem não apenas por aquilo que ela expõe, mas também pelas escolhas editoriais que possibilitavam a produção e circulação da informação para os seus leitores.

No mesmo contexto, em que o futebol feminino se encontrava legalmente interditado no Brasil, a coluna de João Saldanha, jornalista e ex-técnico da seleção brasileira, vai em outra direção para retratar o futebol feminino, satirizando a modalidade, conforme podemos ver na figura 8 e 9[2].

[2] Ambas as figuras são propostas na oficina, na construção de ficha documental sobre a impressão do público alvo sobre as representações femininas da revista *Placar* (Noimann, 2026).

Figura 8 – Futebol é coisa pra mulher



João Saldanha

HENILDAAA... VOCÊ PEGOU A CAMISA ERRADA DE NOVO!

OTA

FUTEBOL É COISA PRA MULHER

Não está fácil escrever sobre o futebol dos homens. Também, daqui a uma ou duas semanas termina. Quer dizer, termina a parte deste ano. Quando vai terminar todinho, não sei. Mas estou preocupado. O jeito é uma digressão até que a CBD resolva não fazer mais este campeonato, onde entram uns e saem outros e todos na bronca. Isto não é competição. Salve o campeão, mas penso que teremos de dizer: "Ao vencedor, as batatas". Por isso, vou aproveitar para tratar de um tema muito subestimado. Inclusive por mim. Tenho recebido razoável correspondência sobre o assunto e confesso que não dei muita bola. Trata-se do futebol feminino. Seria uma atitude machista? Não, de minha parte não. Sempre achei que as mulheres devem ter participação em tudo. Pelo menos igual à dos homens ou, em casos impossíveis, devem ser ajudadas.

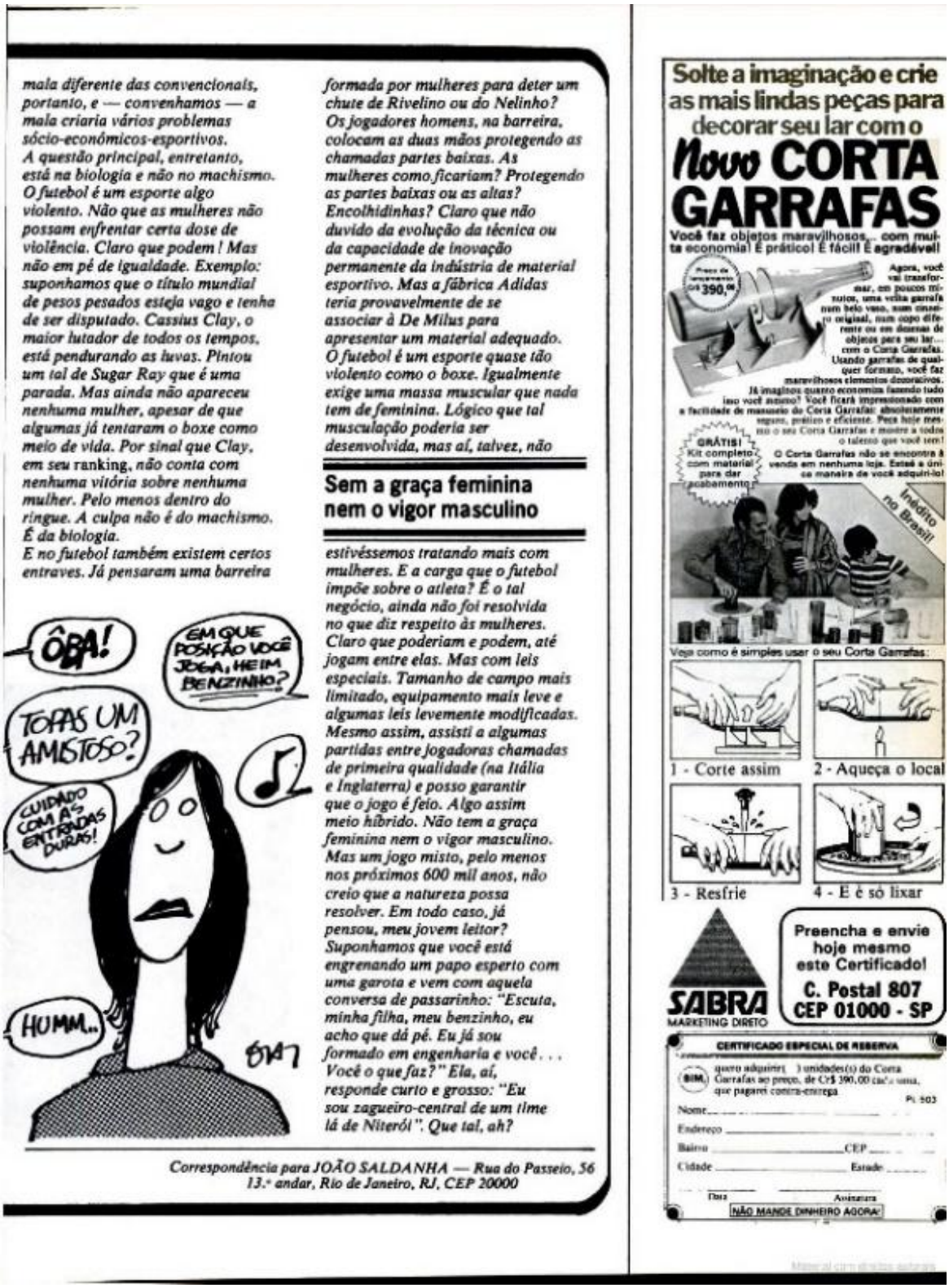
As leis foram feitas pensando nos homens

A questão é futebol e nota-se que a participação das mulheres na prática deste esporte é mínima. Por que só os homens disputam a Copa do Mundo? E os campeonatos? As mulheres não têm direito? Existe alguma proibição? Respondo. Bem, a lei do jogo, quer dizer, a lei básica que regulamenta a disputa do futebol, nada tem especificamente contra as mulheres. Entretanto, nota-se que com sutileza está tudo escrito com sentido para uso estritamente masculino. Por exemplo: "O jogador para entrar no campo deve se apresentar assim assim". Gênero masculino bem claro e não existe nos regulamentos nada que aparente permitir a participação das mulheres no jogo. Poderia até dizer que nada existe diretamente contra. Mas a verdade é outra. A lei do jogo conduz à coisa de maneira que o futebol seja jogado somente pelos homens, quando estipula o uniforme, peso da bola, tempo de jogo, tamanho da bola, o campo e outras coisas. Talvez um certo espírito econômico impere nisso tudo. De fato, não seria muito fácil a construção dos vestiários. É verdade que muitas mulheres já não se incomodam de mudar de roupa em vestiários mistos. Por outro lado, não sei como os homens receberiam em seus camarins introduções de coisas diferentes, como bidês e outras particularidades. O pobre massagista teria problemas. Não na massagem, é claro. Isto já está superado. Hoje os homens massageiam as mulheres e elas massageiam os homens. E como! O caso estaria na mala do massagista. A mala normal, a mala de socorro, tem esparadrapo, ataduras, kelene novocaína, embrocações; na bolsa tem gelo e água, e alguns clubes mais ricos têm pronta uma caixa com material para uma sutura urgente. E outras coisas necessárias. Poderiam argumentar que para as mulheres seria a mesma coisa, pois estariam sujeitas aos mesmos contratempos. Pode ser, já não duvido de mais nada. Mas pondero que o massagista do time misto também deveria ter em sua mala agulha, linha, baton, rouge, grampos, paninhos e algodões de várias qualidades, modess ou outras inovações. Enfim, uma série de apetrechos para prevenir qualquer acidente no time. Uma

Material com direitos autorais

Fonte: SALDANHA, João. **Futebol é coisa pra mulher**. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 503, p. 36-37, 14 dez. 1979. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

Figura 9 – Futebol é coisa pra mulher



mala diferente das convencionais, portanto, e — convenhamos — a mala criaria vários problemas sócio-econômicos-esportivos.
A questão principal, entretanto, está na biologia e não no machismo. O futebol é um esporte algo violento. Não que as mulheres não possam enfrentar certa dose de violência. Claro que podem! Mas não em pé de igualdade. Exemplo: suponhamos que o título mundial de pesos pesados esteja vago e tenha de ser disputado. Cassius Clay, o maior lutador de todos os tempos, está pendurando as luvas. Pintou um tal de Sugar Ray que é uma parada. Mas ainda não apareceu nenhuma mulher, apesar de que algumas já tentaram o boxe como meio de vida. Por sinal que Clay, em seu ranking, não conta com nenhuma vitória sobre nenhuma mulher. Pelo menos dentro do ringue. A culpa não é do machismo. É da biologia.
E no futebol também existem certos entraves. Já pensaram uma barreira formada por mulheres para deter um chute de Rivelino ou do Nelinho? Os jogadores homens, na barreira, colocam as duas mãos protegendo as chamadas partes baixas. As mulheres como ficariam? Protegendo as partes baixas ou as altas? Encolhidinhas? Claro que não duvido da evolução da técnica ou da capacidade de inovação permanente da indústria de material esportivo. Mas a fábrica Adidas teria provavelmente de se associar à De Milus para apresentar um material adequado. O futebol é um esporte quase tão violento como o boxe. Igualmente exige uma massa muscular que nada tem de feminina. Lógico que tal musculação poderia ser desenvolvida, mas aí, talvez, não estivéssemos tratando mais com mulheres. E a carga que o futebol impõe sobre o atleta? É o tal negócio, ainda não foi resolvida no que diz respeito às mulheres. Claro que poderiam e podem, até jogam entre elas. Mas com leis especiais. Tamanho de campo mais limitado, equipamento mais leve e algumas leis levemente modificadas. Mesmo assim, assisti a algumas partidas entre jogadoras chamadas de primeira qualidade (na Itália e Inglaterra) e posso garantir que o jogo é feio. Algo assim meio híbrido. Não tem a graça feminina nem o vigor masculino. Mas um jogo misto, pelo menos nos próximos 600 mil anos, não creio que a natureza possa resolver. Em todo caso, já pensou, meu jovem leitor? Suponhamos que você está engrenando um papo esperto com uma garota e vem com aquela conversa de passarinho: "Escuta, minha filha, meu benzinho, eu acho que dá pé. Eu já sou formado em engenharia e você... Você o que faz?" Ela, aí, responde curto e grosso: "Eu sou zagueiro-central de um time lá de Niterói". Que tal, ah?

Sem a graça feminina nem o vigor masculino

Correspondência para JOÃO SALDANHA — Rua do Passeio, 56 13.º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20000

SALDANHA, João. **Futebol é coisa pra mulher**. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 503, p. 36-37, 14 dez. 1979. Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 23 jul. 2026.

Inicialmente o jornalista aborda questões ligadas ao futebol masculino, mas nesta coluna, segundo ele, se ocuparia do futebol feminino, pois receberia razoável correspondência para tratar do tema. A justificativa para a interdição da prática feminina, segundo o próprio jornalista, se daria pelas próprias regras do futebol, onde afirma que as leis do esporte foram feitas para os homens:

> A lei básica que regulamenta a disputa do futebol, nada tem especificamente contra mulheres. Entretanto, nota-se que com sutileza está tudo escrito com sentido de uso estritamente masculino. Por exemplo: “O jogador para entrar no campo deve se apresentar assim”. Gênero masculino bem claro e não há nada que aparente permitir a participação das mulheres no jogo. Poderia até dizer que nada existe diretamente contra. Mas a verdade é outra. A lei do jogo conduz à coisa de maneira que o futebol seja jogado somente pelos homens, quando estipula uniforme, peso da bola, tempo de jogo, tamanho da bola, o campo e outras coisas (Placar, 1979, p. 36)

Na continuação de seu artigo, Saldanha utiliza um tom irônico para construir uma narrativa que problematiza as transformações que ocorreriam caso o futebol adotasse a modalidade mista de homens e mulheres no mesmo espaço esportivo. Ao retratar sobre vestiários mistos, afirma:

> De fato não seria muito fácil a construção de vestiários. É verdade que muitas mulheres já não se incomodam de mudar de roupa em vestiários mistos. Por outro lado, não sei como os homens receberiam em seus camarins introdução de coisas diferentes, como bidês e outras particularidades. (PLACAR, 1979, p. 36)

Nesse sentido, a partir da perspectiva de Chartier (1990) é possível compreender o discurso como uma representação social, onde o futebol feminino causaria desordem em um espaço historicamente controlado pelo masculino. Destaca-se assim, o compartilhamento do vestiário e a troca de roupas que evidenciam uma preocupação moral e que ameaça os padrões de feminilidade socialmente aceitos, que neste caso seria a vestimenta adequada no espaço público. Dessa maneira, a participação feminina não altera apenas o futebol, mas rompe com os limites impostos ao comportamento de gênero.

Embora ao longo do texto, o jornalista afirme que a interdição feminina ao esporte não se daria pelo machismo, mas sim pelas diferenças biológicas entre homens e mulheres, este mobiliza elementos que sexualizam a presença feminina no esporte, conforme o trecho a seguir:

> O pobre massagista teria problemas. Não na massagem, é claro. Hoje os homens massageiam as mulheres e elas massageiam os homens. E como! O caso estaria na mala do massagista (...) Mas pondero que o massagista do time misto também deveria ter em sua mala agulha, linha, baton, rouge, grampos, paninhos (PLACAR, 1979, p. 36)

A ironia empregada, não tem apenas função humorística, mas por objetivo desqualificar a presença feminina no esporte. Assim, os materiais ligados a vaidade feminina representam um espaço doméstico e estético, que hierarquiza os papéis sociais de gênero e reforçam estereótipos ligados a construção da feminilidade.

O sarcasmo também está presente nas ilustrações da matéria, como na representação do provável companheiro de Henilda, que troca seu uniforme de futebol com o dela. A cena sugere de que o compartilhamento de espaços esportivos por homens e mulheres produziriam situações constrangedoras. Na figura 9, apresenta-se também uma charge cujo diálogo utiliza expressões como: “cuidado com as entradas duras” ou “em que posição você joga, heim benzinho?”, que recorrem ao duplo sentido de caráter sexual, reforçando estereótipos de gênero.

Por fim, ao afirmar que assistiu a partidas femininas na Europa, o jornalista reconhece a existência do futebol feminino, mas conclui que este não apresenta a “graça feminina nem o vigor masculino”. Tal formulação sintetiza a representação construída pelo artigo de Saldanha, uma vez que o homem estaria apto à violência do jogo e a mulher que pratica o esporte, não seria suficientemente feminina para se encaixar aos padrões de feminilidade, nem atenderia aos padrões exigidos no futebol. Dessa maneira, o discurso produz uma inadequação da mulher ao universo esportivo, contribuindo para sua marginalização midiática acerca da prática esportiva.

A fonte nos possibilita compreender que há uma resistência cultural em relação a presença feminina em modalidades tradicionalmente masculinas à época. Embora não apresente a figura explícita da jogadora, há uma tentativa de descaracterização da prática esportiva feminina a partir do texto e imagens mobilizadas, onde a sexualização e a ironia são recursos que inviabilizam a prática feminina.

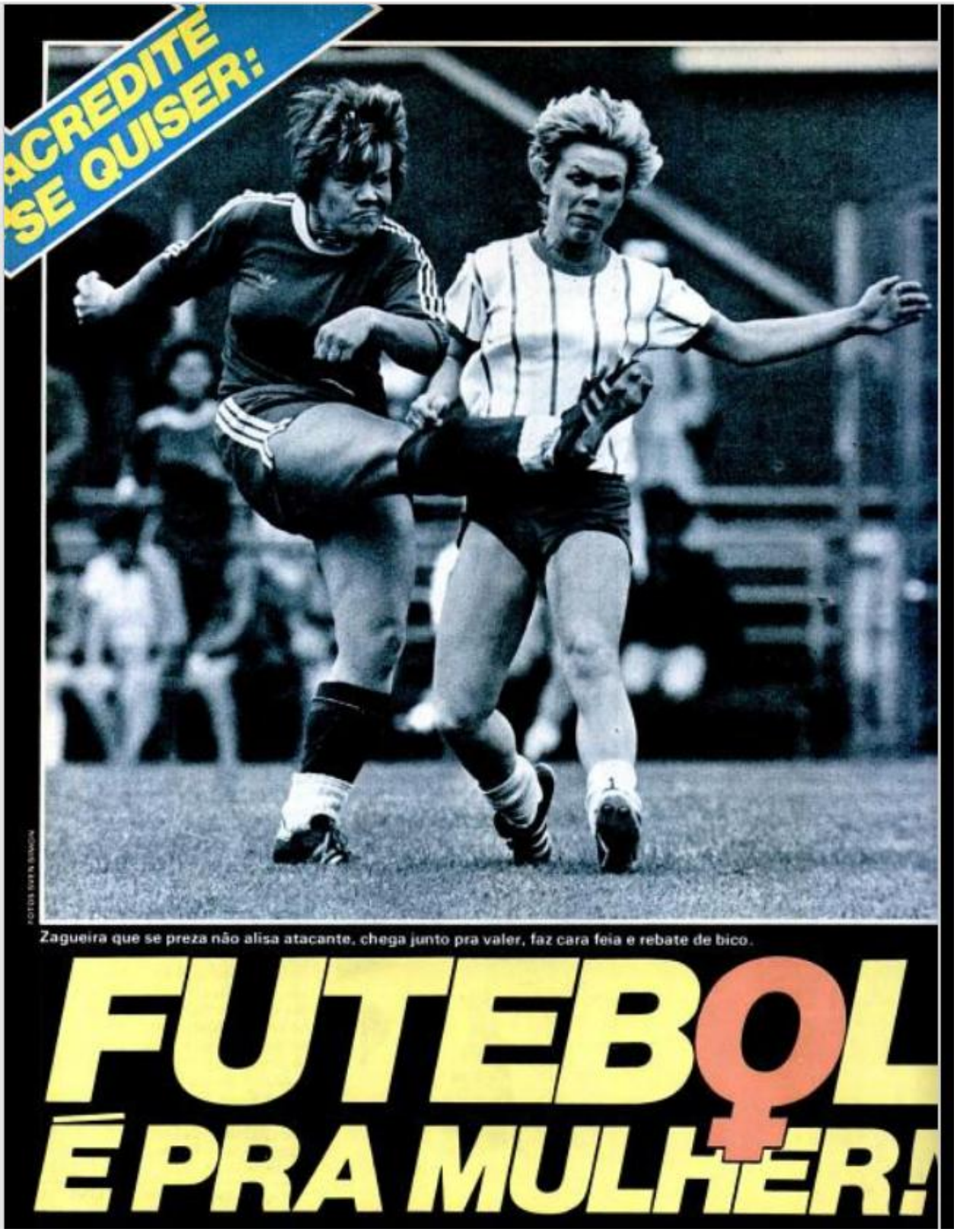
2.2 REVOGAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DO FUTEBOL FEMININO

No ano de 1979 a deliberação nº 10/79 do Conselho Nacional dos Desportos (CND), extinguiu oficialmente a proibição do futebol feminino, sendo sucedido pela deliberação 01/83 que estabeleceu normas para a prática da modalidade. Conforme aponta Goellner (2005), a revogação não representou uma ruptura imediata com discursos de gênero que historicamente marginalizaram a modalidade, mas integra-se a um contexto amplo de transformações políticas e sociais marcado pela presença feminina em diferentes espaços.

Nessa direção Silva (2015), afirma que tais mudanças estão inseridas em um contexto mais amplo da história brasileira, a abertura política, marcada por disputas discursivas entre imprensa, Estado e sociedade civil, momento que o futebol feminino começou a ganhar mais destaque.

No contexto da revogação da legislação que impedia as mulheres de praticar o esporte e da sua organização no Brasil, encontram-se na revista *Placar* reportagens mais consistentes – traço marcante que marcou a trajetória da revista no período. Verifica-se tal aspecto as figuras 10 e 11, publicada no ano de 1981 (edição de número 592), onde a discussão baseia-se em retratar os avanços ocorridos na Europa sobre o futebol feminino.

Figura 10 – Futebol é pra mulher



Fonte: FUTEBOL é pra mulher! *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 592, p. 34-36, 25 set. 1981. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 05 jun. 2026.

Figura 11 – Futebol é pra mulher



Fonte: FUTEBOL é pra mulher! *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 592, p. 34-36, 25 set. 1981. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 05 jun. 2026.

A partir do título expresso na figura 10: “Acredite, se quiser”, este se relaciona à manchete: “Futebol é pra mulher”. A construção discursiva tende a representar que o futebol ainda é associado como espaço predominantemente masculino. Nesse sentido, Chartier (1991) corrobora para o nosso entendimento de que as representações presentes na fonte não constituem um reflexo neutro da realidade, mas formas pelos quais os grupos sociais classificam o mundo social, atribuindo significado às suas práticas.

Por sua vez, na figura 11, ao dar visibilidade da modalidade feminina na Alemanha, evidenciando seu crescimento – 85 mil mulheres, em 2200 clubes de futebol registrados –, o periódico aponta para as barreiras e dificuldades que as mulheres transpõem no campo esportivo. Assim, a revista também contribui para a circulação de novas representações acerca do futebol feminino uma vez que divulga o crescimento da modalidade em outros países e possibilita compreender, a partir do esporte, as conquistas e as mudanças sociais, onde as mulheres passam a conquistar mais direitos.

Possibilita-se também a partir da fonte, confirmar o comportamento do periódico no contexto da abertura política brasileira, que ao abrir espaço a outras reflexões para além da cobertura esportiva, dialoga com questões complexas presentes na sociedade brasileira do período, e neste caso em específico, as relações de trabalho. Ao citar que a duração da carreira, de maneira amadora, duraria dos dez aos trinta anos, onde as mulheres “pendurariam as chuteiras”, possibilita a compreensão de que elas não têm o prestígio de uma estrutura profissional à época, representando uma hierarquização simbólica uma vez que se estabelecem de maneira distinta entre homens e mulheres as condições da prática do futebol.

Para além da relação trabalhista presente e o uso de linguagem marcante da cobertura ao retratar a prática feminina – “como elas marcam homem-a-homem” ou “chutam de bico” – as fontes levantadas no periódico possibilitam a discussão sobre a associação entre a prática do futebol por mulheres e o questionamento à sua sexualidade, relacionando praticantes do esporte ao homossexualismo.

Tal discussão está presente na figura 12, onde há a continuidade da reportagem, do correspondente da revista Silvio Rochenbach, que cita o crescimento do público, a formação de uma liga esportiva a “*Damen-Fussball*”, o assalariamento de jogadoras e a cobertura da mídia. Entretanto o relato da jogadora Anne Trabant-Haarbach sobre o homossexualismo abre espaço para a discussão:

> No futebol acontece o lesbianismo, mas é bom dizer que não é só no futebol. Nos outros esportes também isso ocorre porque as atletas se encontram muitas vezes sem a participação dos homens. (PLACAR, 1981, p. 36)

Figura 12 – Futebol é pra mulher



FUTEBOL

Elas são amadoras. Mas a jamaicana Beverly ganha bom dinheiro para mostrar sua classe.

Em março, a UEFA vai decidir se elas podem jogar a Copa Européia.

"Os homens só são melhores porque jogam há cem anos e nós começamos há dez."

O instinto na formação da barreira: é preciso proteger os seios.

Bettina recebe pela direita, passa por Erika e centra para a área. Marianne mata no peito, desce na coxa e chuta forte sem qualquer chance para Karen. Doze mil animados e curiosos torcedores sorriem e comemoram a conquista do bicampeonato da Alemanha Ocidental pelo Bergisch-Gladbach.

O público que acompanha os jogos do campeonato não é sempre tão numeroso, alguns não são vistos por mais de 500 pessoas, mas lances como esse já estão ficando comuns nos numerosos campos espalhados por toda Alemanha e por muitos outros países da Europa. A tal ponto que o próprio secretário geral da Confederação Alemã de Futebol, Hans Passlack, não conseguiu se conter:

— Elas fazem jogadas tão bonitas, que às vezes me esqueço totalmente que são mulheres que estão jogando.

O futebol feminino na Alemanha começou pra valer em 1968, quando surgiu o Damen-Fussball. Um ano depois, eram cinco os times de respeito; hoje já passam dos 2 200, disputando diversos campeonatos, todos reconhecidos pela Confederação, que ostentam estrelas famosas e com público próprio. Como Anne Trabant-Haarbach, chamada de Beckenbauer do futebol feminino, e Beverly Ranger, uma jamaicana conhecida por Pelé ou Pérola Negra.

A imprensa ainda não dá grande destaque ao futebol feminino na Alemanha, mas esse despeito não tem evitado que o público telespectador escolha cobras como Beverly e Bärbel Wohlleben como estrelas do mês, premiando-as na televisão como autoras do gol do mês, um troféu muito cobiçado.

Na Alemanha, há 16 federações regionais e os times campeões disputam o campeonato nacional. As moças treinam, fazem exames físicos e se preparam como os homens. Só não trocam camisas ao final do jogo.

Por SÍLVIO ROCHENBACH, de Bonn

"Homossexual existe em qualquer esporte"

"No início, a Confederação Alemã de Futebol não queria que nós nos estruturássemos. Mas, com o aparecimento de vários times, ela não teve outra saída. Agora vamos tentar formar a nossa seleção nacional. A DFB ainda se apavora quando tocam no assunto, mas acabará cedendo. O futebol feminino hoje é uma realidade. As escolas cada vez mais fazem força para proporcionar às meninas a chance de jogarem com os meninos. A procedência social das nossas jogadoras é muito diversificada e não tem a menor importância. São moças universitárias, professoras, secretárias, etc. E, quando estamos juntas, falamos de tudo, principalmente de futebol. Também temos relativa facilidade para nos relacionarmos com os homens que jogam futebol. Embora muitos ainda achem que lugar de mulher é na cozinha. Acho que o Beckenbauer, o Muller e o Breitner são grandes jogadores, mas não são simpáticos como o Keegan. No futebol acontece o lesbianismo, mas é bom dizer que não é só no futebol. Nos outros esportes também isso ocorre porque as atletas se encontram muitas vezes, sem a participação dos homens."

Anne Trabant-Haarbach, jogadora

Ela é comparada a Beckenbauer.

36 PLACAR

Material com direitos autorais

Fonte: FUTEBOL é pra mulher! *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 592, p. 34-36, 25 set. 1981. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 05 jun. 2026.

Percebe-se a tentativa da jogadora em desconstruir uma representação amplamente difundida de que as praticantes do esporte tendiam a ser homossexuais,

uma vez que o futebol não apenas masculinizaria o corpo, mas também alteraria o seu comportamento sexual. De acordo com Chartier (1991), as representações sociais classificam e orientam a percepção dos indivíduos sobre a realidade e, nesse sentido, a associação das atletas de futebol à homossexualidade, reforçam barreiras simbólicas entre os comportamentos considerados adequados para homens e mulheres e utilizando-se do preconceito de gênero, tenderia a desincentivar a prática feminina em esportes masculinos. Acerca desta concepção, de que o futebol masculinizaria os corpos e a figura feminina, Goellner esclarece:

> Para além dos imaginados danos físicos que esse esporte poderia causar, o receio de que pudesse masculinizar as praticantes direciona-se, não apenas para as modificações de seu caráter, mas, sobretudo, para a sua aparência. Afinal, julgava-se/ julga-se o quão feminina é uma mulher pela exterioridade do seu corpo. (Goellner, 2005, p. 143)

O temor em relação à masculinização dos corpos femininos e por consequência o seu comportamento, é uma das justificativas para o impedimento da prática às mulheres. Entretanto, tal preocupação não está apenas atrelada a um comportamento considerado desviante em relação à sua orientação sexual ou tornar as mulheres mais fortes, mas sim desta ocupar lugares que até então a figura masculina detinha o controle:

> A espetacularização do corpo feminino é aceita e incentivada em determinados locais sociais, em especial, aqueles que valorizam uma representação de feminilidade construída e ancorada na exacerbação, por exemplo, da beleza e da sensualidade. Noutros, como o campo de futebol ou as arenas de lutas, essa espetacularização direciona-se para o estranhamento a estes corpos femininos performantes, fundamentalmente, porque às mulheres, cuja aparência corporal é excessivamente transformada pelo exercício físico e pelo treinamento contínuo, são atribuídas características viris que não apenas questionam sua feminilidade, mas também colocam em dúvida a autenticidade do seu sexo. Afinal, o homem - seu corpo e seu comportamento - é o modelo a partir do qual o corpo e o comportamento da mulher são julgados, estigmatizando aquelas que ultrapassam os limites que convencionalmente lhe foram impostos. Não raras vezes as jogadoras de futebol são questionadas acerca de sua sexualidade, parecendo ser “natural” essa inspeção (Goellner, 2005, p. 148-149)

Nessa direção, reforça-se que a interdição feminina, trajada de aspectos morais, simboliza uma tentativa de manter a hierarquização de gêneros, pois uma vez que os limites estavam sendo ultrapassados nas diferentes esferas da vida social, no qual o futebol é visto como um espaço simbólico de domínio masculino, os discursos produzidos contribuem para legitimar uma determina organização social, onde a participação feminina é condicionada a um determinado tipo de comportamento. Nesse sentido, as representações acerca do futebol feminino constroem mecanismos

que classificam e reforçam os estereótipos de gênero, a partir do enquadramento das práticas dentro da feminilidade.

O fim da proibição promoveu um crescimento das reportagens destinadas ao futebol feminino no Brasil, como visto anteriormente na tabela referente à pesquisa quantitativa. A maior visibilidade dada à modalidade é evidenciada nas figuras 13 e 14, reportagem da edição de nº 592, no ano de 1981. A matéria é constituída de diferentes opiniões sobre o futebol feminino, utilizando como recurso o comparativo da modalidade na Europa e Brasil, mostrando que a prática feminina no velho continente já era realizada de maneira consistente, havendo pressão para sua regulamentação profissional, enquanto no Brasil o machismo estrutural, evidenciado pelas opiniões presentes na matéria, impediam tal realização.

Salienta-se que devido às diferentes representações apresentadas na reportagem, a mobilização de diferentes personagens assim como o contexto histórico, evidenciado pela presença dos militares na burocracia do Estado, a reportagem também compõe o produto educacional (Apêndice C), uma vez que possibilita uma importante consideração sobre o fim da proibição do futebol feminino no Brasil.

Figura 13 – “As mulheres atacam”



Futebol feminino Na Europa, crescem as

AS MULHERES ATACAM

Futebol feminino não tem graça e ainda masculiniza a mulher. Apesar dessas críticas, no Brasil como no exterior as moças continuam a bater sua bolinha, certas de que mais um tabu está prestes a cair

Pressionada por dirigentes de várias federações nacionais, a poderosa UEFA (União Européia de Futebol) está cada dia mais próxima de uma histórica decisão: reconhecer oficialmente o futebol feminino, cuja popularidade cresce na Europa com espantosa rapidez. Uma vez adotada pela UEFA, é bastante provável que a medida seja imitada também pela FIFA — e, neste caso, com reflexos imediatos no Brasil. Afinal, como informa o general César Montagna, presidente do Conselho Nacional de Desportos, ''a prática do futebol feminino, hoje proibida, será liberada automaticamente a partir do momento em que a FIFA assim determinar e a CBF nos comunicar''.

A liberação — por ora restrita ao nebuloso terreno das especulações — está longe de encerrar a polêmica sobre a conveniência ou não de se oficializar e estimular o futebol feminino na terra do futebol. Ao contrário, só serve para acirrar ainda mais os debates. O comentarista João Saldanha, por exemplo, é taxativo:

— Sou contra, porque acaba se transformando num esporte híbrido: não tem nem a graça feminina, nem a virilidade masculina que caracteriza o futebol.

O general Montagna — cuja filha, Noêmia, semanalmente bate sua bolinha no Week-End Club, em Teresópolis (RJ) — concorda com Saldanha, esgrimindo argumentos ainda mais fortes.

Palhinha propõe: fora com as pernas-de-pau

— A qualidade do espetáculo é sempre baixa: elas são duras de cintura.

Mas o ponta-de-lança Palhinha tem uma solução para o problema — de resto, aplicável a qualquer time de marmanjos:

— É só não escalar as pernas-de-pau. Aí você vai ver se dá ou não dá jogo bom.

O centroavante Reinaldo confessa que ele mesmo iria a um campo para ver ''um jogo de mulheres'' — mas essa é uma visão liberal demais para os padrões conservadores do zagueiro do Bangu, Moisés, que decreta:

— Mulher que se preza não fica correndo atrás da bola, tem outros afazeres mais importantes e atraentes.

Rução, chefe da Folgada, torcida organizada do Botafogo, vai além:

— Mulher não nasceu pra isso. Fica uma coisa horrível, sem graça. Além disso, já pensou depois do jogo a gente ter que abraçar mocinhas cheias de músculos? Pra mim, mulher tem que ser feminina — não deveria jogar nem voleibol,

FALA, LEITOR!

PLACAR quer que você também participe desta discussão. Responda às duas perguntas abaixo, destaque o cupom e o endereço para Rua do Curtume, 635, caixa postal 2372, CEP 01000, São Paulo, SP

Você é a favor do futebol feminino?

☐ SIM NÃO ☐

Você chegaria mais cedo ao estádio só para ver uma preliminar entre dois times de mulheres?

☐ SIM NÃO ☐

Nome .....

sexo ..... idade .....

Material com direitos autorais

Fonte: AS MULHERES atacam. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 592, p. 32-33, 18 set. 1981. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

Figura 14 – “As mulheres atacam”



pressões para que o esporte seja regulamentado. Aqui, o assunto divide as opiniões

Coração de Leão (calções escuros) em campo: prejuízo nos bares

SURGEM AS PROFISSIONAIS

Mais de 500 mil mulheres jogam futebol na Europa, atualmente. São 380 mil só na Alemanha Ocidental, onde o Damen-Fussball *começou mesmo pra valer em 1968 e, hoje, atrai um público médio de quatro mil pessoas por partida. Na classificação por número de jogadoras, a Holanda aparece em segundo lugar (52 mil), seguida da Dinamarca (28 mil), França (20 mil) e Noruega (10 mil).*

Mesmo sem o apoio e o reconhecimento da UEFA, a Europa organiza regularmente seus campeonatos nacionais. Para efeitos externos, o esporte ainda preserva seu caráter amadorístico, mas sabe-se de muitas atletas que ganham para jogar.

nem basquete, quanto mais futebol...

Que Rução, em seu visceral culto ao machismo, pense assim, é compreensível. Mais estranho é que encontre aliados entre mulheres que sempre praticaram esporte. Uma delas é Regina Uchoa, campeã sul-americana pela Seleção Brasileira de voleibol:

Muda o sexo, mudam também as regras

— Futebol é esporte de homem, fica estranho ver as mulheres querendo imitar os nossos craques. Na melhor das hipóteses, serão acusadas de homossexuais.

Célia Regina, também da Seleção de vôlei, completa:

— O contato direto corpo-a-corpo torna o futebol um esporte muito violento. E eu não tenho temperamento para levar uma trombada ou uma pernada e ficar calada. Se sou agredida, parto logo para o revide.

Interessante é que esse tipo de crítica pouco se faz ao basquete, um esporte praticado pelas mulheres há muito tempo, apesar dos entrechoques serem tão ou mais freqüentes que no futebol. Em todo caso, mesmo os mais fervorosos defensores do futebol feminino são unânimes em reconhecer que, ao mudar de sexo, o futebol teria de sofrer pequenas adaptações em suas regras. Por exemplo: aliviar em algumas gramas o peso da bola e das chuteiras, reduzir as dimensões do campo e encurtar a duração das partidas.

Craque holandesa: desinibida

— Quem sabe dois tempos de 35 minutos cada — sugere Maria das Graças Correia da Nóbrega, a Gracinha, vice-presidente e ex-ponta-direita do Coisinha do Pai, de Recife — onde, aliás, a partir do próximo 3 de outubro, será disputado um torneio de futebol feminino, que até a semana passada já contava nove times inscritos.

Que o torneio será um sucesso de público, Fernando Espósito não tem dúvida — ele que responde pela direção técnica do Coração de Leão, ligado ao Sport de Recife:

— Quando fizemos algumas demonstrações nos intervalos de jogos oficiais, o movimento nos bares dos estádios caiu em 90%. Soube que foi por causa disso que proibiram nossas exibições.

"Abaixo os tiranos de cama e mesa!"

Rução, com sua arrasadora sinceridade, desmente a tese de Espósito:

— No dia em que a preliminar dos jogos do Botafogo for disputada por mulheres, começo a chegar mais tarde no estádio. Futebol feminino, nem de graça!

O troco vem no mesmo tom, no discurso inflamado de Heloneida Studart, deputada estadual pelo PMDB carioca, escritora e feminista convicta:

— Estou com as mulheres que se dispõem a jogar futebol, seja por lazer ou profissionalismo. Precisamos acabar com essa história dos homens administrarem nossos bens, marcarem nossos domicílios, interferirem na nossa individualidade. Chega desses democratas de palanque e desses tiranos de cama e mesa!

Pronto, está aberto o debate — que promete ser tão apaixonante quanto o próprio futebol, masculino ou feminino.

Por HIDEKI TAKIZAWA/ EQUIPE PLACAR

Material com direitos

Fonte: AS MULHERES atacam. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 592, p. 32-33, 18 set. 1981. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

Com o título “Mulheres atacam”, a reportagem é construída partir de diferentes opiniões sobre o futebol feminino no Brasil. Entre um dos relatos está o do General César Montagna, onde identifica que a modalidade ainda permanecia proibida, embora aguardasse a regulamentação dos órgãos competentes em relação ao esporte – CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e FIFA (Federação Internacional de Futebol). Mais adiante, o jornalista Hideki Takizawa, traz o relato de João Saldanha sobre o futebol feminino, onde diz: “sou contra: porque acaba de criar um esporte híbrido: não tem nem a graça feminina, nem a virilidade masculina que caracteriza o futebol” (Placar, 1981, p. 32). Tal posição de Saldanha, jornalista e ex-treinador da seleção brasileira de futebol, é ratificada pelo general Montagna. De maneira irônica, a reportagem relata que a filha do General, cujo nome é Noêmia, pratica o esporte semanalmente, na tentativa de contrapor o argumento trazido por ambos.

Os personagens que ganham voz através da revista, Saldanha e Montagna, evidenciam uma representação presente naquele momento sobre o futebol: espaço de afirmação da masculinidade, marcada pela virilidade e que contrastava diretamente com a feminilidade da mulher. Chartier (1990), afirma que as representações produzem sentido e estabelecem distinções entre os grupos e, nesse caso, os personagens reforçam que a prática é incompatível tanto à feminilidade normativa como as características que são tradicionalmente associadas ao futebol.

As entrevistas presentes na reportagem são majoritariamente de figuras masculinas, evolvidas diretamente com o futebol, onde evidenciam que há uma divisão acerca da aceitação do futebol feminino. Destacam-se três personagens: Reinaldo – jogador do Atlético Mineiro –, onde a reportagem retrata sua postura mais liberal, pois afirma que “assistiria a uma partida de futebol feminino”; Moisés – zagueiro do Bangu –, que adota discurso conservador, decretando: “mulher que se preza não fica correndo atrás de bola, tem outros fazeres mais importantes e atraentes”; e, por fim Rução – líder da torcida do Botafogo –, que o próprio jornalista o evidencia como defensor de um “machismo visceral”.

A discussão vai além. A reportagem traz a entrevista com jogadoras de vôlei que se posicionam contra a prática do futebol feminino no Brasil, destacando-se Regina Uchôa, jogadora de vôlei: “Futebol é esporte de homem, fica estranho ver mulheres querendo imitar os nossos craques. Na melhor das hipóteses, são acusadas de homossexualismo.” (Placar, 1981, p. 33). Outra jogadora de vôlei, Célia Regina, apresenta argumento semelhante:

o contato direto, corpo a corpo torna o futebol um esporte muito violento. E eu não tenho temperamento para levar trombada ou uma pernada e ficar calada (Placar, 1981, p. 33)

O jornalista, contudo, traz um contra-argumento, mostrando que é: “Interessante é que esse tipo de crítica pouco se faz ao basquete, um esporte praticado por mulheres há muito tempo” (Placar, 1981, p. 33).

Tal observação permite perceber que a resistência ao futebol feminino não estava centrada na violência do esporte em si, mas no significado simbólico, como já exposto, onde a mulher transgredia um espaço que até então pertenceria ao homem e a retórica utilizada, contrária à prática, permanecia no campo da orientação sexual. Nessa direção, evidencia-se no periódico as diferentes representações sobre a participação feminina no esporte, tensionadas a partir dos discursos de masculinidade e homossexualidade e ao mesmo tempo que apresenta argumentos contrários e exemplos de modalidade esportivas praticadas por mulheres. Também é possível perceber que mesmo se notabilizando por ser um periódico esportivo, a *Placar* nas entrelinhas, trazia os embates presentes na sociedade, neste caso a igualdade de gênero, e que de alguma forma reverberavam na prática esportiva.

Adiante, relata partidas que estavam acontecendo nas preliminares ou intervalos dos jogos masculinos, entretanto dá voz à *Rução* novamente: “No dia em que a preliminar dos jogos do Botafogo for disputada por mulheres, começo a chegar mais tarde no estádio. Futebol feminino, nem de graça!” (Placar, 1981, p. 33)

O trecho reforça como o preconceito, presente também em outros relatos, se manifestava na recusa em reconhecer a legitimidade esportiva às partidas femininas. Entretanto, a revista mostra *Rução* como um personagem caricato, onde seus discursos parecem não estar dialogando diretamente com o contexto de permissão do futebol feminino, tendendo a descaracterizar seu discurso. Assim, a revista não apenas reproduz o discurso, mas os organiza, hierarquiza e atribui sentidos (Chartier, 1990).

Em contrapartida, Heloneida Studart, deputada estadual do PMDB, escritora e feminista convicta se opõe aos entrevistados:

> Estou com as mulheres que se dispõe a jogar futebol, seja por lazer ou profissionalismo. Precisamos acabar com essa história dos homens administrarem nossos bens, marcarem nossos domicílios, interferirem em nossa individualidade. Chega de democratas de palanque e desses tiranos de cama e mesa! (Placar, 1981, p. 33)

Por fim, ciente da divisão em relação às mulheres praticarem futebol, o jornalista propõe o envio de uma cédula (figura 14), na qual os leitores poderiam encaminhar sua resposta favorável ou não sobre a prática feminina do futebol. Cabe aqui ressaltar que tal elemento, assim como outras expressões já abordadas, remetem ao período histórico vigente da reportagem: a Ditadura Militar. Destacam-se os termos: “decreto”, “abaixo os tiranos de cama e mesa” e a própria cédula proposta.

No cenário brasileiro, decreto era a forma como a Ditadura implementava leis, de maneira antidemocrática. Quando a reportagem cita “*abaixo os tiranos*”, o jornalista permite associar tal expressão à contrariedade ao modus operandi do regime, suscitando um movimento de abertura política que estava em curso naquele período. Por fim, o uso da cédula remete à participação popular nas decisões, fato que não ocorria plenamente durante o regime militar brasileiro, aventando simbolicamente uma experiência democrática sobre o tema. Cabe ressaltar que nas edições seguintes não foram verificadas o resultado das respostas.

Acerca do uso da ironia, este é utilizado com o objetivo de descaracterizar a visão machista dos personagens contrários ao futebol feminino, promovendo a ideia de que a revista se colocava favorável à prática, afirmando que sua proibição era um “tabu” e que ele iria cair, reforçando o seu posicionamento favorável à prática do futebol por mulheres.

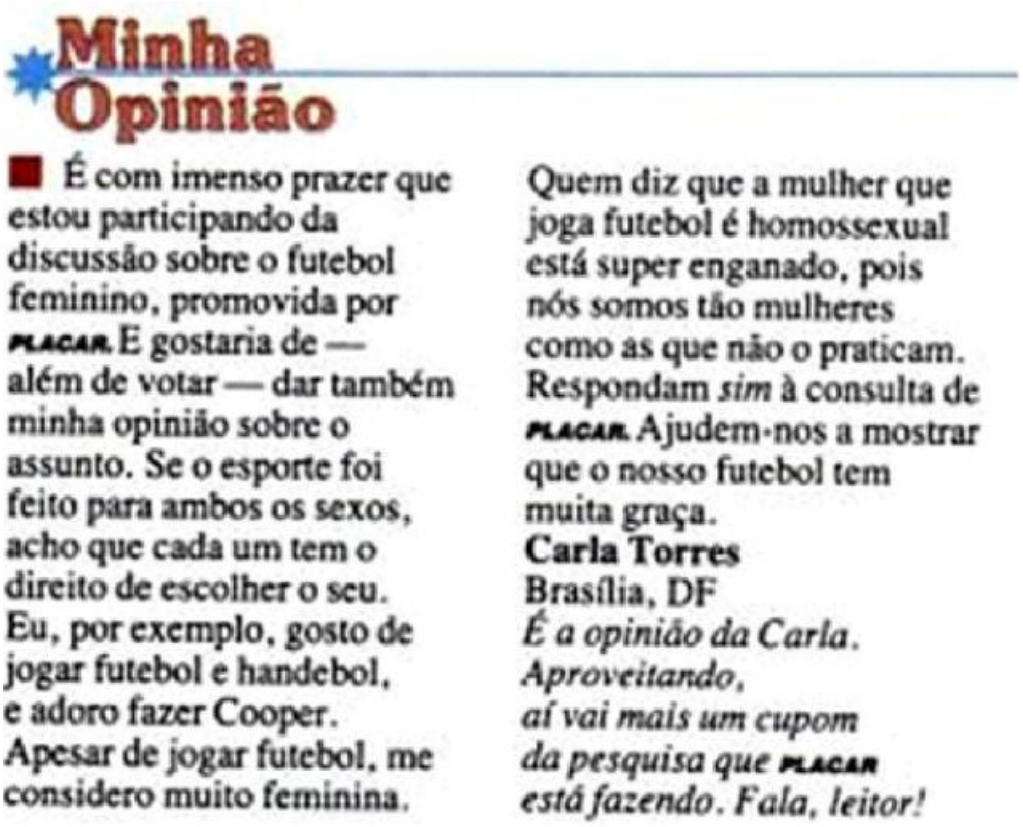
Assim, a revista se coloca diante de duas trincheiras articuladas entre si: a política, evidentemente contrária ao regime militar, e a de gênero, favorável à prática do futebol feminino pelas mulheres, ao evidenciar personagens que a defendem e ao mesmo tempo deslegitimar aqueles que se posicionavam de maneira contrária à prática. Nessa perspectiva, a imprensa atua como lugar privilegiado de construção e circulação de representações, contribuindo tanto para reforçar quanto para tensionar hierarquias sociais historicamente estabelecidas (Chartier, 1990).

Nesse sentido, a reportagem pode ser compreendida como um espaço de produção e circulação de representações sociais, no qual diferentes discursos disputam legitimidade. Ao conceder maior espaço e credibilidade às vozes favoráveis à prática feminina, a revista contribui para questionar classificações tradicionalmente estabelecidas sobre os papéis de gênero no esporte.

Ainda sobre a associação das jogadoras de futebol à homossexualidade, Salvini e Júnior (2013), observam que a enquete proposta, localizada na figura 14,

estimulou a participação de mulheres em defesa da sexualidade e da feminilidade das futebolistas, conforme verifica-se na figura 15:

Figura 15 – Minha Opinião



Minha Opinião

É com imenso prazer que estou participando da discussão sobre o futebol feminino, promovida por PLACAR. E gostaria de — além de votar — dar também minha opinião sobre o assunto. Se o esporte foi feito para ambos os sexos, acho que cada um tem o direito de escolher o seu. Eu, por exemplo, gosto de jogar futebol e handebol, e adoro fazer Cooper. Apesar de jogar futebol, me considero muito feminina.

Quem diz que a mulher que joga futebol é homossexual está super enganado, pois nós somos tão mulheres como as que não o praticam. Respondam *sim* à consulta de PLACAR. Ajudem-nos a mostrar que o nosso futebol tem muita graça.

Carla Torres
Brasília, DF

É a opinião da Carla. Aproveitando, aí vai mais um cupom da pesquisa que PLACAR *está fazendo. Fala, leitor!*

Fonte: TORRES, Carla. Minha opinião. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 592, p. 32, 18 set. 1981. Seção Fala, Leitor! Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 23 jul. 2026.

Segundo os autores, embora não houvesse nada explícito nas páginas da revista que associasse a perda da feminilidade com a prática do futebol, a imprensa esportiva, desde a década de quarenta, contribuiu para a circulação e representações sociais deste modelo. Entretanto se no contexto da regulamentação do futebol feminino, a revista deu visibilidade à modalidade, ela também contribuiu na vinculação da figura da futebolista à feminilidade normativa presente à época, ligada a vaidade, fragilidade e docilidade.

Retomando a análise do contexto da revogação da lei que proibia o futebol feminino no Brasil, este ainda não era permitido, uma vez que ainda lhe faltava a regulamentação, adaptando o futebol a suposta fragilidade feminina, fato que ocorreu quatro anos depois. No que diz respeito à regulamentação do futebol feminino, a pesquisa encontrou duas menções, a figura 16, recorte da página 70, presente na

edição de nº 672, datada de abril de 1983. Nela apresenta as regras aprovadas pela CND, entidade que regulava o futebol à época.

Figura 16[3] – Sem Pulo: Bola (também) é para mulher



SEM PULO

BOLA (TAMBÉM) É PARA MULHER

ARMÊNIO ABASCAL

Futebol feminino: troca de camisas não pode

O futebol feminino foi oficializado pelo Conselho Nacional de Desportos, que em sua deliberação incluiu no regulamento um item que as jogadoras consideram dispensável: a troca de camisas após as partidas está proibida. As mulheres não poderão usar chuteiras com travas metálicas, os jogos terão duração de 70 minutos — 20 de intervalo —, as bolas serão mais leves e as dimensões do campo menores — 90 m x 64 m, no máximo. Haverá duas categorias: juvenil, de 14 a 18 anos, e adulta, acima de 18. As demais regras permanecem as mesmas adotadas para os homens, exceto no número de substituições: as meninas poderão trocar três jogadoras durante a partida.

Fonte: BOLA (também) é para mulher. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 672, p. 54, 8 abr. 1983. Seção Sem Pulo. Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 23 jul. 2026.

[3] Esta fonte foi escolhida para representar, na oficina sugerida, o fim da proibição e a regulamentação da modalidade no Brasil (Noimann, 2026).

Através da imagem não se verifica quem são as jogadoras, mas supostamente estão participando de alguma atividade que alude ao futebol. Destaca-se o título da nota: “Bola (também) é para mulher”, que em sua formulação sugere a ampliação dos sujeitos na prática deste espaço esportivo, atribuindo-lhes lugares específicos na sociedade. Ao abordar que o futebol também é para mulher, a reportagem tensiona a representação do futebol à figura masculina. Entretanto ao retratar as regras específicas da prática feminina, o que demandaria adaptações ao tempo de jogo, ao espaço e materiais esportivos específicos, como a bola, destaca que tais medidas dificultariam mulheres e homens compartilharem a mesma estrutura para a prática do futebol.

A proibição das trocas de camisa é presente na legenda da imagem e tal atitude era considerada imoral, aos olhos da CND. Assim, percebe-se uma permanência no controle acerca do comportamento feminino em determinados espaços, uma vez que a atitude comum ao futebol, troca de camisas, poderia ferir a moralidade vigente à época, expondo os corpos femininos, mais do que o necessário. A preocupação evidencia que a regulamentação ao futebol feminino não estava associada apenas aos aspectos econômicos ou da viabilidade esportiva, mas envolvia representações acerca do comportamento considerado aceito pelas mulheres no espaço público. As normatizações, sob a perspectiva de Chartier (1990), são compreendidas como formas de produção e legitimação de determinadas representações sociais, estabelecendo quais práticas corporais seriam ou não adequadas às mulheres.

Reforça-se que o CND estava ligado às estruturas do regime militar brasileiro à época, período marcado pela repressão estatal através dos diferentes órgãos criados. Nesse cenário, a tentativa de controle às diferentes práticas não tinha apenas caráter político, mas sim cultural, fato que justifica a preocupação como a troca de camisas, considerada imoral acerca do futebol para as mulheres. Cabe ressaltar que a revogação e regulamentação do futebol feminino, como já exposto anteriormente, incorporam os últimos suspiros do regime, que pouco a pouco cedia à opinião pública para a redemocratização.

Destaca-se neste contexto, um dos fatos mais emblemáticos, e que não constam nas páginas da revista, mas que dialoga diretamente com a regulamentação foi o I Festival Nacional das Mulheres nas Artes, organizado pela atriz e empresária de teatro Ruth Escobar. De caráter feminista, o festival propunha, em 1982, uma partida no Pacaembu, cidade de São Paulo, onde mulheres representariam São Paulo

e Rio de Janeiro como preliminar do clássico entre São Paulo e Corinthians. Tal partida, embora fosse tratada como um espetáculo sem competividade, foi encarada pelo movimento feminista como uma forma de pressionar a CND para a regularização do futebol feminino (Goellner, 2021).

Uma das ativistas na luta pela liberação do futebol feminino e articuladora da partida foi Rose do Rio, que segundo Goellner:

> A luta de Rose, e de muitas outras mulheres, não foi inglória. Persuadido pelo exemplo da União das Associações Europeias de Futebol (UEFA), que já tinha regulamentado o futebol praticado pelas mulheres, em reunião no dia 25 março de 1983, o CND autorizou a prática da modalidade. Ainda assim estabeleceu que fossem seguidas as normas recomendadas pela FIFA, dentre as quais se destacam a diminuição do tempo do jogo, do tamanho do campo, do peso da bola, além do uso de "protetores para os seios e as chuteiras não poderão ter travas pontiagudas. Outra diferença do futebol tradicional: bola 'matada' no peito será falta, equivalente à bola na mão" (Vânia…, 1983, p. 33) (Goellner, 2021, p. 4).

Nesse cenário as restrições não demonstram que o reconhecimento do futebol feminino rompeu com as representações femininas associadas à fragilidade física e necessidade proteção. Nesse sentido, a regulamentação que diferenciava a prática feminina da masculina, delimitava qual era o papel e o lugar da mulher no campo esportivo.

A participação de Rose e outros personagens femininos citados nesta dissertação acerca da luta contra a proibição, possibilita um diálogo direto com uma proposta de educação histórica emancipadora, uma vez que uma visão tradicional de história tende a tratar aspectos políticos sem problematizá-los, havendo a interpretação de que as transformações em diferentes áreas, como no esporte, são concessões do poder estabelecido e muitas vezes caracterizados na figura masculina.

Chartier (1990) oferece elementos que podem auxiliar na análise da trajetória dessas mulheres, acerca das representações sociais. Ao questionarem seus papéis sociais perante as normas estabelecidas pelo Estado ou por entidades esportivas, elas atuaram como sujeitos históricos, contribuindo para a construção de novos sentidos para a participação feminina no futebol. Dessa forma o fim da proibição e a posterior regulamentação não foram meras concessões institucionais, mas resultado de ações concretas e reivindicações de mulheres que disputaram espaços de legitimidade no campo esportivo.

Acerca da nova realidade sobre o futebol brasileiro, onde as mulheres foram autorizadas a praticar o futebol, desde que atendessem critérios definidos pelo CND, a revista *Placar* trouxe a entrevista da atriz e deputada Beth Mendes, na edição

seguinte de nº 673, datada de abril de 1983 (figura 17 e 18). O artigo de opinião de Mendes mostra a oficialização do futebol feminino no Brasil, dando visibilidade à atriz, possibilitando ao leitor uma reflexão sobre aspectos relacionados a luta pelo direito da mulher em praticar o esporte.

Ambas as figuras ao compor o material didático da oficina (Apêndice C), também possibilitam a reflexão sobre a participação feminina não apenas no esporte, mas também na reflexão social sobre a luta feminina por direitos. Nesse sentido, a oficina não propõe apenas uma análise do futebol feminino na trajetória do esporte no Brasil, mas potencializa o debate acerca das conquistas das mulheres em diferentes âmbitos, incluindo na mídia e na política como Bete Mendes que à época era deputada federal.

Figura 17 – A mulher entra em campo



ABRINDO O JOGO

A MULHER ENTRA EM CAMPO

A oficialização do futebol feminino no país abre um novo espaço para o talento da mulher, que pode brilhar no esporte como em qualquer outro setor de atividade

Por BETE MENDES

Atriz e deputada federal (PT-SP)

No momento em que o Conselho Nacional de Desportos acaba de oficializar o futebol feminino, sinto-me orgulhosa de ver que, também neste palco, a mulher começa a se afirmar e ocupar o seu espaço. Não pensem que o uso da palavra "palco" tem algo a ver com a minha condição de atriz profissional. Na verdade, acho mesmo que há muita coisa em comum entre futebol e teatro. Principalmente quando analisados no contexto da luta que nós, mulheres, travamos diariamente para fazer valerem nossos direitos. Em apoio a essa tese, gostaria de citar dois fatos:

1. No passado, as mulheres não tinham acesso aos palcos. Mesmo as personagens femininas eram interpretadas por homens que, neste caso, se travestiam de mulher. À custa de muito trabalho e briga, felizmente a mulher conseguiu superar tal discriminação. Impôs sua capacidade criadora e presenteou as platéias do mundo inteiro com interpretações deslumbrantes.

2. O futebol, tanto quanto o teatro, existe para entreter o público, diverti-lo, estimulá-lo a sair de casa. Em ambos estão implícitos o aplauso, a vaia e qualquer outra forma de manifestação emocional.

À parte a questão do espetáculo em si, é preciso considerar também a força do futebol em nosso país. Ela resulta, não tenho dúvidas, do talento dos nossos jogadores — aquela ginga malandra, aquele jeito todo especial de transformar o jogo numa singular forma de arte. De todos os nossos grandes craques, em todos os tempos, gostaria de lembrar apenas dois: Pelé e Mané Garrincha. O primeiro foi Rei, teve sua incrível habilidade reconhecida mundialmente. O outro era um homem ingênuo, um ponta-direita tão genial que arrancava aplausos até mesmo das torcidas adversárias, às quais impunha tantas derrotas. Não é à toa que entrou para a história do futebol brasileiro como a Alegria do Povo.

Concebido e praticado, a princípio, pelas elites, o futebol demorou para popularizar-se e mais ainda para vencer certas discriminações. Mulher que ousasse ir ao estádio torcer por seu time era vista com maus olhos. Se resolvesse namorar um jogador, então, acabava arranjando inimigos dentro da própria família.

Passo a passo, contudo, os obstáculos foram sendo vencidos — em todos os terrenos. Nossos jogadores, ao mesmo tempo em que demonstram dentro de campo uma notável evolução técnica, fora dele começam a se preocupar também com sua formação enquanto seres humanos, enquanto elementos participantes do processo social. Hoje, não são poucos os jogadores com graduação em cursos superiores. Há professores de Educação Física, economistas, advogados, administradores de empresa. O resultado disso — altamente benéfico para a categoria como um todo — se expressa na importante liderança exercida por jogadores como Zico, Leão, Reinaldo, Palhinha, Waldir Peres, Wladimir, Sócrates e outros.

Dentro desse quadro, onde fica a mulher jogadora de futebol, cuja existência passa, a partir de agora, a ser reconhecida oficialmente pelo CND? Sem dúvida, teremos uma bata-

Faça você também o que já fizeram 1 900 000 pessoas: estude no INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO

Material com direitos autorais

Fonte: MENDES, Bete. **A mulher entra em campo**. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 673, p. 36-37, 15 abr. 1983. Seção Abrindo o Jogo. Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 23 jul. 2026.

Figura 18 – A mulher entra em campo



lha dura pela frente, mas haveremos de vencê-la. Exemplos a nos animar não faltam. No atletismo, a jovem Angélica de Almeida *(recordista brasileira juvenil dos 3 000 m)*; no vôlei, a sensacional Isabel, que, embora militando num esporte não profissionalizado, conseguiu um salário que lhe permite uma existência digna e, ao mesmo tempo, abre caminho promissor para suas companheiras e para as gerações futuras; no basquete, a implacável Hortência, que conquistou o público brasileiro ao comandar a vitória da nossa Seleção contra o bom time de Cuba, num torneio internacional realizado em São Paulo, no mês passado, com vistas ao próximo Campeonato Mundial. Como elas, muitas outras atletas nos últimos anos vêm demonstrando a capacidade da mulher de brilhar no esporte tanto quanto em qualquer outro setor de atividade.

Primeiro, o atletismo, o vôlei, o basquete. Agora, partimos para o futebol. É mais uma vitória contra o preconceito. Antes, éramos malvistas até nas arquibancadas. Hoje, já entramos em campo para dar espetáculo e fazer gols. Até aqui, o futebol só fez ídolos e pagou altos salários aos homens. Quem sabe, num futuro próximo, as mulheres não conquistarão os mesmos privilégios, exibindo sua arte nos gramados do Brasil e do mundo?

Futebol feminino: uma vitoria nos gramados contra o velho preconceito

O INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO
comunica seus novos endereços:
MATRIZ ● Av. Rio Branco, 781 — São Paulo-SP
FILIAL ● Rua Riachuelo, 159 — Rio de Janeiro-RJ (Próximo aos Arcos da Lapa)

Fonte: MENDES, Bete. **A mulher entra em campo**. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 673, p. 36-37, 15 abr. 1983. Seção Abrindo o Jogo. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

Através da comparação entre teatro e futebol, no qual considera que ambos são espetáculos, Mendes, ao considerar os avanços que ocorreram no futebol brasileiro, também faz uma reflexão sobre o desdobramento da regulamentação do futebol feminino no Brasil:

> Concebido e praticado a princípio, pelas elites, o futebol demorou para popularizar-se e mais ainda para vencer certas discriminações. Mulher que ousasse ir ao estádio torcer para o seu time era vista com maus olhos. Se resolvesse namorar um jogador, então acabava arranjando inimigos da própria família. Passo a passo, contudo os obstáculos foram sendo vencidos – em todos os terrenos (...) Dentro desse quadro, onde fica a mulher jogadora de futebol, cuja existência passa, a partir de agora, a ser reconhecida oficialmente pela CND? Sem dúvida, teremos uma batalha pela frente, mas haveremos de vencê-la. (Placar, 1983, p. 36 e 37)

A fala de Mendes, vai de encontro com a proposta editorial da revista à época, onde a *Placar* se notabilizou por ser um periódico que viu espaço no esporte para discutir temas mais complexos, como as relações de poder, de trabalho e cultura na sociedade brasileira. Nesse sentido, sua fala constrói uma representação de que a regulamentação é uma conquista histórica das mulheres, e ao mesmo tempo não ignora os obstáculos que ainda permanecem após o reconhecimento oficial da modalidade.

Em seu artigo, Mendes menciona outras jogadoras protagonistas em seus esportes, como Isabel do Vôlei e Hortênsia do Basquete, mostrando que há conquistas esportivas por mulheres e que o futebol é mais um espaço de conquista feminina na trajetória do esporte brasileiro. A atriz ao mesmo tempo que celebra tais conquistas, reconhece seus desafios e dificuldades como em outras áreas da vida. Ao referenciar atletas já consagradas, ela insere o futebol feminino juntamente com outras práticas esportivas femininas, fortalecendo sua legitimidade perante o público leitor.

Recorrendo à teoria das representações de Chartier (1990), a fonte permite compreender a construção representativa de legitimidade em torno do futebol feminino, sustentada tanto pela regulamentação da prática e pela visibilidade dada pelo periódico através de seus agentes. Segundo Chartier, as representações participam da construção da realidade social, classificando-a, atribuindo sentido e legitimidade às suas práticas. Assim, ao trazer a fala de Beth Mendes, a revista contribui para a circulação de discursos favoráveis à presença de mulheres no futebol, mostrando seu interesse editorial na ampliação da cobertura do futebol feminino.

A permissão legal para a prática do futebol feminino no Brasil, foi acompanhada pela revista que ao mesmo tempo que dava visibilidade à modalidade, principalmente através das vozes dissonantes sobre o tema. Entretanto surge uma nova demanda: como assentar as atletas no periódico esportivo? A análise das fontes, possibilitou compreender como a revista construiu uma representação que associava os padrões estéticos à prática do futebol feminino o que a revista passou a associar a beleza feminina à modalidade, como pode ser verificado na edição de número 701 da *Placar,* de 28 de outubro de 1983, nas páginas 48 a 50 (figuras 19 e 20[4]).

[4] A reportagem também compõe a oficina pedagógica sugerida no material, devido ao contraste da representação nas personagens, os estereótipos construídos acerca da feminilidade normativa (Noimann 2026).

Figura 19 – “A Bela”



FUTEBOL FEMININO

A BELA...

Por LEMYR MARTINS

A torcida do Internacional anda chegando mais cedo ao Beira-Rio. O motivo se chama Bel, tem 17 anos e brilha intensamente nas partidas preliminares, tanto na bola como na graça

Ela balançou os quadris num movimento obrigatoriamente sensual para deslocar as duas adversárias à sua frente e fuzilou contra o gol do Internacional de Santa Maria. Depois, com a mesma graça, deu um soco vitorioso no ar. ''Mata o velho, mata'', gritou das gerais ''seu'' Ambrósio, 60 anos, folclórico torcedor colorado.

Na verdade, seu grito tinha um sentido maliciosamente dúbio: ao mesmo tempo em que comemorava mais um gol da equipe feminina do seu clube, Ambrósio festejava a beleza de sua autora, Isabel Araújo Nunes, 17 anos.

Com medidas de Miss — 1,67 m de altura, 87 cm de busto, 62 de cintura, 93 de quadris e 58 de coxas —, não é por acaso que Bel se transformou na alegria da torcida durante as partidas preliminares do Inter no Beira-Rio. Seu amor à bola começou, com o apoio da mãe, dona Ercília, aos 11 anos. ''A bola era mais atraente do que a chata e passiva boneca'', diz com convicção. Já marcou oito gols nesta temporada e pretende terminar o ano como artilheira do time. E tem uma qualidade que faz toda a galera delirar: a garra. Chora e briga se joga mal ou perde o jogo.

Com a mesma facilidade com que se livra das suas marcadoras, ao estilo do gremista Renato, costuma driblar os namorados: de 1981 para cá teve nada menos do que seis. Em função disso, curte suas fases de ''liberdade'', como está ocorrendo agora. E informa a quem possa interessar: ''A primeira coisa que reparo no homem são as pernas''.

É por isso que o goleiro Leão, tido como o mais belo par de pernas dos nossos estádios, conquistou um lugar na galeria dos seus ídolos.

FOTOS LEMYR MARTINS

PLACAR 49

Material com direitos autorais

Fonte: MARTINS, Lemyr. **A bela e as feras**. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 701, p. 49-51, 28 out. 1983. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

Figura 20 – “As feras”



...E AS FERAS

Elas brigam também — e às vezes brigam feio, como na selvagem agressão ao juiz da decisão do Campeonato Carioca

Sim, o futebol feminino pode ser jogado por belas, como a jovem colorada das duas páginas anteriores, ou por feras — conforme aconteceu este mês, no Estádio de Moça Bonita, Rio de Janeiro, durante o jogo entre Bangu e Radar.

Era a decisão do I Campeonato Carioca de Futebol Feminino. O Radar, embora visitante, ganhou por 1 x 0, gol da apoiadora Cenira. De repente, começaram as cenas de selvageria, mostradas mais tarde na televisão. Irritado porque o árbitro Ricardo Ferreira não marcara um ''pênalti indiscutível'' a favor de seu time, o notório presidente do conselho deliberativo do Bangu, Castor de Andrade — que, aborrecido, agora promete evitar ir aos jogos do seu clube —, comandou seguranças e torcedores num massacre contra o juiz. Junto a eles, estavam três jogadoras da equipe da casa: Sandra, Betinha e Sara.

Na semana passada, Castor e suas perigosas meninas receberam uma suspensão preventiva por 30 dias. Quem achar que foi pouco, pode esperar pelo novo julgamento, marcado para esta terça-feira, dia 25. Mas sem muitas esperanças. ''Futebol é paixão'', filosofa o eterno presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Otávio Pinto Guimarães. ''E paixão é assim mesmo.'' Se isso pode prenunciar alguma absolvição, resta torcer para que, no futuro, o futebol feminino tenha muitas belas, inspiradas na atraente estrela do Inter — e que as feras voltem às jaulas.

IGNACIO FERREIRA

Sara, do Bangu: suspensa

ULTIMA HORA

Castor de Andrade: irritado, comandou toda a perseguição

FERNANDO PIMENTEL

Jogadoras do Rio já haviam intimidado outros árbitros (acima, as "feras" do Ponto Frio). Mas o clímax da violência aconteceu no campo do Bangu — o Moça Bonita. A vítima foi o juiz Ricardo Ferreira

JORNAL DOS SPORTS

50 PLACAR

Fonte: MARTINS, Lemyr. **A bela e as feras**. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 701, p. 49-51, 28 out. 1983. Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 23 jul. 2026.

O enquadramento dos materiais e das fotografias nas fontes – coloridas e preto e branco – evidenciam estratégias simbólicas que constroem representações estigmatizantes das mulheres no futebol. Ao destacar a beleza de Isabel, 17 anos jogadora do Internacional – RS, a reportagem aborda em páginas coloridas que

mulheres consideradas belas podem praticar o esporte, enquanto na página seguinte, em preto e branco, retratam conflitos presentes na prática esportiva, protagonizado pelas “feras”. Destaca-se aqui o trecho desta reportagem: “E as feras...elas brigam também – e às vezes brigam feio, como na selvagem agressão ao juíz da decisão do Campeonato Carioca” (Placar, 1983, edição 701, p. 50). Ao lado da chamada do texto, há a fotografia de uma jogadora negra do Bangu, chamada Sara, qual foi suspensa após a confusão do jogo entre Bangu e Radar. O recurso texto-imagem, possibilita ao público leitor a compreensão de que Sara seria uma representante das feras, que não jogam bonito como Bel, referida na reportagem como “bela”. O termo “selvageria” novamente será empregado na reportagem, reforçando a ideia de que aquele comportamento feminino, seria inaceitável dentro da modalidade e por consequência na sociedade, enquanto a beleza e feminilidade de Isabel seria aceitável.

O termo selvagem é recorrente na literatura antropológica do século XIX, sendo associado ao primeiro estágio da evolução humana, conforme afirma Lewis Morgan:

> “A porção mais antiga da existência humana pode ser dividida em três períodos principais: selvageria, barbárie e civilização. Estes períodos são distintos entre si e representam condições sucessivas da humanidade, conectadas por um progresso gradual.” (Morgan, 1877, p. 3)

A percepção do antropólogo sobre selvageria, remeteria a povos considerados atrasados pela ciência social que vigorava na época, principalmente através da comparação entre povos do continente africano e asiático, considerados em estágios inferiores de desenvolvimento em relação ao continente europeu, considerados civilizados, portanto, superiores. Tal pressuposto racista, questionado e refutado pelas ciências humanas e sociais, se atualiza na reportagem.

Nesse sentido, pode-se abordar a interseccionalidade racista presente na sociedade brasileira, a partir da fonte, onde jogadoras brancas são associadas a valores estéticos e comportamentais aceitos aos padrões sociais vigentes em uma época – docilidade, atributos de “miss” – enquanto mulheres negras são retratadas como “selvagens”, “perigosas” e “suspensas” e, conforme o fechamento da reportagem: “*que no futuro, o futebol feminino, tenha muitas belas, inspiradas na atraente estrela do Inter – e que as Fera, voltem às jaulas*” (Placar, 1983, edição 701, p. 50)

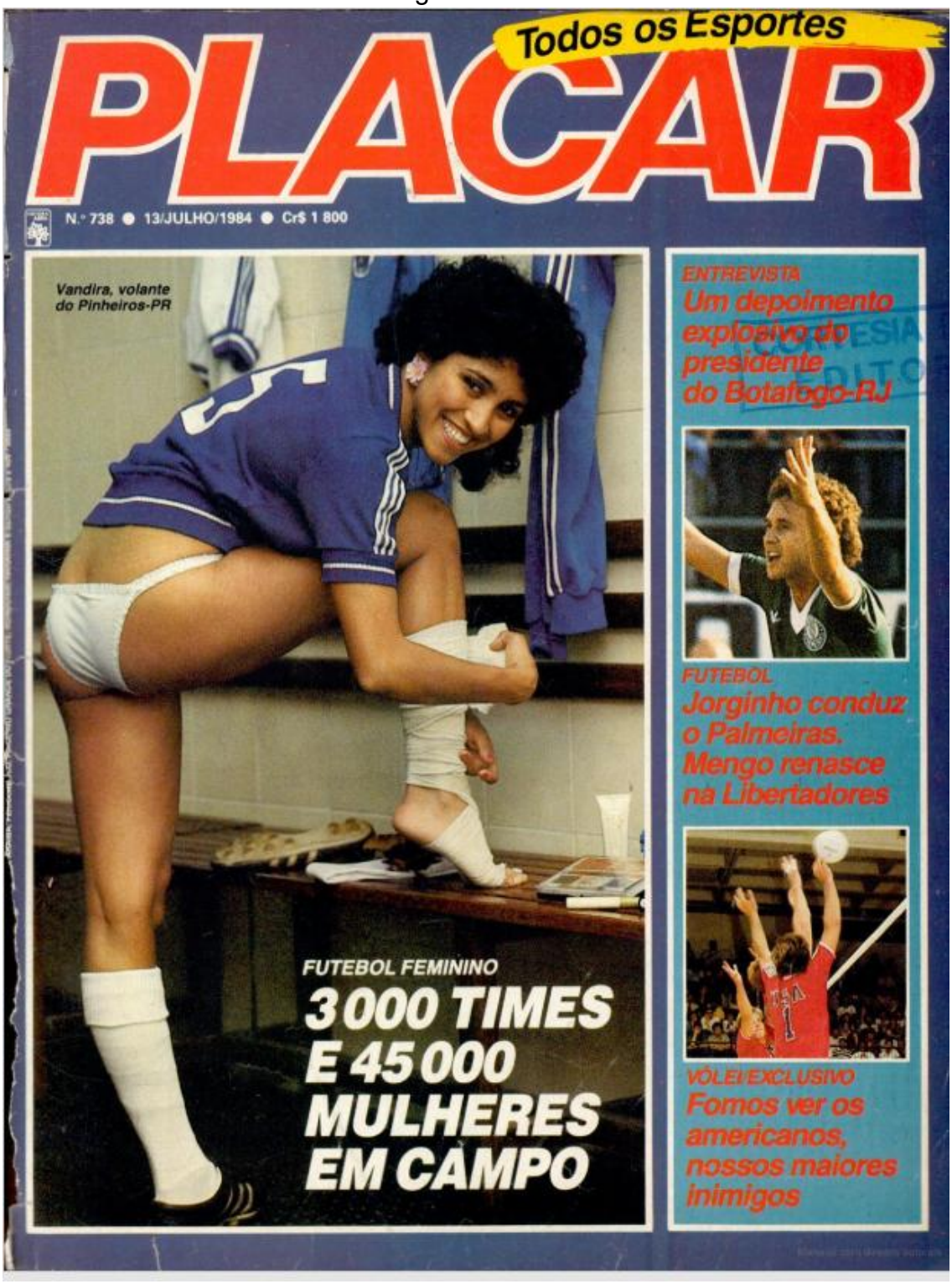
Compreende-se, portanto, que a revista não é apenas um produto de seu tempo, mas também um agente que legitima as representações sociais. Chartier (1990) afirma que as representações não são neutras, mas classificam, hierarquizam,

uma vez que “as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (Chartier, 1990, p. 17). Categorias como “beleza” e “selvageria” constroem modelos para a prática esportiva, ao mesmo tempo que articulam gênero e raça, atribuindo uma hierarquização que organiza, mesmo que de maneira velada, a sociedade brasileira a partir de traços físicos, associado ao comportamento social.

Como possíveis recursos didáticos as figuras 19 e 20, possibilitam mobilizar diferentes aspectos associados à história da mulher a partir do futebol, como os questionamentos à neutralidade da revista e o estudo comparativo de épocas, possibilitando um distanciamento de uma história linear, consagrada por pressupostos da Escola Metódica, qual função era forjar uma nação a partir da seleção de heróis nacionais e narrativas nacionalistas.

Outro exemplo do enquadramento das atletas está presente na edição de nº 738, em julho de 1984, a revista, que havia se reformulado no contexto adotando uma ampliação da cobertura nos esportes e alterando seu nome para: *Placar: Todos os Esportes,* trouxe a primeira capa dedicada ao futebol feminino (figura 21), Vandira, volante do Pinheiros do estado do Paraná, em que a jogadora parece estar se preparando para uma partida em um vestiário. Na manchete da capa, o periódico reconhece a presença de times de futebol feminino no Brasil que segundo a revista já conta com três mil times e quarenta cinco mil mulheres em campo.

Figura 21 – Vandira



Fonte: PLACAR. São Paulo: Editora Abril, n. 738, 13 jul. 1984. Capa. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

A partir deste momento, a pesquisa constatou que foi cada vez mais recorrente no periódico, com algumas exceções, a sexualização dos corpos femininos ligados ao futebol. Tal estratégia pode ser compreendida a partir da seguinte ótica: para além da

função de informação ao leitor, ela também é uma mercadoria e, neste caso, direcionada a um determinado público consumidor masculino, onde a sexualização pode ser interpretada como uma estratégia editorial compatível com a lógica comercial da imprensa esportiva, com a finalidade de manter ou aumentar as vendas, possibilitando, inclusive, atrair patrocinadores às suas páginas.

Corrobora para o entendimento da sexualização presente na representação do futebol feminino a análise de Goellner:

> a ampliação de atividades relacionadas ao futebol feminino possibilitou diferentes apropriações por parte das mulheres. Se por um lado, sua inserção no futebol pode ser observada como uma atitude transgressora porque as mulheres fizeram valer suas aspirações, desejos e necessidades, enfrentado um universo caracterizado como próprio do homem, por outro, pode significar uma adaptação aos valores e práticas comuns a esse esporte visto que, em algumas situações, essa inserção esteve atrelada a afirmação de uma representação hegemônica de feminilidade “medida”, como se pode esperar, pela aparência dos corpos das jogadoras. (Goellner, 2005, p. 147)

A partir do exposto, verifica-se que, ao ocupar um espaço hegemonicamente controlado por valores masculinos, as jogadoras de futebol passaram a ser representadas de maneira sexualizada ou enquadradas no modelo de feminilidade aceito, inclusive afastando-se do estereótipo da masculinização dos corpos ou da tendência ao comportamento homossexual. Segundo Chartier (1990), tais representações não refletem a realidade social, mas produzem sentidos em relação à participação das mulheres no esporte, uma vez que, ao valorizar a aparência física das jogadoras, a revista estabelece quais são os atributos aceitos para as praticantes do esporte.

Destaca-se que a capa e a reportagem abordadas a seguir são de grande relevância na constituição da pesquisa, uma vez que evidenciam o formato pelo qual a revista representa as atletas a partir deste contexto. Assim, o produto educacional sugere que o professor insira a capa no trabalho com a oficina, uma vez que potencializa a reflexão sobre qual seria o papel social da mulher no esporte.

A matéria à qual a capa faz referência, presente nas figuras 22 a 25, assinada pela jornalista Regina Echeverria, abordou de maneira estruturada o crescimento da modalidade no Brasil a partir dos relatos de jogadoras e das relações de trabalho, como: a precariedade das condições de treino, as condições salariais e o conflito de horários entre estudo e prática esportiva.

Figura 22 – O charme vai a campo

FUTEBOL

O charme vai a campo

São 45 000 jogadoras espalhadas em 3 000 times de todo o Brasil: elas brigam pela bola e pela profissionalização no país do futebol

No distante distrito de Engenheiro Pedreira, a 50 km do centro do Rio de Janeiro, a menina Ana Maria de Lima, a Sally, chutava bola na rua, apanhava em casa e acreditava viver um tormento único no mundo. Até os 18 anos, Sally, que hoje tem 22, conviveu solitária com a sensação de que era um estranho fenômeno: "Eu pensava que era a única mulher a jogar futebol". Mas a tempestade passou. Sally encontrou sua turma: uma legião de quase 45 000 mulheres, de todos os cantos do Brasil, que gastam suor e talento atrás do ganha-pão, da notoriedade e do prazer de tocar a bola rumo ao gol adversário.

Em abril do ano passado, elas ganharam as bênçãos legais do Conselho Nacional de Desportos (CND). Assim, o que era real tornou-se também legal: são 3 000 times amadores espalhados pelo país, reunindo um número de atletas duas vezes maior que os 21 460 jogadores de vôlei — masculino e feminino — registrados na Confederação Brasileira de Vôlei. Se o futebol feminino, como sua matriz masculina, nasceu na Inglaterra, em 1920, num jogo entre franceses e ingleses, já é definitivamente uma graciosa realidade do país do futebol.

De dois anos para cá, as barreiras históricas vêm sendo bombardeadas com rapidez. Em 1982, as meninas do Radar — campeão carioca, bicampeão brasileiro e o melhor e mais badalado time do país — tornaram-se as primeiras mulheres da América Latina a pisar em campos europeus de futebol. Agora mesmo, no início de julho, um jogo do Radar no Suriname rendeu mais de 100 milhões de cruzeiros, arrecadação capaz de fazer sonhar acordados muitos cartolas do futebol profissional brasileiro. E já há um Campeonato Mundial de Futebol Feminino nos planos da FIFA. Será no Japão, em 1987.



Bel: com a camisa 7, a grande musa do belo Inter

Como qualquer marmanjo que corra atrás de uma bola, as meninas do futebol recebem vaias, aplausos e muitas cartas, mas também assovios e algumas exclamações de espanto. Seus jogos já foram narrados por Osmar Santos, são freqüentemente mostrados pelo *Show do Esporte* da Rede Bandeirantes e viraram tema de um *Globo Repórter* na Rede Globo, no mês passado. As meninas já aprenderam a desligar os ouvidos dos teimosos berros de "sapatão, sapatão" quando, igualzinho aos homens, entram em campo para um jogo que tem 70 minutos, divididos em dois tempos de 35, e é disputado com uma bola menor e mais leve — número 4, entre 340 e 390 gramas. E já mostraram, na prática, que as restrições masculinas ao futebol feminino não passam de preconceitos: matam a bola no peito, evitando que ela bata nos seios, jogam mesmo quando estão menstruadas e não têm os corpos deformados pelos exercícios físicos.

E se, pelo Brasil afora, há inúmeras zagueiras de cara feia o bastante para amedrontar o mais valente dos centroavantes, existem jogadoras e até times de beleza indiscutível. De currículo futebolístico pouco mais de medíocre, o Internacional, de Porto Alegre, é indiscutivelmente o campeão nacional de beleza. Um campeão com uma estrela ainda mais bela, a ponta-direita Bel, uma camisa 7 tão fominha e driblադora como seu ídolo Renato — de quem, segundo as más línguas, teria herdado também a cabeça fresca. "Só se for porque eu sou mesmo muito criança", justifica, bem-humorada, Isabel Cristina de Araújo Nunes, 18 anos, olhos verdes, cabelos loiros escorridos, pernas lindas, presença exigida pelos promotores em qualquer jogo do Internacional.

E mesmo o belo Inter está caprichando no futebol. "Nosso time sempre foi bom tecnicamente, mas não tinha preparo físico", justifica Bel. Agora, com a contratação de um pre-

Material com direitos autorais

Fonte: ECHEVERRIA, Regina. **O charme vai a campo**. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 738, p. 24-26, 13 jul. 1984. Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 23 jul. 2026.

Figura 23 – O charme vai a campo



Radar: vitórias, gols e rendas de fazer inveja ao futebol dos marmanjos

parador físico e treinos às terças, quartas, quintas e domingos, elas esperam não apenas ganhar o bicampeonato no Rio Grande do Sul — onde são praticamente imbatíveis — como também fazer bonito no campeonato nacional, do qual foram despachadas na primeira rodada no ano passado, com um acachapante 0 x 6 imposto pelo Atlético Mineiro. "Bah! Põe bonito nisso", promete Bel, que não gosta de confessar que está no primeiro ano do segundo grau. Ela sonha com a camisa 7 da Seleção Brasileira que vai ao Mundial do Japão: "Eu me faço esta pergunta diariamente: 'Será que estarei lá?' "

É seguramente também o sonho da maioria das meninas do quase imbatível Radar, um clube de praia de Copacabana, que nasceu em 1932 e criou seu time feminino em 1981 — ainda para jogar na praia. Com o fundador Eurico Lira, espécie de pai-empresário-técnico das meninas do Radar, nasceu a idéia da organização e das pressões para que o futebol feminino fosse oficialmente reconhecido. Começaram os campeonatos e até mesmo o pagamento às atletas. No Radar, geralmente elas vêm dos segmentos mais pobres da sociedade e da classe média baixa, têm entre 15 e 28 anos, jogam porque gostam, mas sonham com a profissionalização. Uma titular ganha 60 000 cruzeiros por mês, treina 3 horas diárias, de segunda a sexta-feira, e joga no fim de semana.

A história de grande parte das jogadoras se assemelha à de Sally, que é chamada de Zica Dinamite em Engenheiro Pedreira, sai de casa às 10 da manhã para chegar ao campo alugado pelo clube, no bairro da Penha, às 13h30, e está amargando a reserva. Isso reduz seus vencimentos para 45 000 cruzeiros mensais, que mal dão para as passagens de trem e ônibus. Sally deixou de estudar no ano passado porque jogava no Bangu e não conseguia encaixar os horários de treino com as aulas. Quer voltar para a escola, mas só vê uma saída: a profissionalização. "Acredito muito que ainda vou ganhar bastante dinheiro com o futebol", sonha.

Em outra situação, está a paranaense Margarete ▷

Paraná: Colorado e Pinheiros lutam pelo título



Material com direitos autorais

Fonte: ECHEVERRIA, Regina. **O charme vai a campo**. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 738, p. 24-26, 13 jul. 1984. Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 23 jul. 2026.

Ao informar sobre aspectos históricos do futebol feminino, como seu surgimento na Inglaterra, em 1920, cita que “as barreiras históricas vêm sendo bombardeadas com rapidez”, afirmando que as mulheres passaram definitivamente a participar do futebol. Citando o principal time feminino brasileiro da época, o Esporte Clube Radar, que excursionou pela América Latina, obtendo uma boa quantia financeira. Também aborda aspectos relacionados à cobertura midiática do mundial de futebol realizado pela FIFA em 1987, em que a imprensa televisiva brasileira fez a cobertura do evento, assim como as dificuldades encontradas pelas mulheres na prática do esporte, mostrando semelhanças com os homens que o praticam.

Acerca das personagens, a reportagem destaca inicialmente Isabel, jogadora de dezoito anos do Internacional de Porto Alegre, a mulher que se maquia na imagem central da reportagem (figura 22). Adiante, reconhece, a partir das experiências narradas, as dificuldades na prática esportiva, os sonhos, a falta de remuneração adequada e as relações precárias de trabalho, presentes na prática amadora do futebol feminino naquele contexto. Reafirma-se, portanto, o caráter da revista nesse contexto uma vez que para além da cobertura da prática esportiva, o periódico amplia a abordagem para questões sociais, neste caso as relações de trabalho.

Destaca-se também a trajetória da goleira Meg (figura 22), do Radar Esporte Clube. Sua situação é vista por ela mesma como privilegiada, pois, ao ter um curso superior de Fisioterapia, poderia escolher entre a profissão ou jogar futebol. Segundo a reportagem, ela se divide entre treinos e dois empregos formais, um deles, inclusive, como patrocinador que mantém a equipe do Radar. É preciso considerar que a maioria dos times de futebol feminino ainda era amadora, com regularidade sazonal e apenas formada para um campeonato, o que impedia que muitas jogadoras se sustentassem apenas com a prática do futebol.

Figura 24 – O charme vai a campo

FUTEBOL



RICARDO BELEL

Eurico Lira: cartola, pai e técnico

Maria Pioresan, a Meg, descendente de italianos, 28 anos, goleira segura, com participação importante no invejável cartel de 143 vitórias, 13 empates, e apenas duas derrotas do Radar, que já fez 418 gols e levou 56. Meg chegou ao Rio em 1979 para fazer a faculdade de Fisioterapia. Joga no gol da Seleção Brasileira de handebol desde 1975 e foi para o Radar logo que o time foi formado. "Minha situação é privilegiada porque eu posso escolher", reconhece. Ela dá aulas de Educação Física na Sociedade Universitária Augusto Mota e trabalha como fisioterapeuta no Banco do Rio de Janeiro — por sinal, patrocinador do Radar com 6 milhões de cruzeiros mensais, suficientes para cobrir a metade das despesas do time. Meg divide um apartamento em Copacabana com duas amigas e já não recebe apelos da família para voltar ao interior do Paraná. "Eu gosto da liberdade", diz. "Quando era criança, queria me sujar, me cansar, e ouvia sempre aquela história: 'Essa menina devia ter nascido homem'. Mas hoje minha mãe me telefona para dizer que ainda quer me ver na Copa do Mundo."

SÓ XINGAM AS MELHORES

Apoiada no curso universitário e no emprego, Meg não se interessa particularmente pela profissionalização, embora acredite que ela seja inevitável. É um pouco também o que acontece em outro centro importante do futebol feminino, Salvador, onde a maioria das meninas do sofisticado Clube Bahiano de Tênis é de universitárias. Elas treinam três vezes por semana e têm participação nas verbas de patrocínio e nas rendas, o que lhes dá uma retirada média de 200 000 cruzeiros mensais. Realidade bem diferente do Rio Grande do Sul, onde as jogadoras não recebem nada de nenhum dos clubes e o Grêmio resolveu fechar seu futebol feminino este ano.

Mas os gaúchos são exceção. Em Minas Gerais, por exemplo, o futebol feminino já está na fase das grandes contratações. O Atlético Mineiro, que disputou o título nacional do ano passado com o Radar e perdeu nos pênaltis, está contratando a atacante Michael Jackson, uma carioca de 19 anos, que esconde seu nome verdadeiro, foi do Radar e do América, e, segundo seus admiradores, joga por música. "Ela vai ficar muito famosa com a camisa do Galo", garante o diretor Carlos Moreira. O Atlético gasta 1,7 milhão de cruzeiros mensais com material e salários — que giram entre 40 000 e 70 000 — de jogadoras e comissão técnica. O time tem um ônibus à disposição e treina na Vila Olímpica e em Santa Luzia, onde o clube mantém uma república para sete jogadoras que não são de Belo Horizonte.

Mais ou menos 1,5 milhão de cruzeiros mensais é também quanto gasta o campeão paranaense, Pinheiros, com seu time feminino. Em Curitiba, os preconceitos ainda não estão de todo vencidos e os gritos de "sapatão" são comuns. "Gozado é que os torcedores só xingam as melhores jogadoras", observa Luzia Gabardo Riboski, a Ziza, uma dona-de-casa de 36 anos, com filhos de 13 e 17, que troca a rotina doméstica, nos fins de semana, pela lateral-esquerda do Colorado. Ziza lamenta não ter idade para se beneficiar do boom que, segundo sua opinião, certamente acontecerá com o futebol feminino e reduz as grosseiras provocações masculinas à sua expressão mais simples: "Isto é despeito puro". No campeão Pinheiros, há quem prefira enfrentar as agressões verbais com outro tipo de armas. É o caso da volante Vandira, 23 anos, uma esbelta morena-jambo, que não dispensa uma maquilagem bem-cuidada e um vistoso brinco na orelha esquerda toda vez que vai a campo. Vandira, que joga de sutiã e com as mesmas faixas e tornozeleiras que protegem as canelas dos homens, tem uma explicação para as minúsculas e coloridas calcinhas com que costuma desfilar no vestiário: "Eu tenho de estar preparada. Imagina se, num lance, eu fico sem calção". Jogadora de vôlei, basquete e handebol, e praticante de caratê e tae kwon do, Vandira deve seu emprego de caixa numa agência do Bamerindus ao prestígio que conseguiu com o futebol e tem uma boa razão para querer ganhar o bicampeonato: "O futebol feminino vai disparar e o sonho de ganhar salário estará mais próximo".

A PM FOI PARA O ÍSIS

A profissionalização parece estar se dando aos poucos. Em São Paulo, o Ísis Pop, principal força estadual e candidato ao título regional, tem planos de arrebatar do Radar e não deixar ir para o Atlético Mineiro a fama de melhor time do país. Estimulado por uma provocadora melhor-de-três com o pró-

Vandira: preocupações valiosas



SÉRGIO SADE

Fonte: ECHEVERRIA, Regina. **O charme vai a campo**. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 738, p. 24-26, 13 jul. 1984. Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 23 jul. 2026.

Embora a realidade do futebol feminino trouxesse inúmeros desafios para as jogadoras, a reportagem aborda alguns avanços no que diz respeito a ganhos financeiros, negociações contratuais e manutenção de times de futebol no Brasil, evidenciando a profissionalização de algumas equipes, o que garantiria às jogadoras salários e melhores condições para a prática esportiva. Entretanto, o ônus de tal crescimento seriam os xingamentos vindos das arquibancadas, como, por exemplo, “sapatão”, corroborando com a afirmação de Goellner (2005), de que, mesmo com o futebol feminino regulamentado, a prática estava circunscrita ao universo masculino, inclusive entre os torcedores.

O relato feito por Ziza – jogadora de 36 anos com dois filhos adolescentes à época, que lamenta não poder aproveitar o “boom” do futebol feminino, uma vez que para os padrões do esporte, sua idade já era considerada avançada – contribui para a percepção dos diferentes sujeitos que estão envolvidos no futebol feminino. Sobre as grosserias masculinas, a jogadora do Pinheiros afirma: “*Isso é despeito puro*”. Por outro lado, Vandira, 23 anos, utiliza aquilo que a revista afirmou ser “outro tipo de arma” para enfrentar as agressões vindas das arquibancadas e, neste caso, a utilização de elementos simbólicos ligados à feminilidade são recursos utilizados pela jogadora:

> Vandira (...) não dispensa uma maquilagem bem cuidada e um visto brinco na orelha esquerda toda vez que vai a campo. Vandira, que joga de sutiã e com as mesmas faixas e tornozeleiras que protegem a canela dos homens, tem uma explicação para as minúsculas e coloridas calcinhas com que costuma a desfilar nos vestiários: “Eu tenho de estar preparada. Imagina num lance, eu fico sem calção”. (Placar, 1983, p. 26)

Os discursos apresentados na reportagem revelam-se ambíguos. Ao mesmo tempo que ela dá visibilidade ao futebol feminino, retratando diferentes sujeitos – jogadoras, filhos e torcedores –, ela também reafirma como os corpos femininos devem se comportar neste espaço, garantindo a permanência da feminilidade normativa e a valorização da aparência dos corpos das jogadoras, como se verifica nas imagens selecionadas para compor a matéria. Segundo Souza (2023), o texto da reportagem destoa da prática editorial da revista, pois não utiliza termos que tratam as jogadoras como objeto sexual nem utiliza palavras de duplo sentido para abordar a prática feminina. O mesmo autor aponta que o possível motivo para tal dissonância seria o fato de que a matéria foi escrita por uma mulher, enquanto as imagens sexualizadas teriam sido provavelmente selecionadas por um editorial formado por homens.

Sob a perspectiva de Chartier (1990), compreende-se que as ambiguidades apresentadas no periódico, principalmente no que diz respeito à aceitação da mulher em ocupar este espaço, constituem um campo de disputa e negociação de sentidos acerca das representações sociais. Assim, ao mesmo tempo que tende a considerar a participação feminina no esporte como legítima, condiciona, a partir das representações, essa legitimidade à manutenção de atributos considerados femininos.

Corrobora para o entendimento sobre a feminilidade presente na reportagem, a análise de Goellner:

> Se para as mulheres do início do século XX a beleza era vista como sinônimo de saúde e também de uma genitália adequada para cumprir suas funções reprodutivas, a partir dos anos 70, a esse discurso se incorporará outro: o da erotização de seus corpos. Assim, estádios, ginásios, academias, parques e praças são identificados como locais sociais a espetacularizar os corpos das mulheres ressaltando alguns atributos designados como característicos de seu sexo: a graciosidade, a beleza e, sobretudo, a sensualidade. Objeto do olhar de outrem, o corpo erotizado no e pelo esporte, inventa uma imagem da atleta contemporânea que, mesmo exercitada fisicamente, inscreve no seu corpo marcas que o tornam absolutamente desejável. (Goellner, 2005, p. 147)

Reafirma-se, então, a partir da revista, que há limites específicos para a atuação feminina no esporte, uma vez que, quando direcionada à beleza física das jogadoras, como é o caso das imagens nesta edição da revista, o futebol feminino garantiria público e patrocinadores, tornando a modalidade viável economicamente:

> O apelo à beleza das jogadoras e a erotização de seus corpos tem como um dos pilares de sustentação o argumento de que, se as moças forem atraente, atrairão público aos estádios e, portanto, ampliarão os recursos captados com os jogos, propagandas, produtos e serviços a girar em torno da modalidade. Atrairão, sobretudo, patrocinadores, cuja ausência é comumente apontada pela mídia esportiva como um dos grandes problemas do futebol feminino no Brasil. (Goellner, 2005, p. 147)

Obviamente, a espetacularização do corpo feminino não está apenas atrelada ao esporte, mas está presente em diferentes locais da vida social. Entretanto, permite-se, a partir da reportagem, compreender de que maneira o futebol feminino seria retratado pelo periódico nos próximos anos: se, por um lado, percebe-se a visibilidade e a desconstrução dos “tabus” acerca da proibição, por outro lado, promove-se uma imagem que tende a sexualizar os corpos das jogadoras. A revista, portanto, participa da circulação de representações que simultaneamente ampliam a visibilidade das atletas e reforçam determinados padrões de feminilidade considerados desejáveis para sua aceitação pública.

Retomando a reportagem, ela continuará abordando aspectos relacionados à profissionalização de jogadoras, questões salariais e de investimento ao esporte. Também ganha destaque a rivalidade entre equipes e os jogos de exibição, como o caso das *Globetes,* time improvisado por atrizes e vedetes que, segundo a revista, obtinham em suas partidas de futebol valores superiores à das jogadoras.

Uma das personagens destacadas pelas imagens é Sônia Rezende, que participou da formação de 59 juízas de futebol. Além da arbitragem, a reportagem aborda os estudos científicos da médica Pricela Celano, que faz o curso de especialização em Medicina do esporte, verificando aspectos ligados à saúde da mulher que pratica o futebol feminino. A partir dos sujeitos mobilizados na reportagem, permite-se entender que a participação feminina no esporte vai além das jogadoras, mas abre espaço para outras demandas relacionadas ao esporte.

Em complemento à reportagem, a seção “Abrindo o jogo” (figura 25) aborda duas opiniões sobre o futebol feminino, com o título “A mulher, no futebol, igualará o homem?”. Tal recurso jornalístico visa ao embate de diferentes visões sobre um determinado tema, no qual supostamente o leitor poderá ter diferentes pontos de vista e, assim, formar sua opinião sobre o tema.

Figura 25 – A mulher, no futebol, igualará o homem?



ABRINDO O JOGO

A mulher, no futebol, igualará o homem?

Só com radicais modificações biológicas

João Saldanha

Bem, não há lei alguma que proíba. As leis do jogo não discriminam o sexo do jogador. Ao mesmo tempo, o exemplo histórico não indica nenhuma mulher jogando partidas oficiais juntamente com os homens, mas elas sempre jogaram futebol e outros esportes. Sabe-se de jogos há cerca de 100 anos. E no *mass-football*, o futebol de massas, uma aldeia contra outra, elas também entravam. Aquilo era uma briga, mas entravam. No meio do bolo sempre tem mulher braba. E como tem! Mas no desenvolvimento do jogo elas foram desaparecendo, ou melhor, jogando separado e com pouca repercussão. Havia uma razão: elas jogavam o mesmo jogo dos homens e os críticos da época diziam: "Parece algo híbrido. Não tem a graça feminina nem a masculinidade do homem". Mas assim foi também em todos os esportes. Até na política. As mulheres não podiam votar embora pudessem dirigir, como a rainha Vitória. O desenvolvimento da História, a participação cada vez maior da mulher na produção, na vida comum, modificaram muitas coisas. Não todas. Aqui no Brasil as mulheres só puderam votar a partir de 1930. Nos esportes, pouco a pouco, venceram as barreiras dos homens e hoje praticam quase todos. Excetuando-se o boxe, creio que todos os outros. As barreiras não existem mais. Apenas, é lógico, as da biologia. As mulheres estão praticando um bom futebol. Como o vôlei, o basquete ou outros. Mas penso que a disputa juntamente com os homens é totalmente desigual nos esportes em que a força ou até a violência prevalece. Entre elas, estão jogando muito bem. Têm leis um pouco diferentes. Peso da bola, tempo de jogo e, em alguns lugares, menores dimensões do campo. Não há lei que proíba a não ser a da biologia. Mesmo no vôlei já tentaram misturar. Não deu certo. Creio que no futebol também não dará. A questão física é que impede. Como em todos os esportes olímpicos, as disputas são separadas e os recordes também. Elas entre elas, claro que podem. Misturando com os homens levam sensível desvantagem e por isso não podem ser aproveitadas. O futebol é arte, é paixão, é esporte e até aí tudo bem. Mas também é força. É aí que só com sensíveis e radicais modificações biológicas poderíamos misturar.

João Saldanha é comentarista esportivo e escreve no *Jornal do Brasil*

Elas podem ser heroínas da paixão nacional

Maria Cristina Gama Duarte

Meninas em campo, que é proibido proibir. Não me venham com argumentos históricos, diferenças de força muscular e outras impossibilidades técnicas, que é tudo blablablá cansado, usado em outros diferentes campos para evitar, pelo menos, a possibilidade de experimentar, tentar. Para começar, é divertido ver mulher em campo com aquele jeitinho de menino que todos os homens revelam quando jogam futebol. *Eles* perdem a pose com aquelas meias 3/4, de cabeça baixa, mãozinhas para trás, levando bronca do juiz. Já reparou como *eles* ficam afetivos em campo? Que festival de saltos — um caindo nos braços do outro —, de afagos, e não fica feio chorar em público. Os meninos fora do campo são tão mais chatos! E não seria bom para as garotas treinar golpes de vista, exercitar os pulmões, aprender a fintar (se a vida imita a arte, é só extrapolar), driblar, enfrentar o adversário e marcar gols? O que significa isto? Gol dá satisfação imediata, com sabor de heroísmo, rende assunto para uma noitada e ainda recebe todo o respeito como se fosse a grande veleidade nacional. Não vale a pena questionar — em termos masculinos e tão machistamente competitivos — se as mulheres vão chegar à forma física igual à do homem no futuro. Ou está-se pensando em formar times mistos? É hora, mais uma vez, de se pensar na igualdade, respeitando-se as diferenças, uma das mais nobres batalhas feministas. Também acho muito preconceituoso achar que só mulheres muito másculas é que são indicadas para este esporte. É claro que são exatamente as mais brigonas, valentes e fortudas que começam. Vanguárda não é privilégio apenas dos corajosos mas também dos mais aptos. Depois entram as outras, mais sutis, mais ardilosas. Modelos não faltam do lado de lá. Senão, o que seria dos Falcões e dos Sócrates?

E por falar em aptidão, é bom lembrar que o futebol fornece uma grande bagagem de humildade, de acerto e erro, de recomeçar tudo de novo na outra partida. Se isto vale para os meninos, vale também para nós. Não digo isto só do ponto de vista de quem vai arriscar o ridículo de uma queda, ou de quem vai levar boladas em pontos estratégicos e delicados (não vale rir, rapazes, vocês também são vulneráveis), mas de quem de repente passa a ter num espetáculo esportivo heroínas da paixão nacional.

Maria Cristina Gama Duarte é diretora da revista *Claudia*

28

PLACAR 13/07/84

Fonte: A MULHER, no futebol, igualará o homem? *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 738, p. 28, 13 jul. 1984. Seção Abrindo o Jogo. Textos de João Saldanha e Maria Cristina Gama Duarte. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

As duas visões tendem a considerar a prática do futebol; entretanto, a visão de João Saldanha questiona se as mulheres deveriam jogar futebol com os homens. A

visão do jornalista tende a afirmar que as mulheres conquistaram seu espaço na sociedade e que as barreiras que impedem as mulheres de praticar o esporte não existem mais, entretanto, sua opinião ainda assevera que as mulheres não podem competir com os homens, pois estes são biologicamente distintos.

A diretora da revista Claudia, periódico direcionado ao público feminino, Maria Cristina Gama Duarte, considera que homens e mulheres têm as mesmas sensações, afetividades e satisfações ao praticar o futebol, direcionando seu ponto de vista para além do discurso biologizante, conforme podemos ver a seguir:

> não vale a pena questionar – em termos masculinos e tão machistamente competitivos – se as mulheres vão chegar à forma física igual do homem no futuro (...) é hora, mais uma vez, de se pensar na igualdade, respeitando as diferenças, uma das mais nobres batalhas feministas. (Placar, 1984, p. 28)

Assim, Duarte distancia-se do discurso que justificou a proibição do esporte às mulheres, evidenciando que, através do futebol, é possível discutir outras relações, como, por exemplo, o direito ao lazer, o respeito às diferenças e, principalmente, o fato de que as mulheres podem ocupar espaços que historicamente lhes foram negligenciados.

Retomando os resultados obtidos a partir da pesquisa, a fonte primária permite compreender, através das reportagens, notas ou menções, que, ao mesmo tempo que o futebol se institucionaliza através da organização de campeonatos, do aumento de participantes e da cobertura de partidas, o periódico tendeu a reforçar a beleza das jogadoras, e não suas habilidades esportivas para jogar futebol. T al estratégia, segundo Goellner (2005), tinha por objetivo afastar o discurso de que o futebol masculinizaria as mulheres, portanto, associaria a manutenção da feminilidade à beleza. Por outro lado, é preciso considerar que periódicos esportivos são tradicionalmente direcionados ao público masculino e que, ao retratar as jogadoras de maneira sexualizada, a revista poderia aumentar as vendas e atrair patrocinadores para suas páginas.

Dito isto, a seção “Esporte Total”, presente na edição de número 742, de agosto de 1984 (figura 26), abordou em sua coluna duas experiencias distintas acerca da prática do futebol. Ao retratar a jogadora do Internacional, de Porto Alegre, Eliana Maria Duarte Pires, Nâni, pousa para um ensaio fotográfico, e posteriormente Maria Lúcia Pandovani, onde sua trajetória no esporte é narrada até sua chegada à presidência da Associação Paulista de Futebol Feminino.

Figura 26 – Esporte Total



ESPORTE TOTAL

FOTOS LEMYR MARTINS

Nâni: a centroavante do Inter torna-se modelo

Artilheira-manequim

Eliane Maria Duarte Pires, a Nâni, centroavante artilheira do Internacional de Porto Alegre — 17 gols em 1983 —, de repente virou craque e modelo de exportação. Com seu 1,68 m e 58 kg muito bem distribuídos, esta gaúcha brejeira de 26 anos, formada em Educação Física, foi exaustivamente filmada e fotografada por profissionais japoneses para exibi-la num audiovisual que contará a história do Inter em Tóquio, precedendo a ida de seus juvenis, nesta semana, à Ásia. Ótima escolha. Afinal, Nâni, além de goleadora absoluta e ex-miss de concursos de beleza, foi convidada várias vezes para se tornar modelo profissional. Uma vontade sacrificada até pouco tempo atrás, pois namorava o filho de um suplente do PDS que se opunha à atividade. Agora, com o compromisso rompido — "foi melhor mesmo, porque eu sou a favor das diretas", afirma —, pretende entrar nas passarelas e tornar-se modelo fotográfico, com a mesma garra que mostra na área. Vaidosa, Nâni não dispensa a maquilagem antes de entrar em campo, pois acha que a beleza também é fundamental às goleadoras. "Sendo bonita, a galera perdoa quando a gente perde um gol", brinca ela.

J/B SCALCO

Hidalgo: depois da recusa, o arrependimento

Quase ministro

Se arrependimento matasse, o treinador francês Michel Hidalgo, recentemente consagrado campeão europeu de seleções, não estaria hoje em Los Angeles apenas como supervisor da equipe de seu país na Olimpíada. No sábado à tarde, dia 28, ele recusou um convite formulado horas antes pelo novo primeiro-ministro da França, Laurent Fabius, para assumir o Ministério do Esporte. Sem muito tempo para pensar, ele imaginou mais as dificuldades que teria para enfrentar a burocracia que os benefícios que poderia realizar no cargo. No dia seguinte, já se arrependia da decisão.

A primeira cartola

A lateral-direita Maria Lúcia Padovani Colares, 18 anos, começou sua carreira no Roma, time do bairro paulistano da Aclimação. Suas qualidades técnicas a levaram para o Brasinhas Tricolor, de maior expressão. E no novo time, graças ao futebol que jogava e o tempo livre de que dispunha, tornou-se vice-presidenta, encarregada de toda a parte administrativa da agremiação e da marcação de jogos e treinos. Iniciava-se, assim, na política esportiva.

Foi tão bem-sucedida nesta atividade que acabou eleita, no começo do mês, a primeira presidenta da Associação Paulista de Futebol Feminino, com votos de representantes de 22 clubes. Conhecedora profunda da legislação que regula o futebol feminino, Maria Lúcia está confiante no futuro: "A Associação é o passo inicial para criarmos uma federação e até conseguirmos a profissionalização".

Tem razão. Depois de se reunir com o presidente da Federação Paulista de Futebol, José Maria Marin, Maria Lúcia conseguiu a promessa de oficialização da entidade que preside, o que trará, como vantagem, a possibilidade de as jogadoras registrarem seus contratos na FPF, com validade mínima de um ano. Além disso, ela pleiteia a programação de preliminares femininas nos clássicos paulistas e a utilização do Estádio do Pacaembu pelo menos uma vez por mês.

Maria Lúcia: a meta é a profissionalização

NICO ESTEVES

50

Fonte: ESPORTE Total. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 742, p. 50, 10 ago. 1984. Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 23 jul. 2026.

De certa forma ambas as personagens, refletem a tendência presente na revista, a jogadora-modelo representa o tipo ideal da praticante do esporte, enquanto

a segunda, uma “cartola”, dirigente do futebol, mostrando que as mulheres se inserem em diferentes espaços deste esporte.

Por sua vez, o enquadramento de Eliane não está relacionado diretamente ao futebol, mas sim de promover uma imagem agradável, reforçando o imaginário da mulher dócil e bela através do esporte. Nesse sentido, a reportagem constrói uma representação específica da jogadora de futebol que contrasta com a violência e virilidade do futebol masculino, estabelecendo quais atributos são valorizados às praticantes do esporte.

Assim podemos compreender que a apropriação do futebol pelas mulheres, tem um custo, pois ao conquistar o espaço marcado pelos valores masculinos, tanto o futebol quanto os periódicos esportivos, a beleza seria o preço a se pagar por tal conquista. Assim, os padrões estéticos estavam acima da competitividade e da técnica das jogadoras, atraindo leitores-consumidores, aumentando o número das vendas.

Considera-se, portanto, que as representações produzidas pela revista, não eram neutras, produzindo sentido a partir das hierarquizações relacionadas à prática do futebol. Assim a *Placar* ao mesmo tempo que ampliou a cobertura da modalidade nos anos oitenta, garantindo visibilidade durante a regulamentação da modalidade no Brasil, também contribuiu para a circulação da maneira como as jogadoras deveriam compor tal espaço, evidenciando limites e contradições da inserção profissional das mulheres no universo do futebol.

2.3 CONSOLIDAÇÃO DO FUTEBOL FEMININO E A DÉCADA DE 1990

Acerca da análise das fontes, faz-se necessário contextualizar o cenário brasileiro ao final da década de oitenta e início dos anos noventa, a fim de compreender as mudanças editoriais na revista *Placar*. Destaca-se inicialmente que, com a revogação do decreto que proibia as mulheres de praticar o futebol, o periódico, mesmo que de maneira esporádica, promoveu a divulgação do futebol feminino no Brasil. Entretanto, no referido contexto, o país enfrentava uma forte crise econômica durante a transição do regime militar para a redemocratização, marcada por fenômenos como a hiperinflação, que diminuía o poder de compra dos brasileiros. É nesse cenário que a revista, que tinha uma saúde financeira sempre frágil, passou a adotar edições temáticas e sucessivas reformulações editoriais, com o objetivo de conter os prejuízos. Tal estratégia, adotada pela editora Abril, possibilitou a

continuidade da *Placar* e, mesmo atuando com uma redação “enxuta”, garantiu boas vendas para a editora no período (Vianna, 2016).

Nesse cenário, o futebol feminino, já regulamentado e em processo de consolidação no Brasil, de maneira restrita e pouco organizada, contava com disputas de campeonatos regionais, estaduais e nacionais, nas quais se destacava a equipe do Esporte Clube Radar, fundado em 1932 e que, em 1981, teve sua equipe feminina formada, articulada pelo empresário Eurico Lyra Filho. A revista por vezes trouxe matérias que faziam referência ao clube, tornando-o um modelo de organização do futebol feminino no Brasil. A figura 27 retrata uma das matérias levantadas pela pesquisa sobre o Esporte Clube Radar, trazida na edição n. 848, no ano de 1986.

Figura 27 – Conquistando o mundo



A equipe do Radar: campeã do Mundialito de Clubes e muitos convites para novos jogos

FUTEBOL FEMININO

CONQUISTANDO O MUNDO

Sem adversárias no Brasil, as garotas do Radar vencem um importante título na Itália e sonham com o Campeonato Mundial de 1988

Como quase tudo que acaba fazendo sucesso, o Radar também começou numa simples brincadeira. Um grupo de 25 adolescentes, reunido no número 1496 da Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro, na noite de Natal de 1952, resolveu fundar um time de futebol para disputar o concorrido campeonato da Praia de Copacabana. Entre eles, estava Eurico Lyra, advogado, economista e administrador de empresas, hoje com 51 anos. De todas as suas funções, porém, a que mais lhe dá prazer — e fama — é o cargo de presidente do Radar. Se o time de futebol de praia nunca chegou a ser reconhecido nacionalmente, não se pode dizer o mesmo de sua equipe de 16 garotas.

Elas regressaram da Itália na semana passada com seu 56.º troféu — sem dúvida, o mais importante deles. O Radar sagrou-se campeão do 4.º Mundialito de Clubes, em Tortora, ao vencer o Bayern de Munique, campeão alemão, por 4 x 1. Antes disso, na cidade de Jesolo, também na Itália, representaram o Brasil no Mundial de Seleções e terminaram em terceiro lugar. Perderam por 2 x 1 para as gigantescas jogadoras norte-americanas — justamente a equipe que tirou o título do Radar no Mundialito disputado em Cabo Frio (RJ) no ano passado. No intervalo das competições, entretanto, as brasileiras enfretaram a Itália, campeã invicta, e venceram por 2 x 1.

Bicampeão brasileiro, o Radar nunca teve adversários à altura por aqui. Associou-se ao Grupo Pão de Açúcar e conseguiu patrocínio para excursionar pelo mundo. Já disputou 44 partidas internacionais e acumulou 39 vitórias, dois empates e três derrotas. No geral, desde que foi formado em 1981, o time feminino fez 265 jogos. Venceu 241, empatou 19 e perdeu apenas cinco.

COPA NO JAPÃO — O clube, é verdade, possui hoje uma infra-estrutura invejável. Tem 5 000 m² de área construída, com duas piscinas aquecidas, salas de fisioterapia e musculação, avaliados em cerca de 27 milhões de cruzados. Conta ainda com um poderoso time de handebol feminino, base da Seleção Brasileira. O patrimônio aumentou depois da excursão pela Europa. A armadora Pelezinha, grande estrela da equipe, por exemplo, recebeu uma proposta tentadora de 35 000 dólares (cerca de 485 000 cruzados) de clubes italianos. Outras quatro jogadoras também foram sondadas. O Radar trouxe na bagagem mais 12 convites para amistosos na Alemanha Ocidental, Suíça e Itália, com todas as despesas pagas.

Mas os sonhos de Eurico Lyra estão mesmo voltados para 1988, quando a FIFA pretende organizar a Copa do Mundo de Futebol Feminino, no Japão. As moças, então, prometem mostrar que futebol é um negócio sério. Mesmo que tudo tenha começado como uma simples brincadeira.

Milton Costa Carvalho



O presidente Eurico Lyra: 56.º troféu

Material com direitos autorais

Fonte: CARVALHO, Milton Costa. **Conquistando o mundo**. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 848, p. 70, 25 ago. 1986. Disponível em: https://books.google.com. Acesso em: 23 jul. 2026.

A reportagem, embora seja referente ao futebol feminino, destaca principalmente Eurico Lyra, mecenas da equipe. A matéria não retrata a trajetória das jogadoras ou a organização do futebol feminino de maneira aprofundada, mas concentra sua narrativa na atuação do dirigente, construindo uma representação na qual o desenvolvimento da modalidade aparece associado à iniciativa da figura masculina. Nesse sentido, a revista reforça a ideia de que a organização e a legitimidade do futebol ainda estariam vinculadas ao universo masculino.

Por outro lado, a referência feita às jogadoras como “garotas” e “moças” contribui para a construção de uma representação que tende a infantilizar as atletas, constituindo uma hierarquia de gênero, na qual os homens são retratados como jogadores, atletas ou profissionais. Dessa forma, a linguagem utilizada pela revista contribui para reafirmar distinções de gênero, mesmo em um contexto de crescente visibilidade do futebol feminino.

Retomando a trajetória do clube, mesmo com o sucesso nos gramados, após mais de 300 partidas, entre elas 71 no exterior – inclusive, tirando o 3º lugar, ao representar o Brasil no I Torneio de Futebol Feminino na China –, o clube fechou as portas em 1988 (Fernandes, 1991). Segundo Salvini e Marchi Júnior (2013), o fim da equipe marcou também a decadência do futebol feminino na época e, de certa maneira, a imprensa esportiva também desempenhou papel relevante, uma vez que a cobertura da modalidade, até então, foi marcada pela associação da jogadora de futebol a uma feminilidade normatizada ou, mesmo que de maneira indireta, ao homossexualismo em detrimento da valorização da prática esportiva em si:

> Outro elemento importante reforçado pela mídia, é que na década de 1980 a beleza física e a sensualidade, enquanto atributos femininos estavam mais atrelados ao futebol do que a habilidade esportiva propriamente dita. Sendo assim, tecnologias específicas que visassem melhor desempenho não obtinham êxito com esse público. (Marchi Junior & Salvini, p. 107, 2013)

Dialogando com a figura 27, tais representações estereotipadas das atletas não se apresentam através da fonte, pois, como já foi exposto, a reportagem não se direciona às atletas, mas sim o êxito da figura masculina ao gerir um time de futebol feminino.

Assim, no início dos anos 1990, devido à falta de patrocínio e ao baixo interesse do público na modalidade, as competições estaduais e regionais reduziram drasticamente no país, sendo a última edição do campeonato brasileiro realizada em 1988, retornando apenas em 1995 (Salvini; Marchi Junior, 2016). Tal realidade evidencia a fragilidade institucional e organizacional do futebol feminino brasileiro

naquele contexto, marcada pela descontinuidade das competições e pela ausência de investimentos permanentes. Nesse período, a FIFA organizou a primeira edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino, em 1991, onde a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) recrutou as jogadoras do extinto Radar F.C.. Na competição o Brasil foi eliminado na primeira fase, encerrando sua participação na nona colocação no campeonato.

Acerca das fontes, observa-se no período uma reconfiguração das representações do futebol feminino produzidas pela revista. Se nas décadas anteriores predominavam discursos relacionados à contrariedade da prática esportiva pelas mulheres, e às associações com o homossexualismo, a partir da década de 1990, reforça-se a feminilidade normativa, que se consolidou na década anterior. No entanto, essas representações passam a ser reorganizadas em torno da erotização dos corpos femininos e sob a ótica de Chartier (1990), tais representações não apenas refletem a realidade social, mas também produzem formas específicas de percepção sobre ela.

Nessa direção, a partir das edições da *Placar: Futebol, Sexo e Rock and Roll*, com uma roupagem moderna e de tiragem mensal, a revista passou a construir uma representação do futebol feminino através de poses sensuais em estúdios, recrutando modelos, vestindo trajes que pouco se aproximavam daqueles utilizados pelas praticantes do esporte, estabelecendo, a partir de suas matérias, a erotização da prática do futebol feminino, na busca de atrair um público masculino jovem e adotar um editorial mais festivo.

Cabe destacar que à época, a revista tinha por objetivo contribuir para a modernização do futebol brasileiro e o novo editorial *Futebol, Sexo e Rock and Roll*, estruturado em torno dessa modernidade, passou a dar prioridade aos fatores econômicos, organizando-se pela lógica do mercado em detrimento dos elementos investigativos e das denúncias que marcaram a trajetória da revista na década anterior. Essa mudança editorial também pode ser compreendida a partir de Debord (1997), para quem a sociedade do espetáculo transforma progressivamente as relações sociais em imagens destinadas ao consumo. Inserida nessa lógica mercantil, a revista passou a privilegiar elementos capazes de ampliar sua atratividade comercial, entre eles a erotização dos corpos femininos.

Acerca da nova postura da revista com o futebol feminino, Akutagawa (2023) esclarece que:

> Essas relações do futebol moderno pautadas nas páginas na Placar não condizem com o futebol de mulheres. As mulheres na década de 1990, e até hoje, passam longe de um profissionalismo na gestão de seus clubes com treinos de preparação física e tática pautados por métodos científicos e com pouca presença de torcedores consumidores de seu futebol e seus produtos. (Akutagawa, 2023, p. 41)

Assim, o futebol moderno presente na revista – caracterizado sobretudo a partir da mudança no perfil do futebol brasileiro, que tendia a se aproximar do futebol europeu, da atuação de empresários, do crescimento do "mercado da bola" e da formação de clubes empresariais – era representado em suas capas ou reportagens através de fotografias que se afastavam da prática do esporte, utilizando uma composição gráfica atrativa que recorria principalmente a imagens produzidas em estúdios fotográficos.

Nesse cenário, o futebol feminino, que à época era marcado por uma estrutura amadora e com pouco investimento, não se adequava a esta nova realidade. Assim, a revista quando fazia referência à modalidade recorria à modelos em poses sensuais ou manchetes de duplo sentido que aparentemente deixavam o periódico menos formal, adotando uma linguagem direcionada a um público jovem. Tais características podem ser acompanhadas na figura 28.

Figura 28 – Capa da *Placar: Futebol, Sexo e Rock & Roll (1995)*



Fonte: PLACAR. São Paulo: Editora Abril, n. 1106, ago. 1995. Capa. Disponível em: https://books.google.com/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

A partir da capa, presente na edição de número 1106 de agosto de 1995, constata-se a modernização gráfica da revista, que seguia a linha de outros produtos da editora Abril, como a revista *Capricho*, direcionada ao público feminino jovem. O enquadramento de modelos com roupas curtas, evidencia o apelo sexual que

caracterizou a revista na década, em que a objetificação da mulher reforça a ideia de que o periódico era direcionado ao público masculino. Ao apresentar em sua manchete: "*Futebol feminino: As garotas batem um bolão*", o periódico utiliza como recurso a dupla interpretação da frase, suscitando a dúvida se ela faz referência à prática esportiva em si ou à beleza das modelos.

Destaca-se também o complemento ao título que, entre parênteses, afirma: "(e até trocam as camisas depois do jogo!)". Como já abordado anteriormente, a troca de camisas por parte das jogadoras era compreendida como um ato imoral, uma vez que a exposição de seus corpos, ainda que com os seios cobertos, contrariava os padrões de moralidade vigentes. Nesse sentido, percebe-se uma mudança na forma como a revista representa o futebol feminino, ao naturalizar um comportamento que anteriormente era associado à transgressão moral.

A aparente flexibilização da feminilidade normativa, caracterizada pela representação feminina a partir de roupas curtas, mais sensuais e supostamente com maior liberdade, não rompe com os padrões de gênero, produzidos nos periódicos esportivos, condicionando a representação da mulher a partir de um ideal estético de beleza e sensualidade neste momento. Nesse sentido, a reconfiguração das representações, sob a perspectiva de Chartier (1990), não exclui os mecanismos de controle do corpo feminino, mas alteram-se a partir dos objetivos do periódico ao retratar o futebol feminino.

Outra mudança que se verifica neste momento, é o abandono do discurso de que o futebol masculinizaria suas praticantes. Na figura 29, a primeira página da reportagem, referente à capa da edição de número 1106, traz no texto introdutório o crescimento da modalidade no Brasil após a Copa do Mundo feminina de 1995 e as mudanças e aspectos históricos acerca do futebol feminino no Brasil.

Figura 29 – Homens, chegamos**!**



Fonte: **SEGALLA, Amauri Barnabé; GARCIA, Sérgio.** Homens, chegamos! *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 1106, p. 22-26, ago. 1995. Reportagem de capa. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em: 23 jul. 2026.

No que se refere ao título da matéria: “Homens, chegamos!”, desenvolve a ideia de que as mulheres ocupam um lugar historicamente dominado pela figura masculina, vencendo o preconceito em relação à sua participação no esporte, evidenciado pelo

texto que aborda o crescimento da modalidade no país. Entretanto, a ilustração reafirma a posição editorial da revista na década, ao adotar em suas páginas poses feitas em estúdios que não dialogam diretamente com a prática do esporte em si.

Na parte final, destaca que o órgão regulamentador do futebol na década anterior, a CND: “se convenceu de que o esporte não masculinizaria as garotas”. Tal afirmação evidencia uma transformação no discurso, que ao longo do século XX, foi utilizado como argumento de ordem biológica e moral, para impedir a modalidade feminina. Contudo, isso não significa que houvesse o desaparecimento do controle sobre os corpos femininos, mas sim uma reconfiguração nas representações produzidas acerca das praticantes do esporte. Assim, se consolidam as representações sensualizadas das supostas atletas, capazes de legitimar sua presença no futebol, construindo novos sentidos para a presença feminina no esporte.

A continuidade da reportagem, presente na figura 30, destaca os benefícios do esporte para o corpo feminino. Embora o infográfico seja estabelecido a partir do discurso médico – no final da página, a reportagem ilustra a contribuição de Turíbio Leite, médico fisiologista do São Paulo Futebol Clube –, o infográfico evidencia duas situações já abordadas anteriormente: a modernização visual da revista e, principalmente, novas maneiras de compreender o controle do corpo feminino. Nesse sentido, Goellner contribui para a interpretação sobre a fonte:

> [...] aceita e incentivada em determinados locais sociais, é colocada sob suspeição em outros, tais como o campo de futebol ou as arenas de lutas, uma vez que estes espaços colocam à prova uma representação de feminilidade construída e ancorada na exacerbação a determinados atributos tidos como femininos, tais como a graciosidade, a harmonia das formas, a beleza, a sensualidade e a delicadeza (Goellner, 2003, s/p).

Figura 30 – Disputa no corpo a corpo



Fonte: **SEGALLA, Amauri Barnabé; GARCIA, Sérgio.** Homens, chegamos! *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 1106, p. 22-26, ago. 1995. Reportagem de capa. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em: 23 jul. 2026.

A análise da fonte revela, portanto, um duplo movimento. Por um lado, há a visibilidade do futebol feminino nas páginas da revista, acompanhando transformações mais amplas no cenário esportivo e social. Por outro, a erotização da feminilidade — marca característica da revista *Placar* na década de noventa — que permanece evidente, reforçando aspectos inerentes à revista como a linguagem de duplo sentido e sua direção editorial ao público masculino.

A ambivalência presente neste contexto da revista, não apenas registra a presença de mulheres no futebol, mas também apresenta a disputa pelos sentidos atribuídos a essa presença. Sob a perspectiva de Chartier (1991), ao mesmo tempo que as representações legitimam a modalidade, elas reafirmam os padrões da feminilidade normativa, orientados a partir do olhar masculino quando aborda os benefícios estéticos da prática do esporte.

Nesse contexto, a visibilidade concedida ao futebol feminino pela revista deve ser compreendida considerando os critérios editoriais da revista, que se alteraram ao longo das décadas levantadas pela pesquisa. Nessa direção, Bourdieu (1997), contribui diretamente para a análise do campo jornalístico, uma vez que a produção jornalística não se reproduz simplesmente a partir dos acontecimentos, mas envolve processos, seleção, enquadramento e hierarquização que será apresentado ao público. Assim, a escolha de imagens dos títulos, das personagens e das formas de abordagem contribuía para produzir determinados sentidos sobre a modalidade e suas praticantes. Ainda sobre as representações, mais do que registrar a presença de mulheres no futebol, a revista participava da construção de uma determinada representação dessa presença, articulando interesses jornalísticos, editoriais e comerciais.

Destaca-se que, devido às características apresentadas pela fonte, a figura 30 foi selecionada para compor a discussão inicial presente no 1º encontro (Apêndice C), para representar as transformações gráficas da revista *Placar*.

Retomando Debord (1997), essa reconfiguração editorial evidencia que a lógica mercantil passou a subordinar progressivamente o conteúdo da revista ao retratar o futebol como um espetáculo a partir da composição e do consumo das imagens. Nesse sentido, o futebol feminino é direcionado a este formato, tornando-se um produto voltado à atenção dos leitores e anunciantes para além da cobertura jornalística.

Salvini e Marchi Júnior (2016) destacam a linguagem utilizada nas representações ao futebol feminino que, segundo os autores, quando a revista aborda o futebol feminino a partir das habilidades técnicas, as palavras escolhidas têm um tom mais incisivo e menos “floreado”. Por outro lado, a análise das fontes identificou que quando o futebol feminino é retratado a partir de poses sensuais, mobilizando modelos adequadas aos padrões estéticos, a linguagem tende a ser de duplo sentido, suscitando diferentes interpretações dos leitores. As figuras 31 e 32, que compõem a mesma reportagem, abordam estas diferenças presentes na abordagem ao futebol feminino.

Figura 31 – Esquema Amador



A Noruega passa pela Alemanha: campeã mundial

Esquema amador

Quando o assunto é desorganização, as meninas não devem nada aos homens

Não existe futebol feminino organizado no Brasil. Os campeonatos são esporádicos e as poucas atletas profissionais ganham mal. O Saad, de Indaiatuba, cidade a 100 quilômetros de São Paulo, é a única equipe permanente do país. "Muitos clubes investem para um único torneio", explica Romeu Carvalho de Castro, vice-presidente do Saad. Foi assim no ano passado, quando aconteceu o primeiro e único campeonato brasileiro de seleções, vencido pelo Rio de Janeiro. Promoveu-se também a Taça Brasil, com a participação de dez times. O Vasco levou o troféu, mas hoje a equipe já não existe mais. A atacante Michael Jackson, principal jogadora do Saad e da Seleção, recebe 1 000 reais por mês, trinta vezes menos que a meia norueguesa Linda Medalen, estrela da atual campeã do mundo. Na Copa da Suécia, realizada em junho, o Brasil terminou em nono lugar. O show ficou com as norueguesas. Na final, elas derrotaram as alemãs por 2 x 0.

WOMEN'S WORLD CUP '95 SWEDEN
JUNE 5-18 1995

O Brasil na Copa: campanha fraca e nona colocação

Fonte: ESQUEMA amador. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 1106, p. 26, ago. 1995. Reportagem de capa. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em: 23 jul. 2026.

Figura 32 – O melhor do jogo



Fonte: O MELHOR do jogo. *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 1106, p. 20-21, ago. 1995. Ensaio fotográfico. Disponível em: https://books.google.com.br/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

A partir da figura 31, as jogadoras são retratadas com uniformes e cabelos presos ou curtos. Ela denuncia a estrutura amadora do esporte feminino no Brasil. Por sua vez, na figura 32, nas últimas páginas da reportagem, reafirma-se a feminilidade normativa, readequada aos interesses da revista. A linguagem utilizada nos textos também evidencia uma dicotomia na apresentação do futebol feminino. Se, na figura 31, o texto traz a cobertura da Copa do Mundo feminina, realizada em 1995, na figura 32, o texto explora o imaginário sexual direcionado ao público masculino, a partir de um breve texto: “Confesse. Você sempre imaginou como seria se, ao final da partida, as garotas imitassem os homens e trocassem as camisas em campo, não? PLACAR realiza o seu sonho. Afinal, futebol é confraternização” (Placar, 1995, s/p)

A apresentação permite compreender o gênero como uma dimensão constitutiva das relações estabelecidas no espaço esportivo. A representação feminina, a partir de determinados atributos como beleza, delicadeza, sensualidade, ou, em sentido oposto, da masculinização, a revista não apenas descrevia as praticantes do esporte, mas atua na construção de símbolos e sentidos sobre aquilo que pode ser considerado como a legítima presença feminina no futebol. Nesse sentido, o gênero pode ser compreendido como uma forma de organizar e significar

relações sociais, estabelecendo expectativas de comportamentos, dos corpos e espaços atribuídos a homens e mulheres (Scott, 1995). Assim, a presença feminina não representa apenas a ocupação de um espaço esportivo, mas também coloca em disputa normas históricas que associam o futebol ao universo masculino.

Reafirmando a postura editorial da revista à época, em que as representações acerca do futebol feminino pouco estavam associadas às praticantes do esporte ou aos campos de futebol, as figuras 33 e 34 ilustram as transformações editoriais que associavam a prática do futebol feminino com padrões de beleza socialmente aceitos.

Figura 33 – Susana Werner. Acredite, ela joga bola!



Fonte: PLACAR. São Paulo: Editora Abril, n. 1119, set. 1996. Capa. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em: 23 jul. 2026.

Figura 34 – Capa da *Placar* n. 1111 (1995)



Fonte: PLACAR. São Paulo: Editora Abril, n. 1111, jan. 1996. Capa. Disponível em: https://books.google.com.br/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

Figura 35 – Capa da *Placar* n. 1125 (1995)



Fonte: **PLACAR.** São Paulo: Editora Abril, n. 1125, mar. 1997. **Capa: "Gostosas! Haja coração... Quem são as deusas do futebol feminino".** Disponível em: https://books.google.com.br/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

A partir das capas presentes nas edições entre agosto de 1995 e setembro de 1996, verifica-se que as modelos, embora utilizem elementos relacionados à prática do futebol, como as cores da seleção nacional (figuras 27 e 35), a bola de futebol (figura 33) e o cartão vermelho (figura 34), suas poses e vestimentas não são comuns à prática do futebol nem às fotografias oficiais dos times de futebol. Assim, elas reforçam a sensualidade e a beleza das modelos em oposição às reais jogadoras, retratadas de maneira estereotipada nas imagens, como descuidadas e muitas vezes masculinizadas.

A oposição entre jogadoras reais e modelos, evidencia que as representações de gênero não se restringiam à presença ou ausência das mulheres nas páginas da revista, mas também o formato considerado adequado de apresentação de seus corpos. A partir da perspectiva de Scott (1995), o gênero pode ser compreendido como uma forma de significar relações sociais e estabelecer diferenças entre sujeitos.

Nesse cenário, enquanto as jogadoras que praticavam o esporte de fato eram associadas às dificuldades, à estrutura precária e às marcas de masculinização atribuídas às praticantes do esporte, as modelos eram apresentadas segundo padrões de beleza e sensualidade socialmente valorizados. Assim, a distinção produzida pela revista mostra que as diferentes expectativas sobre a presença feminina no futebol e os atributos necessários para sua representação como mulher dentro desse espaço esportivo. Nesse sentido, reforça-se essa dualidade na representação: as jogadoras reais (figura 31) e as modelos (figura 32), que representam a feminilidade normativa a partir dos padrões estéticos e da sensualidade.

Em contraste com a representação feminina apresentada nas capas e reafirmando aquilo que foi exposto, de que, quando as reportagens tratam das habilidades técnicas das jogadoras ou das situações cotidianas ligadas ao futebol feminino, a cobertura tende a ter um olhar mais técnico e crítico sobre a modalidade, a reportagem sobre as Olimpíadas de 1996, em Atlanta (figura 36), que abordou a conquista do 4º lugar pela Seleção Brasileira, foi celebrada pela revista, no título: “Valeu Meninas! E agora?” (Placar, setembro de 1996). Entretanto o questionamento acerca do futuro do futebol feminino evidencia as incertezas e a pouca estrutura do futebol brasileiro.

Figura 36 – Valeu, meninas! E agora?



DOSSIÊ

Valeu, meninas! E agora?

As jogadoras brasileiras surpreenderam com o quarto lugar nas Olimpíadas. Agora, além de superar os traumas de um passado recheado de histórias de homossexualismo, querem acabar com as fofocas do presente para que o futebol feminino possa estourar

POR MARCELO DUARTE (de Atlanta), SÉRGIO GARCIA e SÉRGIO RUIZ LUZ*

PARA A CBF, FUTEBOL É UM ESPORTE DE MACHO. Tanto é que a entidade repassou para uma empresa, a Sport Promotion, os direitos de cuidar e de explorar a modalidade até o Campeonato Mundial de 1999. Foi só alguém dar um pouquinho de atenção e as meninas conquistaram um quarto lugar nos Jogos de Atlanta. A idéia agora é organizar, no começo do próximo ano, um Campeonato Paulista, o Paulistana. Seriam oito equipes na disputa, vestindo as camisas dos tradicionais times do Estado, como Corinthians, São Paulo e Palmeiras. Os jogos teriam cobertura da TV e as regras, inspiradas no futebol masculino olímpico, permitem que cada clube inscreva no torneio somente três jogadoras com idade superior a 23 anos. Além de equilibrar as forças, distribuindo entre as agremiações titulares da Seleção como a meia Sissi e a volante Márcia Taffarel, o regulamento abre espaço para a nova geração.

Esse momento de transição ocorre porque parte da equipe que foi a Atlanta está se aposentando. A goleira Meg, por exemplo, completou 40 anos. Ao mesmo tempo, jogadoras como Formiga e Kátia despontaram. "Garotas altas, fortes, de classe média estão substituindo as meninas que aprenderam a jogar bola na rua com os irmãos", diz Romeu Castro, vice-presidente do Saad, uma das forças do futebol feminino, e assessor da Sport Promotion. "O que não falta hoje é garota bonita jogando futebol", assegura a volante do Internacional, Duda, 25 anos. Com seus cabelos loiros e um corpo bem torneado, ela é uma boa prova da tese que defende.

O biotipo das brasileiras que estiveram em Atlanta era uma mostra do desnível em relação às americanas e norueguesas. O tiro de meta da goleira do Brasil ainda não tinha força suficiente para atravessar a linha do meio-campo. Lançamentos longos também não fazem parte do repertório de jogadas. Quando as atletas foram convocadas, em dezembro, passaram por um intenso trabalho muscular e alimentar. Tiveram também aulas de fundamento. "Precisávamos de um técnico reconhecido pelas jogadoras e respeitado pela torcida", diz Alberto Belotti, diretor da Sport Promotion.

A primeira opção para o cargo era o tricampeão Rivelino, que hoje atua como comentarista na TV Bandeirantes. O ex-craque assistiu a um treino do time e pulou fora do negócio. "Naquela época, havia apenas a promessa de formar uma boa equipe, nada estava definido", conta ele. "Achei que não valia a pena ficar tanto tempo longe dos meus negócios para virar treinador da Seleção."

A escolha acabou recaindo sobre Zé Duarte, 60 anos, ex-técnico da Ponte e do Guarani, que estava no Rio Branco de Andradas (MG).

*Colaboraram Léo Gerchmann/RS

Placar • Setembro 1996 47

Fonte: DUARTE, Marcelo; GARCIA, Sérgio; LUZ, Sérgio Ruiz. **Valeu, meninas! E agora?** *Placar*, São Paulo: Editora Abril, n. 1119, p. 46-47, set. 1996. Dossiê Futebol Feminino. Disponível em: https://books.google.com.br/books. Acesso em: 23 jul. 2026.

A reportagem aborda temas considerados polêmicos para a modalidade, denunciando a negligência da CBF frente ao futebol feminino, a renovação da geração de atletas, a associação recorrente das atletas ao homossexualismo, bem como a deficiência técnica da equipe brasileira que antecedeu a competição. Nesse sentido, a revista adota uma postura crítica, lembrando de suas características editoriais, que marcaram a trajetória do periódico ao denunciar os problemas estruturais ligados ao esporte.

Por outro lado, a reportagem também reforça determinados estereótipos ao associar a beleza de jogadoras à prática esportiva, mobilizando outros elementos, como culturais e financeiros ligados à prática:

> No começo da década de 80, as pioneiras do futebol eram de origem humilde [...]. Esse perfil vem mudando. Nas escolas de futebol, as patricinhas de classe média aderiam em peso ao esporte e já formam uma fatia significativa entre as praticantes do futebol. (Placar, p. 50, 1996)

A partir da fonte, há a compreensão de que o futebol feminino passa a ser representado não apenas como uma prática competitiva, mas também como uma atividade de lazer, associada ao consumo e a novos estilos de vida das camadas

médias urbanas. Ao destacar as praticantes da classe média, às quais se refere como “patricinhas”, a reportagem não apenas evidencia o crescimento e os novos sentidos sociais da modalidade, mas também desloca de maneira parcial a imagem da jogadora vinculada à masculinização ou à marginalidade social, aproximando-a de um modelo de feminilidade valorizada.

Tal mudança evidencia uma reconfiguração das representações construídas pela revista e, sob a perspectiva de Chartier (1990), o futebol feminino continua sendo enquadrado pela incorporação dos valores de gênero, mas passa a ser legitimado quando associado à beleza, juventude e poder de consumo, produzindo novos sentidos para a presença das mulheres no esporte.

Em diálogo com Bourdieu (1999), a reconfiguração da revista pode ser compreendida a partir de mecanismos de naturalização das diferenças de gênero, pelos quais determinados atributos são apresentados como adequados à presença feminina em espaços historicamente associados aos homens. Assim, as representações de gênero não desaparecem, mesmo quando há mudanças no contexto social, mas são reorganizados e apresentados segundo novas linguagens e neste caso submetidos aos interesses editoriais. A pesquisa, portanto, revela que a valorização da beleza, da juventude e da sensualidade contribui para estabelecer determinadas condições de legitimidade para a presença das mulheres no futebol, evidenciando que a ampliação da visibilidade não significou necessariamente a superação das hierarquias de gênero.

O levantamento das fontes permitiu compreender que, ao longo da década de 1990, a cobertura realizada pela revista *Placar* acerca do futebol feminino não rompeu com as representações historicamente construídas nas décadas anteriores, principalmente no que diz respeito à associação das atletas à beleza e à sensualidade, elementos centrais da feminilidade normativa. Pelo contrário, verifica-se uma reconfiguração desses discursos, que, na década anterior, estavam ligados à moralidade, à masculinização das mulheres e à suposta inadequação feminina ao esporte e, agora, tendiam a ser representados pela lógica do consumo, da espetacularização e da sexualização dos corpos femininos.

Destaca-se também a dualidade das representações sobre o futebol feminino, pois, quando associado às modelos em poses sensuais, a linguagem utilizada era de duplo sentido; por sua vez, quando eram abordados aspectos estruturais do esporte ou a prática esportiva em si, o periódico utilizava uma linguagem técnica em sua

abordagem. Tal configuração da revista, embora tenha ampliado a visibilidade da modalidade, também condicionou a legitimidade do futebol feminino no periódico, uma vez que, ao vincular o futebol feminino à sensualidade, à valorização da beleza e de determinados padrões estéticos, estabeleceu como a revista deveria apresentar o esporte ao seu público.

Assim, as páginas da revista não apenas revelam a conquista de novos espaços pelas mulheres no futebol, mas também apresentam suas contradições, como a conquista de direitos, visibilidade e reconhecimento esportivo, que permaneciam atravessados por relações de poder, concessões e hierarquizações a partir do gênero (Chartier, 1990). Permite-se, portanto, a partir da análise das fontes, compreender que a trajetória do futebol feminino nas páginas da revista *Placar* é constituída pela busca do reconhecimento da modalidade, em um espaço identificado como masculino, onde as disputas simbólicas em torno da legitimidade da modalidade são atravessadas por estereótipos que marcam a desigualdade de gênero.

CAPÍTULO 3 – FUTEBOL FEMININO COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO

Neste último capítulo, pretende-se apresentar o produto didático como proposta pedagógica que atenda aos requisitos implícitos no programa de mestrado profissional em Ensino de História. Nesse sentido, propõe-se uma oficina pedagógica, disponível de maneira virtual, através da plataforma Blogger, no endereço: *https://oficinafutebolfeminino.blogspot.com/*, onde o professor poderá abordar a temática de gênero e a história das mulheres através do futebol feminino, utilizando como fonte, em suas aulas, a revista *Placar*. Optou-se pela plataforma pela sua versatilidade e intuitividade em seu manuseio pela comunidade escolar.

A oficina pedagógica é um espaço onde se promovem atividades práticas, previamente programadas, orientadas e conduzidas por um professor ou educador, cujo objetivo é produzir valores educativos, promovendo conhecimentos, aptidões e habilidades que são partilhadas pelos participantes. Ao adotar esta metodologia, mobilizam-se diferentes tipos de aprendizagem, entre as quais se destacam: o domínio de atitudes colaborativas, o diálogo participativo e o aprender a fazer.

Outra característica relevante da oficina pedagógica é sua versatilidade, podendo ser aplicada em diferentes contextos e níveis de ensino, mobilizando diferentes sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Assim, sua aplicabilidade não necessariamente é circunscrita a uma sala de aula, mas também pode ocorrer em outros espaços dentro da escola ou em saídas a campo, geralmente marcadas por visitas em espaços não formais de ensino.

Para Vieira e Volquind (2002), o trabalho com oficinas é uma forma de ensinar e aprender, mediante a realização de algo feito coletivamente. Assim, as oficinas possibilitam um ambiente em que haja uma troca acerca das temáticas, no qual a hierarquia que caracteriza a relação professor-aluno é substituída por uma experiência em que ambos são responsáveis pela condução do processo de aprendizagem. Dessa maneira, tal atividade potencializa maior engajamento dos estudantes em relação à atividade e, ao mesmo tempo, possibilita ao docente ampliar sua atuação para além da aula expositiva, contribuindo para uma aprendizagem significativa dos estudantes.

Vieira e Volquind (2002) ainda apresentam que a oficina deve ser realizada contemplando os três âmbitos do ser humano: o pensar, o sentir e o agir. Assim, tais dimensões possibilitam ao estudante reconhecer o problema em seu cotidiano,

refletindo com seus pares sobre tais evidências, instigando-o a transformá-lo, de acordo com suas convicções e experiências cotidianas.

Nesse sentido, a oficina pedagógica dialoga prioritariamente com as dimensões acadêmica e empírica, nas quais se articulam teoria e prática a fim de oportunizar uma aprendizagem significativa ao público-alvo. Entretanto, um dos desafios docentes em sua realização é fomentar o trabalho em equipe, assim como a interdisciplinaridade, possibilitando ao estudante a compreensão do mundo em que está inserido e sua capacidade de integração aos pares a partir da realização de atividades colaborativas.

A partir da intencionalidade acerca da produção didática, a oficina pedagógica é organizada a partir do uso da metodologia ativa Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), apresentada em um caderno-oficina, auxiliando os estudantes na interpretação de representações históricas acerca dos papéis de gênero e da história das mulheres a partir do futebol feminino no Brasil e sua regulamentação.

A mobilização da categoria gênero permite compreender que as diferenças atribuídas a homens e mulheres não se restringem às questões biológicas, mas são construídas historicamente nas relações sociais. Por sua vez, o futebol constitui-se como um espaço privilegiado para problematizar essas construções, uma vez que a trajetória do esporte foi marcada pela valorização de atributos ligados ao sexo masculino, como força e virilidade. Assim, a presença das mulheres, nesse espaço, não deve ser compreendida apenas como a inserção de um novo grupo em uma prática esportiva, mas como parte integrante da dinâmica de disputas de quem têm o direito ou não de ocupar estes espaços.

A partir desta perspectiva, analisar as representações do futebol feminino na revista *Placar* permite observar como determinadas concepções sobre feminilidade foram produzidas, reproduzidas ou tensionadas pela imprensa esportiva. A questão de gênero, nesse caso, não se limita à presença ou à ausência das mulheres nas páginas da revista, mas envolve também a maneira como seus corpos, comportamentos, habilidades esportivas e relações com o futebol foram apresentados aos leitores. Assim, a análise das fontes possibilita problematizar historicamente os significados atribuídos à participação feminina no esporte e as relações de poder que atravessaram essa experiência.

A utilização da ABP, como metodologia ativa, surge como proposta para a aquisição de conteúdos teóricos para os estudantes, fortalecendo sua capacidade de

resolver problemas, envolvendo-os na aprendizagem (Levin, 2001). Nessa direção, tal metodologia contribui para uma aprendizagem transformacional, ao mesmo tempo que exige do professor uma compreensão de novos significados, relacionando-os às experiências prévias dos estudantes, estimulando-os e incentivando-os a novas formas de aprendizagem.

A constituição histórica da ABP é baseada principalmente em escolas de medicina em meados do século XX, inicialmente nos Estados Unidos, e de lá passaram a compor as últimas etapas da formação médica em todo o mundo, estendendo-se para outras áreas do conhecimento (Ribeiro, 2008). De maneira geral, uma das premissas básicas da ABP constitui-se em utilizar os problemas da vida real para estimular o desenvolvimento conceitual, procedimental e atitudinal dos estudantes, processos que fundamentam diretamente a oficina pedagógica proposta no presente trabalho.

Schmidt (1993) aponta que Dewey, baseado na aprendizagem autônoma, e Bruner, para quem a motivação impulsiona o indivíduo a conhecer melhor o mundo, são os pressupostos teóricos da ABP. Tais pressupostos ressaltam a importância da aprendizagem a partir de eventos reais, que antecedem o conceito, o qual será detalhado nos próximos parágrafos e que fundamentam a proposta da oficina pedagógica.

Bruner (1978), psicólogo americano, propôs o modelo de Aprendizagem pela Descoberta (APD), constituindo-se na utilização de problemas para o desenvolvimento de habilidades de raciocínio para motivar os estudantes em aprender com situações da realidade, facilitando a retenção e assimilação de informações. Segundo o psicólogo, a aprendizagem se dá em três processos simultâneos:

> 1. Aquisição de nova informação, confirmando ou contradizendo a informação previamente estabelecida pelo aluno; 2. Transformação da informação adaptando-a a novas ideias; 3. Avaliação da adequação da informação. Para que esses processos se desencadeiem é importante que haja a vontade do aluno em aprender, que pode ser movido pela curiosidade e interesse pela descoberta. Ser desafiado por um problema permite que o aluno busque informações, as confronte e descubra novas informações, consolidando a aprendizagem. (Bruner apud Borochovicius; Tortella, 2014, p. 268)

Embora Bruner seja considerado precursor imediato da ABP (Penaforte, 2001), as contribuições de John Dewey são fundamentais para a compreensão da referida metodologia. Integrante da Escola Nova, movimento surgido na Europa no início do século XX, enfatizava que a formação dos indivíduos estava centrada nas relações sociais e os vínculos estabelecidos a partir da vida prática. Embora não rejeitasse os

mecanismos biológicos na formação humana, a satisfação do aprender, segundo o autor, estava baseada na aprendizagem ativa, desenvolvendo funções morais e intelectuais, afastando-se estritamente do cunho mnemônico, que prevalecia no período (Salvador, 1999).

Após tais encaminhamentos acerca da proposta pedagógica e da metodologia utilizada na oficina pedagógica, nas próximas páginas apresenta-se o produto pedagógico e suas etapas.

3.1 APRESENTAÇÃO DO CADERNO OFICINA

Nesta seção abordaremos a apresentação do caderno oficina, composto pelo texto introdutório do material, dividido através das seções: Apresentação do Material; Fundamentação teórica; História Cultural e Teoria das Representações; Diálogo com a BNCC (Base Nacional Curricular Comum) e; Objetivos da Oficina.

3.1.1 Apresentação do Material

O presente material foi elaborado a partir da dissertação realizada no âmbito do mestrado profissional em Ensino de História, cujo tema são as representações do futebol feminino na revista *Placar* entre os anos de 1970 e 2000 e suas possibilidades para o ensino de História. Tal pesquisa fez um levantamento das menções ao futebol feminino no referido periódico esportivo, tomando como referência o fim da proibição das mulheres em praticar oficialmente o esporte e sua regulamentação na década de 1980, considerando o momento anterior de tal medida, quando o futebol feminino encontrava-se proibido para as mulheres; a década de 1980, período em que a revista deu grande visibilidade à modalidade, mas também construiu estereótipos que marcaram as representações femininas no esporte; e, por fim, a década de 1990, quando o futebol feminino se consolidou no cenário esportivo mundial, através dos grandes eventos esportivos.

O diálogo com o ensino de História se estabelece a partir de duas formas. Primeiro, os momentos históricos que marcaram o país, apresentados a partir do recorte da pesquisa, que são: o Regime Militar brasileiro, a Redemocratização e a Nova República. No entanto, a segunda proposta, tomada como foco central do caderno-oficina, é a análise de periódicos como fontes históricas. Nesse sentido, a fonte é direcionada para um olhar sobre as representações de gênero e da história das mulheres, uma vez que a revista, para além de retratar o cotidiano do esporte,

constrói significados importantes para as relações de gênero e para o papel que homens e mulheres exercem na sociedade. Além disso, a história das mulheres é uma das possibilidades para o trabalho com as fontes, uma vez que, em diferentes momentos da história, estas foram impedidas de realizar atividades julgadas inapropriadas e, neste caso, justificadas por supostos discursos científicos ou por questões morais.

Considera-se, portanto, que a imprensa constitui uma importante fonte histórica para o estudo das relações sociais, das representações e das disputas de poder presentes na sociedade. Nesse sentido, as representações acerca do futebol feminino tornam-se uma “lente” que possibilita a discussão e o aprendizado acerca das permanências, rupturas e tensões ligadas às questões de gênero e à história das mulheres.

Nesse sentido, a categoria gênero contribui para deslocar a análise de uma perspectiva que considera apenas a presença das mulheres na história para outra que problematiza as relações construídas entre homens e mulheres em diferentes contextos sociais. No caso do futebol, essa perspectiva permite questionar os sentidos atribuídos à participação feminina e compreender como determinadas características foram historicamente associadas ao masculino e ao feminino. A imprensa esportiva, ao selecionar imagens, acontecimentos e discursos, participa desse processo de construção de significados, tornando-se, portanto, um espaço importante para a análise histórica das relações de gênero.

Acerca da estrutura do material, ele foi concebido como uma oficina pedagógica, cuja perspectiva não está centrada no professor, mas na participação ativa dos estudantes em conjunto com o professor na análise das fontes. A metodologia utilizada em sua implementação é a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), colocando os estudantes em uma postura investigativa. Tal proposta visa analisar documentos, ao invés de receber respostas prontas, sendo convidados a analisar documentos históricos, levantar hipóteses, confrontar diferentes interpretações e construir explicações fundamentadas a partir das evidências mobilizadas na oficina.

Pretende-se, a partir do material, fomentar discussões relacionadas à leitura crítica da imprensa, à interpretação de imagens, à análise de diferentes linguagens e à compreensão das representações produzidas historicamente sobre as mulheres no

esporte. A sua aplicação é direcionada às turmas do Ensino Médio, podendo ser desenvolvida de maneira interdisciplinar com outras disciplinas.

Espera-se que a oficina contribua para uma aprendizagem significativa, o diálogo baseado no respeito e o protagonismo estudantil frente à investigação histórica, desenvolvendo o pensamento crítico, articulando pesquisa acadêmica e prática docente.

Nas figuras à seguir, apresentamos como a apresentação do material está disposto no blogger:

Figura 37 – Apresentação do material no blog



Fonte: CADERNO OFICINA: FUTEBOL FEMININO. Apresentação do material. Blogspot, [s.d.]. Disponível em: oficinafutebolfeminino.blogspot.com. Acesso em: 2 ago. 2026.

3.1.2 Fundamentação Teórica

A oficina pedagógica do presente material tem como proposta a utilização da metodologia ativa Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Segundo Berbel (1998), o uso de metodologias ativas favorece a aprendizagem significativa dos

estudantes, na qual estes são desafiados a resolver situações-problema a partir de seu contexto social, instigando-os a uma participação efetiva em torno da atividade proposta.

A ABP organiza o processo de ensino a partir de um problema real, complexo e aberto, exigindo do estudante uma postura investigativa, na qual este se torna protagonista na construção do conhecimento, a partir do levantamento de hipóteses, análise de evidências e construção coletiva de interpretações. Nessa direção, Barrows (1986), um dos principais formuladores da ABP, afirma que o conhecimento é construído a partir da investigação, do trabalho colaborativo e da busca por soluções baseadas em evidências.

O uso da ABP no ensino de História possibilita aproximar os estudantes dos procedimentos adotados na prática do historiador, substituindo o caráter mnemônico que marcou a trajetória da disciplina escolar por processos investigativos que valorizam a análise crítica de fontes históricas. Assim, a oficina pedagógica organiza-se em torno da seguinte situação-problema: de que maneira a revista *Placar* representou o futebol feminino entre as décadas de 1970 e 2000 e quais as transformações podem ser identificadas nessas representações ao longo dos períodos?

A partir desta problematização, os estudantes analisam reportagens, imagens, capas, fotografias presentes na revista *Placar*, formulando hipóteses, confrontando diferentes interpretações, construindo argumentos baseados em evidências presentes nas fontes históricas. Assim, a metodologia adotada desloca a compreensão histórica a partir da memorização de datas e fatos sacramentados pela historiografia tradicional, para o desenvolvimento de uma autonomia intelectual, da argumentação e do pensamento crítico.

A análise das fontes está respaldada no campo de estudo do ensino de História, como parte integrante do processo de desenvolvimento do pensamento histórico, superando práticas exclusivamente marcadas na transmissão de conteúdo ou discursos proselitistas. Nessa perspectiva, aprender a História significa compreender como seu conhecimento é produzido, interpretado e constantemente reinterpretado a partir da análise crítica das fontes.

Para Rüsen (2001), a aprendizagem histórica relaciona-se diretamente com a formação da consciência histórica, permitindo aos sujeitos interpretar as experiências do passado, compreender as relações do presente e projetar o futuro. Nessa direção,

o conhecimento histórico assume uma postura orientadora, contribuindo para que os indivíduos analisem criticamente a realidade em que estão inseridos.

No contexto brasileiro, Schmidt e Cainelli (2021) destacam que a aprendizagem histórica deve privilegiar a investigação, a problematização e o contato com diferentes tipos de fontes, possibilitando aos estudantes uma experiência de trabalho do próprio historiador. Dessa maneira, documentos escritos, fotografias e demais registros deixam de ilustrar conteúdos previamente definidos e passam a constituir objetos centrais da investigação histórica.

A categoria gênero aparece na análise das fontes permitindo questionar a aparente neutralidade das representações produzidas pela imprensa. Nesse sentido, as formas pelas quais as mulheres são apresentadas, os atributos associados aos seus corpos, comportamentos e os espaços que lhes são destinados no discurso jornalístico revelam concepções construídas sobre o feminino. Assim, a análise do futebol feminino não está restrita aos acontecimentos relacionados à modalidade, mas possibilita, acerca da produção jornalística, investigar as diferenças entre homens e mulheres em determinados contextos históricos.

Salienta-se que a abordagem oportuniza aos estudantes perceber que as fontes não apenas registram uma realidade previamente existe, mas participam da construção de sentidos sobre ela. Especificamente, a revista Placar possibilita compreender como a imprensa esportiva produziu determinadas expectativas acerca das mulheres que praticavam o futebol e como essas representações se relacionaram às concepções de feminilidade presentes em cada período. Portanto, gênero torna-se uma categoria que auxilia na problematização das fontes e na compreensão das relações de poder presentes nas representações analisadas.

A proposta da oficina de analisar as representações do futebol feminino presentes nas páginas da revista *Placar* permite aos estudantes interpretar diferentes representações acerca da mulher, a partir do futebol feminino, em espaços que tradicionalmente são marcados por valores masculinos, neste caso, a imprensa esportiva e o futebol brasileiro, identificando rupturas, permanências, interesses e disputas a partir das fontes. Possibilita também ao professor dialogar, a partir da prática, com diferentes períodos da história brasileira, ampliando a discussão para além da narrativa política ou econômica que incide sobre o referido período histórico.

Por fim, mais do que conhecer a trajetória da modalidade ou da revista, busca-se compreender como determinadas imagens sobre as mulheres foram difundidas, produzidas e disputadas pela imprensa brasileira.

Salienta-se que a fundamentação teórica exposta nos parágrafos desta seção está disponível na mesma página do blog, constando na apresentação do material, conforme se verifica na figura 38:

Figura 38 – Parte do texto da fundamentação teórica



Fonte: CADERNO OFICINA: FUTEBOL FEMININO. Apresentação do material. Blogspot, [s.d.]. Disponível em: oficinafutebolfeminino.blogspot.com. Acesso em: 2 ago. 2026.

3.1.3 História Cultural e Teoria das Representações

Fundamenta a proposição deste material a História Cultural – campo historiográfico que teve grande projeção a partir da renovação dos estudos em História no século XX, com a escola de Annales –, na qual se utiliza, em especial, a teoria das representações proposta pelo historiador Roger Chartier. Para o autor, as representações não são apenas um reflexo da realidade, mas formas socialmente construídas por meio das quais diferentes grupos atribuem sentido às práticas sociais, legitimando suas relações de poder (Chartier, 2002). Nessa perspectiva histórica, jornais e revistas deixam de ser apenas veículos de informação, produzindo representações sociais, capazes de construir discursos, selecionar acontecimentos, atribuir significados e influenciar como os indivíduos percebem a si e aos outros grupos sociais. Assim, a revista *Placar* não é um agente neutro do futebol, mas produz

discursos em contextos históricos específicos, atravessados por interesses editoriais, valores culturais e disputas simbólicas.

A partir da investigação de diferentes recursos presentes na revista, como capas, fotografias, manchetes, reportagens e entrevistas, a oficina convida os estudantes a compreender que tais elementos produzem sentidos, legitimam determinadas práticas e contribuem para reforçar ou tensionar relações de poder existentes na sociedade. A análise das representações sobre o futebol feminino permite não apenas entender a trajetória da modalidade no Brasil, mas compreender como as mulheres inseridas na revista foram retratadas a partir dessas representações, possibilitando uma discussão de gênero, das desigualdades sociais, do papel da imprensa esportiva e da construção de identidades.

Por esse viés, a oficina possibilita, a partir da trajetória da modalidade no Brasil, compreender como as representações sobre o futebol feminino se alteraram ao longo do tempo, assim como compreender como as mulheres que praticaram o esporte foram retratadas pela revista. Se, na década de 1970 e início dos anos 1980, as fontes revelam a predominância de discursos relacionados à proibição da modalidade e aos debates sobre a presença da mulher no esporte, posteriormente observa-se a valorização da feminilidade normativa e a crescente sexualização dos corpos femininos, evidenciando que a visibilidade dada à modalidade não necessariamente representou a superação das hierarquias de gênero.

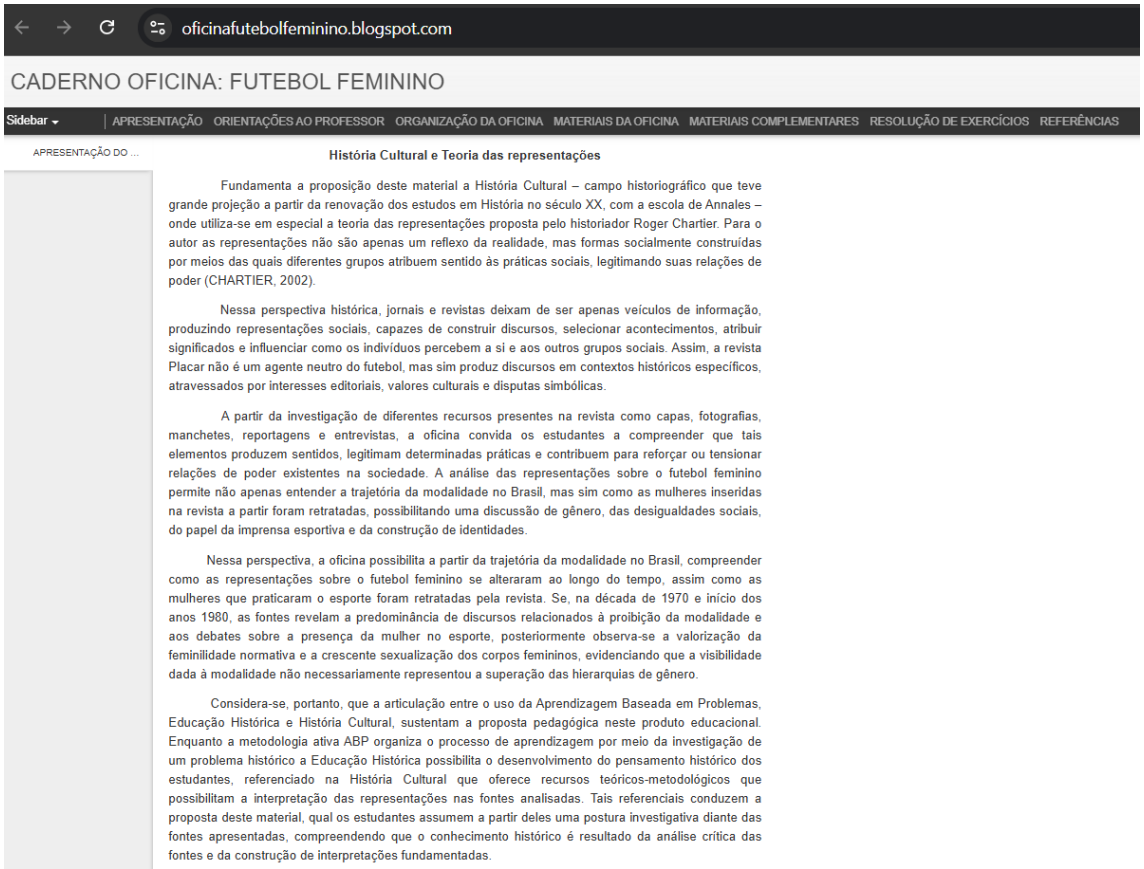
Considera-se, portanto, que a articulação entre o uso da Aprendizagem Baseada em Problemas, a Educação Histórica e a História Cultural sustenta a proposta pedagógica neste produto educacional. Enquanto a metodologia ativa ABP organiza o processo de aprendizagem por meio da investigação de um problema histórico, a Educação Histórica possibilita o desenvolvimento do pensamento histórico dos estudantes, tendo como referência a História Cultural, que oferece recursos teórico-metodológicos que possibilitam a interpretação das representações nas fontes analisadas. Tais referenciais conduzem a proposta deste material, na qual os estudantes assumem, a partir deles, uma postura investigativa diante das fontes apresentadas, compreendendo que o conhecimento histórico é resultado da análise crítica das fontes e da construção de interpretações fundamentadas.

Direciona-se, portanto, o gênero como categoria de análise para compreender essas representações para além da identificação dos estereótipos femininos. As representações sobre mulheres e homens são produzidas em relações sociais nas

quais determinados comportamentos, espaços e características são associados ao masculino ou ao feminino, contribuindo para estabelecer diferenças e hierarquias. Nesse sentido, a representação da mulher futebolista na imprensa pode ser analisada como parte de uma disputa mais ampla acerca dos lugares socialmente atribuídos às mulheres e aos homens.

Essa perspectiva aproxima-se da compreensão de gênero como uma construção histórica e relacional. Ao analisar as páginas da revista *Placar*, portanto, não interessa apenas identificar como as mulheres foram representadas, mas compreender em relação a quais valores, expectativas e modelos de feminilidade essas representações foram construídas. A análise das fontes permite, assim, perceber como a presença feminina no futebol poderia ser simultaneamente visibilizada e limitada por discursos que valorizavam determinados atributos considerados socialmente adequados às mulheres.

Figura 39 – História Cultural e Teoria das representações



Fonte: CADERNO OFICINA: FUTEBOL FEMININO. Apresentação do material. Blogspot, [s.d.]. Disponível em: oficinafutebolfeminino.blogspot.com. Acesso em: 2 ago. 2026.

3.1.4 Articulação com a BNCC

A proposta da oficina pedagógica está respaldada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente nas competências gerais da Educação Básica e nas competências específicas das Ciências Humanas, uma vez que trabalha a partir da investigação e análise crítica das fontes históricas, fundamentada em evidências e na valorização dos direitos humanos e da diversidade.

O uso de reportagens para o ensino de História possibilita aos estudantes compreender a História como uma construção social, produzida a partir das interpretações de diferentes fontes históricas. Nessa direção, a oficina aproxima-se da Competência Geral 1 da BNCC, valorizando os conhecimentos historicamente construídos para compreender e explicar a realidade, colaborando para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

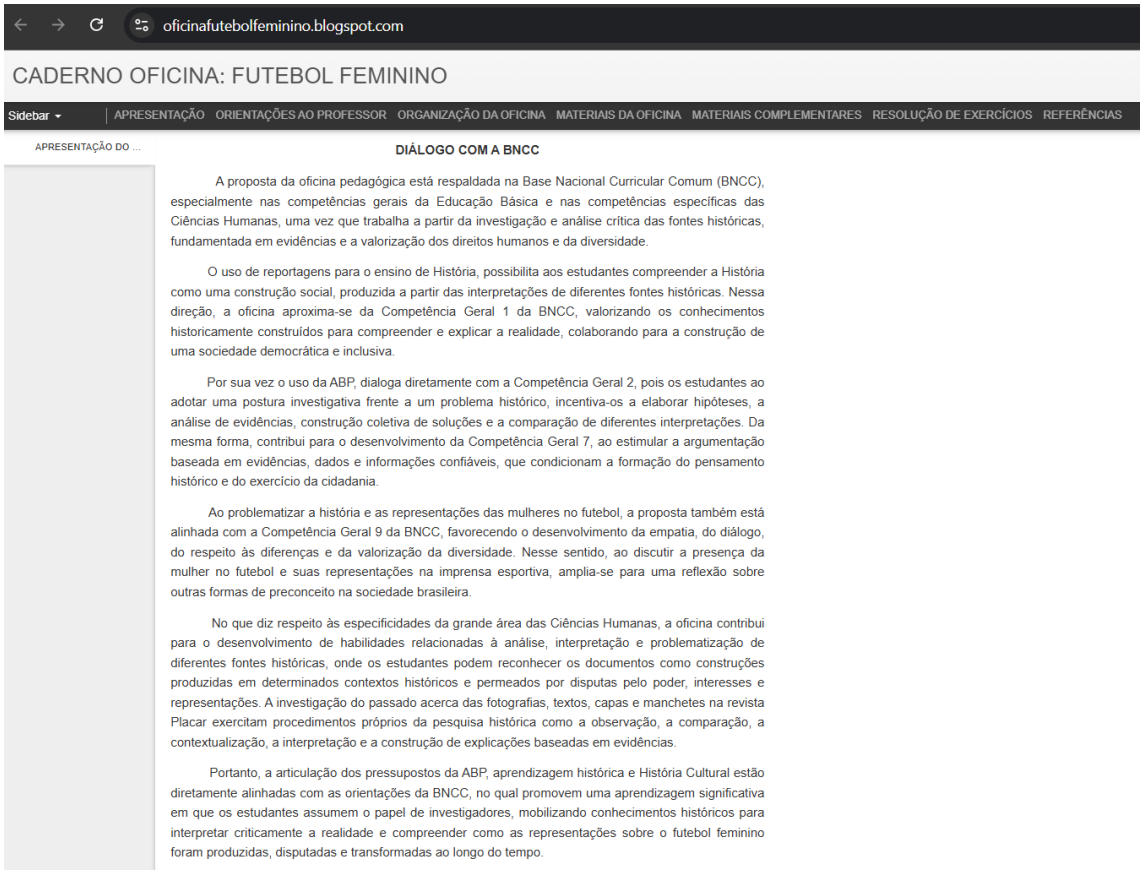
Por sua vez, o uso da ABP dialoga diretamente com a Competência Geral 2, pois os estudantes, ao adotarem uma postura investigativa frente a um problema histórico, são incentivados a elaborar hipóteses, analisar evidências, construir coletivamente soluções e comparar diferentes interpretações. Da mesma forma, contribui para o desenvolvimento da Competência Geral 7, ao estimular a argumentação baseada em evidências, dados e informações confiáveis, que contribuem para a formação do pensamento histórico e para o exercício da cidadania.

Ao problematizar a história e as representações das mulheres no futebol, a proposta também está alinhada com a Competência Geral 9 da BNCC, favorecendo o desenvolvimento da empatia, do diálogo, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade. Nesse sentido, ao discutir a presença da mulher no futebol e suas representações na imprensa esportiva, amplia-se para uma reflexão sobre outras formas de preconceito na sociedade brasileira.

No que diz respeito às especificidades da grande área das Ciências Humanas, a oficina contribui para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à análise, interpretação e problematização de diferentes fontes históricas, nas quais os estudantes podem reconhecer os documentos como construções produzidas em determinados contextos históricos e permeados por disputas pelo poder, interesses e representações. A investigação do passado acerca das fotografias, textos, capas e manchetes na revista *Placar* exercita procedimentos próprios da pesquisa histórica, como a observação, a comparação, a contextualização, a interpretação e a construção de explicações baseadas em evidências.

Portanto, a articulação dos pressupostos da ABP, da aprendizagem histórica e da História Cultural está diretamente alinhada com as orientações da BNCC, as quais promovem uma aprendizagem significativa em que os estudantes assumem o papel de investigadores, mobilizando conhecimentos históricos para interpretar criticamente a realidade e compreender como as representações sobre o futebol feminino foram produzidas, disputadas e transformadas ao longo do tempo.

Figura 40 – Diálogo com a BNCC



Fonte: CADERNO OFICINA: FUTEBOL FEMININO. Apresentação do material. Blogspot, [s.d.]. Disponível em: oficinafutebolfeminino.blogspot.com. Acesso em: 2 ago. 2026.

3.1.5 Objetivos da Oficina

3.1.5.1 Objetivo geral

Desenvolver o pensamento histórico dos estudantes através da metodologia ativa Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), utilizando reportagens, imagens e capas da revista *Placar* como fontes históricas para analisar as representações do futebol feminino no Brasil entre os anos de 1970 e 2000, compreendendo as relações de gênero e a trajetória da participação feminina no esporte, tomando como ponto de inflexão o fim das restrições às mulheres na prática do esporte.

3.1.5.2 Objetivos específicos

Compreende-se como objetivos específicos da oficina: compreender a revista *Placar* como fonte histórica e produtora de representações sociais; analisar criticamente reportagens, fotografias, capas, imagens da revista, identificando permanências e transformações nas representações do futebol feminino entre os anos de 1970 e 2000; identificar como as relações de gênero influenciaram a construção das representações do futebol feminino na imprensa esportiva brasileira; desenvolver procedimentos próprios de investigação histórica, como observação, contextualização, comparação, interpretação e argumentação baseada em evidências documentais; relacionar as representações presentes na revista aos contextos históricos de sua produção, considerando aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos; estimular o trabalho colaborativo, a resolução de problemas, a autonomia intelectual e a construção coletiva do conhecimento histórico; produzir material histórico em formato de exposição virtual, painel ou apresentação, utilizando os argumentos fundamentados nas fontes analisadas.

Figura 41 – Objetivos da Oficina



Fonte: CADERNO OFICINA: FUTEBOL FEMININO. Apresentação do material. Blogspot, [s.d.]. Disponível em: oficinafutebolfeminino.blogspot.com. Acesso em: 2 ago. 2026.

3.2 ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR (APÊNDICE B)

A oficina pedagógica abrange o tema futebol e ensino de História, tendo como proposta abordar as representações do futebol feminino, contribuindo com a perspectiva da história das mulheres e de gênero. Sugere-se que o presente material seja abordado nas turmas do Ensino Médio sobre essa temática.

A partir de sua intencionalidade, toma-se como fonte histórica a imprensa esportiva através da revista *Placar*, um dos principais periódicos esportivos presentes na cobertura do esporte nacional. O uso da imprensa como fonte histórica se caracteriza não apenas como um mero instrumento que narra um determinado acontecimento, mas sim como um agente que constrói ativamente significados, hierarquizações e narrativas acerca da realidade social, tornando-se uma importante ferramenta na compreensão acerca das representações inseridas em um determinado contexto histórico.

Nessa direção, a oficina pedagógica é fundamentada a partir do conceito de representação social do historiador francês Roger Chartier. Segundo o autor, as representações (imagens, textos, manchetes, fotografias) não refletem simplesmente a realidade, mas sim atribuem sentido a ela, construindo diferentes formas de percebê-la. Assim, a análise da revista *Placar* convida os estudantes a compreender como os diferentes discursos produziram visões sobre o futebol feminino em diferentes contextos históricos.

Ao trabalhar com a categoria gênero, recomenda-se que o professor incentive os estudantes a observar não apenas a presença das mulheres nas fontes, mas também as formas pelas quais elas são representadas. É possível questionar quais características são atribuídas às atletas, quais aspectos de suas vidas são destacados, quais são silenciados e de que maneira seus corpos, comportamentos e habilidades esportivas são apresentados. Essas questões permitem compreender que as representações sobre o feminino são historicamente construídas e estão relacionadas às relações sociais e às disputas de poder presentes em cada contexto.

Dessa maneira, a análise das fontes pode ultrapassar a identificação de uma suposta “imagem da mulher” produzida pela revista e investigar os sentidos atribuídos à participação feminina no futebol. O professor poderá problematizar, por exemplo, se a visibilidade concedida às jogadoras esteve associada exclusivamente ao desempenho esportivo ou se outros atributos considerados socialmente femininos também foram mobilizados pela imprensa. Essa abordagem permite aos estudantes perceber que ampliar a presença das mulheres em determinado espaço não significa, necessariamente, eliminar as hierarquias e desigualdades de gênero nele existentes.

No que diz respeito à sua organização, a oficina fundamenta-se na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), na qual os estudantes assumem um papel ativo na construção do conhecimento, desenvolvendo habilidades de investigação e argumentação histórica.

Sugere-se ao professor utilizar como elemento problematizador da oficina: “A regulamentação do futebol feminino significou a superação das desigualdades entre homens e mulheres no esporte?” A partir do conhecimento prévio dos estudantes, possivelmente, eles dirão que não, uma vez que o futebol feminino ainda não encontra o mesmo prestígio midiático dado ao futebol masculino.

Entretanto, tal diálogo contribuirá para que haja engajamento na discussão, possibilitando uma reflexão social sobre o tema, como os papéis sociais

desempenhados por homens e mulheres na sociedade a partir das hierarquizações de gênero, a trajetória da mulher em diferentes áreas da vida social ou outros temas que atravessam a discussão.

A partir deste debate inicial, os estudantes serão convidados a analisar diferentes reportagens sobre o futebol feminino produzidas pela *Placar* entre as décadas de 1970 e 1990, identificando como a revista representou o futebol feminino em diferentes contextos históricos.

Recomenda-se que os estudantes sejam divididos em pequenos grupos, favorecendo a leitura colaborativa das fontes e a construção colaborativa das hipóteses. O professor atuará inicialmente como apresentador da temática e, depois, como mediador do processo investigativo, ao longo da oficina, incentivando o debate e problematizando as interpretações.

É imprescindível, durante a realização da oficina, estimular a observação simultânea de textos, imagens, manchetes, capas, legendas, identificando o contexto histórico em que as reportagens estão inseridas. Nesse sentido, os estudantes compreendem que toda fonte histórica é produzida em um determinado tempo, expressando interesses, valores e representações específicas.

Na condução da oficina, recomenda-se evitar anacronismos, ou seja, julgar o passado a partir de nossas interpretações do presente. A proposta pedagógica da atividade não consiste em julgar sujeitos do passado, mas sim compreender como determinadas representações são construídas, legitimadas e transformadas ao longo da história, bem como seus impactos no presente.

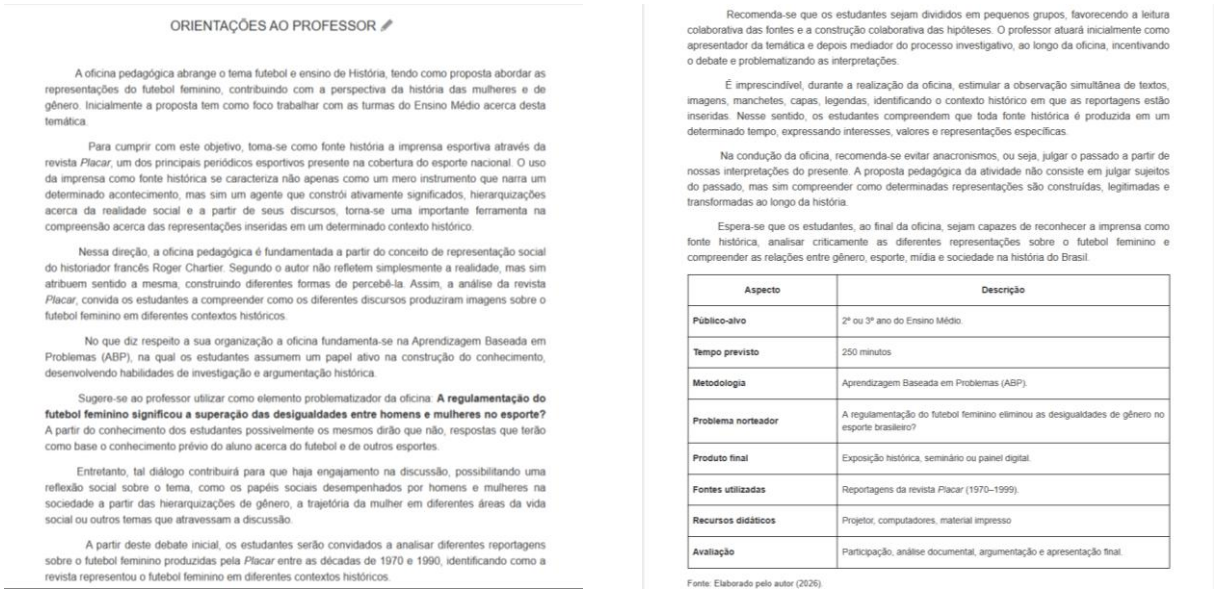
Espera-se que os estudantes, ao final da oficina, sejam capazes de reconhecer a imprensa como fonte histórica, analisar criticamente as diferentes representações sobre o futebol feminino e compreender as relações entre gênero, esporte, mídia e sociedade na história do Brasil.

Quadro 1 – Fundamentos da oficina

Aspecto	Descrição
Público-alvo	2º ou 3º ano do Ensino Médio.
Tempo previsto	250 minutos
Metodologia	Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).
Problema norteador	A regulamentação do futebol feminino eliminou as desigualdades de gênero no esporte brasileiro?
Produto final	Exposição histórica, seminário ou painel digital.
Fontes utilizadas	Reportagens da revista *Placar* (1970–1999).
Recursos didáticos	Projetor, computadores, material impresso
Avaliação	Participação, análise documental, argumentação e apresentação final.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Figura 42 – Orientações ao professor (recortes do blog)



ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR

A oficina pedagógica abrange o tema futebol e ensino de História, tendo como proposta abordar as representações do futebol feminino, contribuindo com a perspectiva da história das mulheres e de gênero. Inicialmente a proposta tem como foco trabalhar com as turmas do Ensino Médio acerca desta temática.

Para cumprir com este objetivo, toma-se como fonte história a imprensa esportiva através da revista *Placar*, um dos principais periódicos esportivos presente na cobertura do esporte nacional. O uso da imprensa como fonte histórica se caracteriza não apenas como um mero instrumento que narra um determinado acontecimento, mas sim um agente que constrói ativamente significados, hierarquizações acerca da realidade social e a partir de seus discursos, torna-se uma importante ferramenta na compreensão acerca das representações inseridas em um determinado contexto histórico.

Nessa direção, a oficina pedagógica é fundamentada a partir do conceito de representação social do historiador francês Roger Chartier. Segundo o autor não refletem simplesmente a realidade, mas sim atribuem sentido a mesma; construindo diferentes formas de percebê-la. Assim, a análise da revista *Placar*, convida os estudantes a compreender como os diferentes discursos produziram imagens sobre o futebol feminino em diferentes contextos históricos.

No que diz respeito a sua organização a oficina fundamenta-se na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), na qual os estudantes assumem um papel ativo na construção do conhecimento, desenvolvendo habilidades de investigação e argumentação histórica.

Sugere-se ao professor utilizar como elemento problematizador da oficina: **A regulamentação do futebol feminino significou a superação das desigualdades entre homens e mulheres no esporte?** A partir do conhecimento dos estudantes possivelmente os mesmos dirão que não, respostas que terão como base o conhecimento prévio do aluno acerca do futebol e de outros esportes.

Entretanto, tal diálogo contribuirá para que haja engajamento na discussão, possibilitando uma reflexão social sobre o tema, como os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres na sociedade a partir das hierarquizações de gênero, a trajetória da mulher em diferentes áreas da vida social ou outros temas que atravessam a discussão.

A partir deste debate inicial, os estudantes serão convidados a analisar diferentes reportagens sobre o futebol feminino produzidas pela *Placar* entre as décadas de 1970 e 1990, identificando como a revista representou o futebol feminino em diferentes contextos históricos.

Recomenda-se que os estudantes sejam divididos em pequenos grupos, favorecendo a leitura colaborativa das fontes e a construção colaborativa das hipóteses. O professor atuará inicialmente como apresentador da temática e depois mediador do processo investigativo, ao longo da oficina, incentivando o debate e problematizando as interpretações.

É imprescindível, durante a realização da oficina, estimular a observação simultânea de textos, imagens, manchetes, capas, legendas, identificando o contexto histórico em que as reportagens estão inseridas. Nesse sentido, os estudantes compreendem que toda fonte histórica é produzida em um determinado tempo, expressando interesses, valores e representações específicas.

Na condução da oficina, recomenda-se evitar anacronismos, ou seja, julgar o passado a partir de nossas interpretações do presente. A proposta pedagógica da atividade não consiste em julgar sujeitos do passado, mas sim compreender como determinadas representações são construídas, legitimadas e transformadas ao longo da história.

Espera-se que os estudantes, ao final da oficina, sejam capazes de reconhecer a imprensa como fonte histórica, analisar criticamente as diferentes representações sobre o futebol feminino e compreender as relações entre gênero, esporte, mídia e sociedade na história do Brasil.

Aspecto	Descrição
Público-alvo	2º ou 3º ano do Ensino Médio.
Tempo previsto	250 minutos
Metodologia	Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).
Problema norteador	A regulamentação do futebol feminino eliminou as desigualdades de gênero no esporte brasileiro?
Produto final	Exposição histórica, seminário ou painel digital.
Fontes utilizadas	Reportagens da revista *Placar* (1970–1999).
Recursos didáticos	Projetor, computadores, material impresso
Avaliação	Participação, análise documental, argumentação e apresentação final.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Fonte: Adaptado de NOIMANN (2026).

3.3 DESENVOLVIMENTO DA OFICINA

A seguir, o professor encontrará a sugestão para o encaminhamento da Oficina pedagógica. Optou-se pela divisão em encontros, nos quais será apresentada de maneira sistematizada no endereço do blog. Outra possibilidade levantada na elaboração do material é o diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, uma vez que aborda conceitos que são também trabalhados nesta disciplina.

3.3.1 1º Encontro

Sugere-se que este momento tenha como duração de 50 minutos. Os objetivos específicos deste momento são: identificar, a partir da pergunta mobilizadora, o conhecimento prévio dos estudantes sobre o futebol feminino; problematizar a construção histórica das desigualdades de gênero no esporte; identificar, a partir da leitura dos textos disponíveis no blog, as trajetórias do futebol no Brasil, do futebol feminino e da revista *Placar*; apresentar o problema que orientará a oficina.

O desenvolvimento é apresentado a partir da pergunta mobilizadora em que os estudantes são instigados a contribuir com a discussão sobre o futebol feminino. A pergunta norteadora da discussão é: “O futebol sempre foi um esporte para homens e mulheres?” Os alunos deverão responder individualmente e confrontar a opinião com a de seus pares. Nessa direção, o professor deverá atuar como mediador, estimulando a participação dos estudantes.

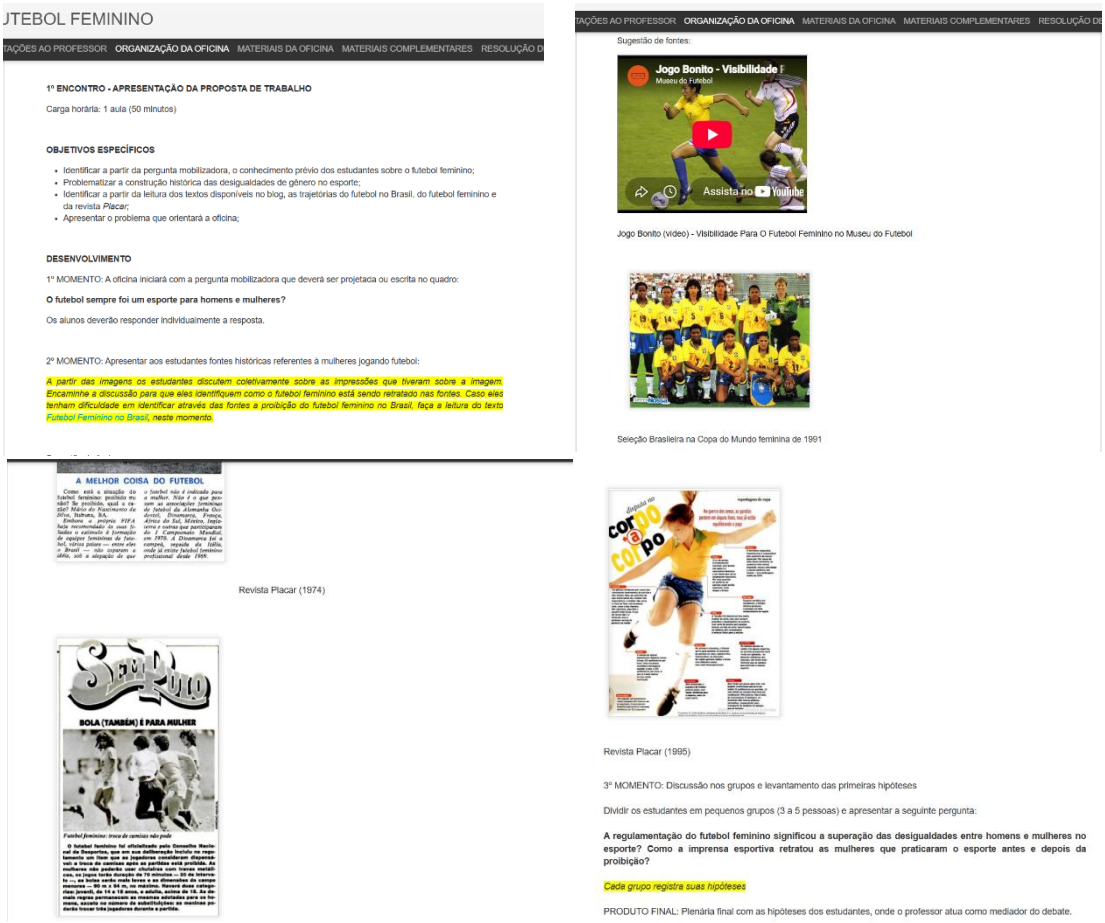
No segundo momento do encontro serão apresentadas as fontes (Apêndice C) para os estudantes, instigando-os a refletir, a partir do futebol, sobre a participação feminina na construção do esporte. Serão apresentadas fontes, nas quais o professor poderá optar por imprimir as imagens ou projetá-las neste momento.

A partir das fontes, os estudantes discutem coletivamente sobre as impressões que tiveram sobre a imagem. O encaminhamento da discussão se dará de maneira que eles identifiquem como o futebol feminino está sendo retratado nas fontes. Caso eles tenham dificuldade em identificar por meio das fontes a proibição do futebol feminino no Brasil, sugere-se ao docente a realização da leitura da página “Futebol Feminino no Brasil”, presente no material virtual (Apêndice D).

Após a análise coletiva das fontes, no terceiro momento, sugere-se que o público-alvo seja dividido em grupos de três a cinco pessoas, nos quais deverão levantar hipóteses acerca dos temas que incidem na oficina, a partir do seguinte

questionamento: “A regulamentação do futebol feminino significou a superação das desigualdades entre homens e mulheres no esporte? Como a imprensa esportiva retratou as mulheres que praticaram o esporte antes e depois da proibição?” Como produto deste primeiro encontro, sugere-se a realização de uma plenária, apresentando as hipóteses dos estudantes, na qual o professor atua como mediador do debate.

Figura 43 – Copilado de recortes do blog referentes ao 1º encontro



Fonte: Adaptado de NOIMANN (2026).

3.3.2 2º Encontro

Assim como o primeiro encontro, o segundo também é sistematizado a partir de um planejamento com a possibilidade de subsidiar o planejamento docente. Propõe-se que sejam destinadas duas aulas para a realização desta etapa. Atribui-se como objetivos específicos deste momento: analisar documentos históricos;

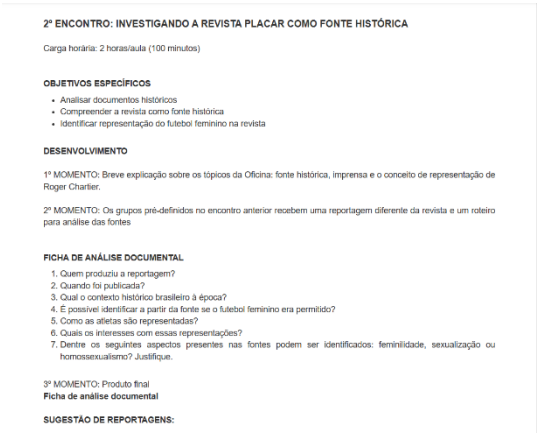
compreender a revista como fonte histórica e identificar a representação do futebol feminino na revista.

O desenvolvimento desta etapa se dá a partir de uma breve explicação sobre o conceito de representação de Roger Chartier, o uso da imprensa como fonte histórica, na qual ela não apenas informa, mas produz sentido àquilo que retrata, e a importância da fonte histórica na constituição do conhecimento historiográfico, assim possibilitando ao estudante reconhecer que a produção histórica é fruto de uma metodologia investigativa.

Após este momento, os grupos que foram predefinidos no encontro anterior deverão receber diferentes reportagens sobre o futebol feminino presentes na revista, acompanhadas de um roteiro predefinido para a análise das fontes (Apêndice C).

Por fim, os estudantes deverão entregar, ao final do encontro, a ficha com a análise documental (Apêndice C). Neste encontro, orienta-se o professor, se possível, a utilizar a sala de informática, possibilitando aos estudantes acessar o repertório virtual da revista disponível no Google Books (disponível no Apêndice E – Materiais Complementares).

Figura 44 – Copilado de recortes do blog referentes ao 2º encontro



2º ENCONTRO: INVESTIGANDO A REVISTA PLACAR COMO FONTE HISTÓRICA

Carga horária: 2 horas/aula (100 minutos)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar documentos históricos
- Compreender a revista como fonte histórica
- Identificar representação do futebol feminino na revista

DESENVOLVIMENTO

1º MOMENTO: Breve explicação sobre os tópicos da Oficina: fonte histórica, imprensa e o conceito de representação de Roger Chartier.

2º MOMENTO: Os grupos pré-definidos no encontro anterior recebem uma reportagem diferente da revista e um roteiro para análise das fontes

FICHA DE ANÁLISE DOCUMENTAL

1. Quem produziu a reportagem?
2. Quando foi publicada?
3. Qual o contexto histórico brasileiro à época?
4. É possível identificar a partir da fonte se o futebol feminino era permitido?
5. Como as atletas são representadas?
6. Quais os interesses com essas representações?
7. Dentre os seguintes aspectos presentes nas fontes podem ser identificados: feminilidade, sexualização ou homossexualismo? Justifique.

3º MOMENTO: Produto final
Ficha de análise documental

SUGESTÃO DE REPORTAGENS:



Revista Placar (1984) - edição 738



Revista Placar (1995) - edição 1106

Fonte: Adaptado de NOIMANN (2026).

3.3.3 3º Encontro

No presente encontro, os estudantes deverão, a partir das fichas produzidas no encontro anterior, comparar as diferentes representações do futebol feminino na revista *Placar*, identificando o contexto histórico brasileiro em que as fontes estão presentes e estimulando a construção de argumentos fundamentados nas fontes. Sugere-se duas aulas para a realização deste momento.

O desenvolvimento desta etapa conta com a formação de um quadro comparativo entre as fontes (Apêndice C), no qual o professor deverá convidar cada grupo a apresentar a análise de sua fonte e, enquanto isso, organizará um quadro comparativo das fontes, classificando-as a partir da seguinte proposta: período; representação encontrada e contexto histórico, conforme se verifica no material (Apêndice C).

No segundo momento, o professor, utilizando o quadro ou apresentação de slides, propõe um debate orientado a partir das questões sugeridas no material virtual (Apêndice C):

Como produto desta etapa, sugere-se que os alunos elaborem um mapa mental, a partir da fonte abordada, explicando os conceitos de: representação, poder simbólico, gênero e feminilidade normativa. Este momento poderá ser trabalhado de maneira interdisciplinar com a disciplina de Sociologia.

Na elaboração do mapa mental, recomenda-se que o professor incentive os estudantes a relacionar os conceitos de gênero e feminilidade normativa às evidências encontradas nas fontes. A atividade pode partir de questões como: quais características femininas são valorizadas pela revista? Essas características aparecem associadas ao desempenho esportivo ou a outros aspectos da vida das atletas? A representação das jogadoras enfatiza sua condição de esportistas ou outros atributos relacionados à feminilidade? A partir dessas questões, os estudantes poderão perceber que as representações de gênero não se encontram apenas no conteúdo explícito das reportagens, mas também nas escolhas de imagens, títulos, legendas e formas de apresentação das atletas.

Figura 45 – Recorte do blog referente ao 3º encontro



Fonte: Adaptado de NOIMANN (2026).

3.3.4 4º Encontro

No último encontro, que terá duração de duas horas-aula, os estudantes deverão elaborar suas interpretações históricas fundamentadas nas fontes analisadas, desenvolvendo argumentação histórica, estabelecendo relações entre passado e presente.

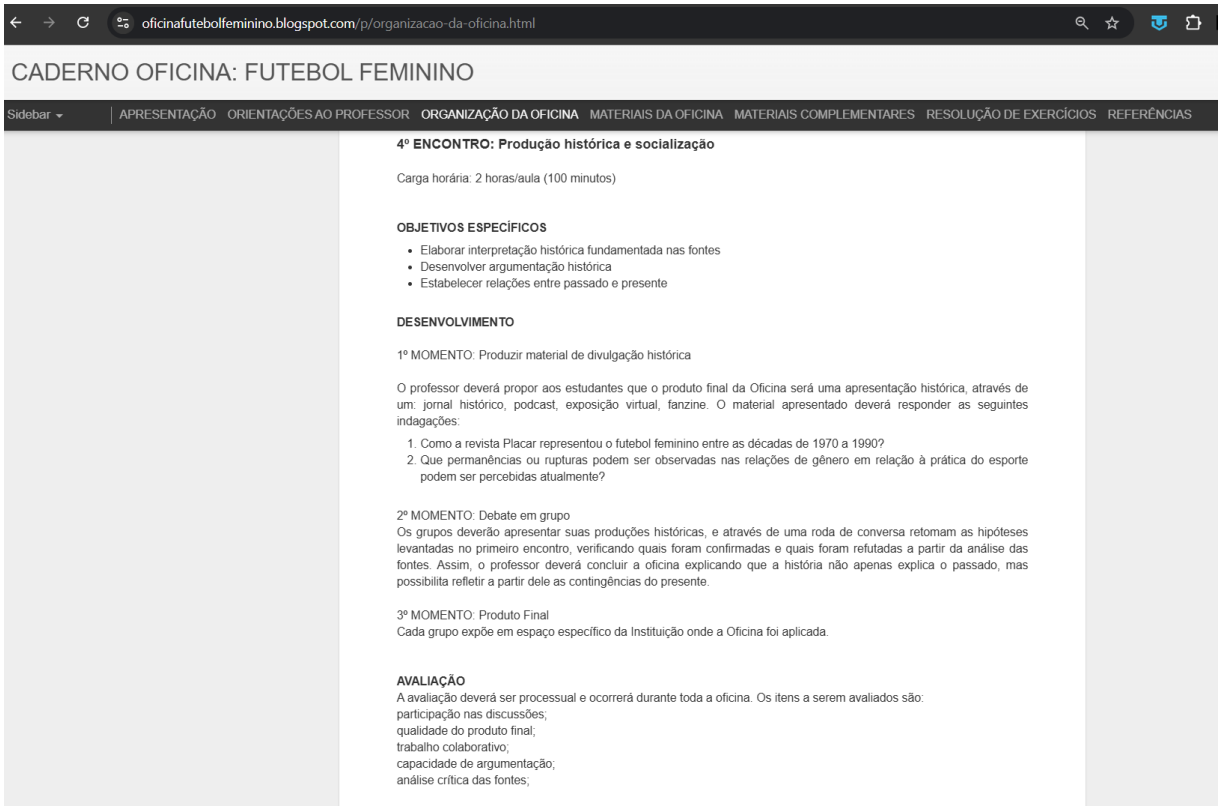
O desenvolvimento se dará em torno da produção de um material de divulgação histórica. Assim, o professor deverá propor aos estudantes que o produto final da Oficina será uma apresentação histórica, por meio de um jornal histórico, podcast, exposição virtual ou fanzine. O material apresentado deverá responder às seguintes indagações:

1. Como a revista *Placar* representou o futebol feminino entre as décadas de 1970 e 1990?
2. Que permanências ou rupturas nas relações de gênero relacionadas à prática do esporte podem ser percebidas atualmente?

No segundo momento, após a finalização do material, será realizado um debate em grupo, no qual os estudantes deverão apresentar suas produções históricas e, por meio de uma roda de conversa, retomar as hipóteses levantadas no primeiro encontro,

verificando quais foram confirmadas e quais foram refutadas a partir da análise das fontes. Assim, o professor deverá concluir a oficina explicando que a História não apenas explica o passado, mas possibilita refletir, a partir dele, sobre as contingências do presente.

Figura 46 – Recorte do blog referente ao 4º encontro



Fonte: Adaptado de NOIMANN (2026).

3.4 AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES (APÊNDICE C)

A avaliação deverá ser processual e ocorrerá durante toda a oficina. Os itens a serem avaliados são: participação nas discussões; qualidade do produto final; trabalho colaborativo; capacidade de argumentação e análise crítica das fontes.

3.5 MATERIAIS DA OFICINA (APÊNDICE D)

3.5.1 Capa do Material Didático

A confecção da capa foi pensada a partir da lógica da revista, uma vez que ela se torna o primeiro contato do público-alvo com o conteúdo presente no material. Nesse sentido, em uma sociedade cada vez mais instigada pelo visual, optou-se por utilizar a Inteligência Artificial (IA) ChatGPT, conforme apresentado na figura 37, na elaboração visual presente na capa. A composição gerada a partir da IA foi elaborada

com base em comandos e imagens enviadas da própria pesquisa, havendo a preocupação em não apresentar imagens que caracterizassem apenas a sexualização das mulheres, conforme a pesquisa verificou nos exemplares da revista *Placar*, mas também outras formas pelas quais a revista tratou o futebol feminino no recorte histórico proposto.

Figura 47 – Capa do Material Didático



Fonte: Elaborada pelo autor (2026).

3.5.2 Outros Materiais

Além dos materiais já descritos anteriormente, propõem-se, no blog, outros recursos que poderão contribuir para a realização da Oficina e permitirão ao docente aprofundar seus conhecimentos sobre o tema ou então incluí-los em sua oficina (Apêndice E). Destaca-se que a realização da oficina não se dá de forma única,

podendo o docente incluir ou retirar os passos descritos. Assim, as páginas do blog contribuem para esta medida, como, por exemplo, a resolução dos exercícios (Apêndice F), nos quais o docente encontra respostas sugeridas às perguntas presentes nas seguintes páginas: As origens do Futebol brasileiro e o Futebol feminino no Brasil, disponíveis no material (Apêndice E).

Estão disponíveis também no material as referências (Apêndice G) utilizadas especificamente na construção do blog e materiais complementares (Apêndice E) que foram utilizados como recursos para a construção da dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao utilizarmos o futebol como recurso didático, dialogamos diretamente com as renovadas propostas da História e de sua aprendizagem, que valorizam a ampliação de objetos, linguagens e experiências culturais no processo de aprendizagem. O esporte, enquanto fenômeno social e histórico, encontra-se profundamente articulado ao contexto em que está inserido, expressando relações políticas, econômicas, culturais e identitárias, o que amplia suas possibilidades pedagógicas no Ensino de História. Assim, o futebol aproxima os conteúdos escolares da realidade dos estudantes, favorecendo a construção da aprendizagem histórica e possibilitando ao aluno compreender de forma crítica a sociedade em que vive (Bittencourt, 2011, p. 37).

Por sua vez, a pesquisa buscou compreender de que maneira a revista *Placar* representou o futebol feminino entre os anos 1970 e 2000, considerando o periódico como um agente produtor e difusor de representações acerca da presença feminina no esporte. A partir dos pressupostos da História Cultural, especialmente das contribuições de Chartier (1990), a análise documental dos textos e imagens presentes nas páginas da revista verificou que a construção de sentidos sobre o futebol feminino dialogou diretamente com as transformações presentes na trajetória política, cultural e social do Brasil, assim como com as mudanças editoriais da revista.

Os resultados evidenciaram que a regulamentação do futebol feminino não representou uma ruptura com as representações presentes no contexto em que o futebol feminino era proibido. Ao contrário, houve uma reconfiguração dos discursos. Se, durante o período de proibição, as justificativas médicas e morais compunham os discursos para afastar as mulheres da prática esportiva, após sua regulamentação, as representações presentes no periódico estabeleceram quais seriam as formas pelas quais as atletas deveriam compor a revista. Assim, a revista operou, através de suas imagens e textos, uma valorização da beleza, da sensualidade e do consumo, reforçando as hierarquias de gênero presentes no esporte.

A análise das fontes também possibilitou compreender a *Placar* como um agente ambivalente na construção de sentidos sobre o futebol feminino. Ao mesmo tempo em que deu visibilidade à modalidade, denunciando problemas estruturais, como a formação de jogadoras, e promovendo debates sobre igualdade de gênero no esporte, também reforçou estereótipos relacionados à feminilidade normativa. Assim, a revista não apenas contribuiu para a circulação de significados acerca do futebol

feminino, mas também participou ativamente da construção de representações acerca da modalidade.

Nesse sentido, a pesquisa, ao mobilizar a imprensa como recurso didático para o ensino de História, dialoga diretamente com a História Cultural, tornando-a um objeto privilegiado para a compreensão do passado, uma vez que seus recursos, como imagens, textos e interesses editoriais, participam diretamente da construção de sentidos acerca do esporte e na hierarquização de gênero. Assim, as páginas da revista *Placar* revelam debates mais amplos, como a construção da cidadania, democracia, mercado, feminilidade e relações de poder.

Por fim, esta pesquisa não pretende esgotar o tema, mas sim contribuir para a associação entre o futebol e outras práticas esportivas e o ensino de História, especialmente no que diz respeito à maneira como tais práticas podem ser mobilizadas para a melhor compreensão do passado, à problematização das diferentes relações sociais e ao uso de diferentes fontes.

REFERÊNCIAS

AKUTAGAWA, Letícia Amarante. *"Valeu, meninas. E agora?": futebol de mulheres na Revista Placar (1995 a 1999).* 2023. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

BARROWS, Howard S. Problem-based learning in medicine and beyond: a brief overview. *New Directions for Teaching and Learning*, San Francisco, n. 68, p. 3-12, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Reflexões sobre o ensino de História.* São Paulo: Cortez, 2018.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício de historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONFIM, Aira Fernandes. *Futebol feminino entre festas esportivas, circos e subúrbios: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941).* 2019. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Deliberação n.º 7, de 1965. Baixa instruções às entidades desportivas do país sobre a prática de modalidades esportivas por mulheres. Rio de Janeiro, 1965.

BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Deliberação n.º 10, de 21 de dezembro de 1979. Revoga a Deliberação n.º 7/1965 e dispõe sobre a prática desportiva feminina. Brasília, DF, 1979.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos no Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1941.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.* São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem.* Bauru: EDUSC, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRUNER, Jerome S. O processo da educação. São Paulo: Nacional, 1978.

CAINELLI, Marlene Rosa. *Ensino de História: entre práticas, saberes e aprendizagem histórica.* Curitiba: CRV, 2021.

CALDAS, Waldenyr. *O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro (1894-1933).* São Paulo: Ibrasa, 1990.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.* São Paulo: Todavia, 2021.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações.* 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

COELHO, Paulo Vinicius. *Jornalismo esportivo.* 4. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DAMATTA, Roberto. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (org.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800.* São Paulo: EDUSP, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo.* Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEWEY, John. Democracia e educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1979.

DRUMOND, Maurício. Futebol e política, nações em jogo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 439, p. 37-58, 2008.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizador.* Lisboa: Difel, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1947.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História.* Campinas: Papirus, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, Fábio. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais do futebol brasileiro (1919-1938).* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIAMBIAGI, Fábio *et al. Economia brasileira contemporânea (1945-2015).* 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIULIANOTTI, Richard. *Football: a sociology of the global game.* Cambridge: Polity Press, 1999.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. *Tempo*, Niterói, v. 16, n. 31, p. 45-52, 2011.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GUTTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país.* São Paulo: Contexto, 2009.

HELAL, Ronaldo. *Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência.* Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.

LEAL, Daniel; MESQUITA, Giovana Borges. A singularidade da cinquentenária *Placar* para o contexto histórico do jornalismo esportivo no Brasil. *Sur le journalisme*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 18-33, 2021.

LE GOFF, Jacques. *A história nova.* São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEVIN, Barbara B. Introduction. In: LEVIN, Barbara B. (ed.). *Energizing teacher education and professional development with problem-based learning*. Alexandria, VA: Association for Supervision and Curriculum Development (ASCD), 2001. p. 1–7.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. *Histórias do futebol.* São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX.* São Paulo: Olho d'Água; FAPESP, 2001.

MORGAN, Lewis Henry. *Ancient society.* New York: Henry Holt, 1877.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1993.

NOIMANN, Emmanuel Flavio. *Caderno Oficina: Futebol Feminino*: produto educacional do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). Blog,

2026. Disponível em: https://oficinafutebolfeminino.blogspot.com/. Acesso em: 2 ago. 2026.

PENAFORTE, Julio César. John Bruner e a aprendizagem baseada em problemas. In: MAMEDE, Silvia; PENAFORTE, Julio César (org.). *Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional*. Fortaleza: Hucitec, 2001. p. 49-78.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RIAL, Carmen Silvia de Moraes. Jogadoras de futebol, corpos e sexualidades. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 163-182, 2013.

RIBEIRO, Giovana Capucim e Silva. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983).* 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. *Aprendizagem baseada em problemas (PBL): uma experiência no ensino superior*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

RIBEIRO, Raphael Rajão. *Militares e futebol no Brasil: a história da construção de uma identidade nacional.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

RICOEUR, Paul. *A ideologia e a utopia.* Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ROCCO JÚNIOR, Ary; BELMONTE, Wagner. A transformação editorial da revista *Placar*. *Revista Intercom*, v. 37, n. 2, 2014.

ROCHA, Luiz Carlos. *Placar e política: futebol, imprensa e redemocratização no Brasil.* Curitiba: Appris, 2014.

RUBIO, Kátia. *Atletas olímpicos brasileiros.* São Paulo: SESI-SP Editora, 2015.

RUBIO, Kátia. *Do atleta ao cidadão: reflexões sobre esporte, mídia e sociedade.* São Paulo: Escola de Educação Física e Esporte da USP, 2002.

RUBIO, Kátia. *Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis, uma única luta.* São Paulo: Laços, 2011.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da História – os fundamentos da ciência histórica.* Brasília: UnB, 2001.

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1990.

SALDANHA, R. M. *Placar e a produção de uma representação de futebol moderno.* 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SALVADOR, César Coll et al. Psicologia do ensino. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SALVINI, Leila; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Mulheres e esporte na mídia: representações femininas na revista *Placar*. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 38, n. 2, p. 123-130, 2016.

SALVINI, Leila; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Notoriedade mundial e visibilidade local: o futebol feminino na revista *Placar* na década de 1990. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, 10., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p. 144-159.

SCHATZ, P. *A imprensa escrita entra em campo: relações entre política e futebol através da análise da revista Placar (1974-1982).* 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SCHMIDT, Henk G. Foundations of problem-based learning: some explanatory notes. Medical Education, Oxford, v. 27, n. 5, p. 422-432, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil: República – da Belle Époque à era do rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

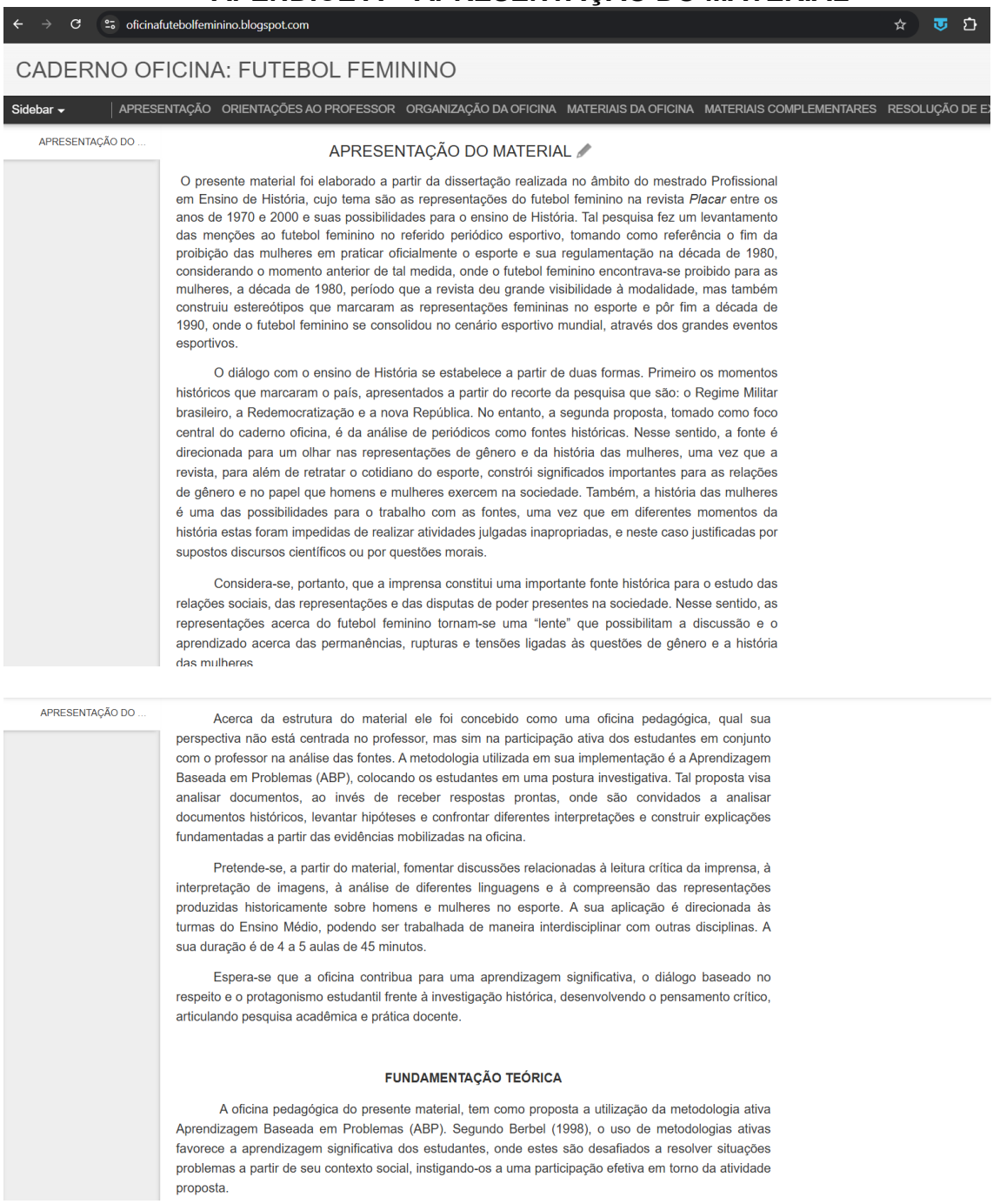
TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e relações de gênero.* Dourados: UFGD, 2015.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Léa. *Oficinas de ensino: o quê? por quê? como?* 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – APRESENTAÇÃO DO MATERIAL



A ABP organiza o processo de ensino a partir de um problema real, complexo e aberto, exigindo do estudante uma postura investigativa, onde este torna-se protagonista na construção do conhecimento, a partir do levantamento de hipóteses, análise de evidências e construção coletiva de interpretações. Nessa direção, Barrows (1986) um dos principais formuladores da ABP, afirma que o conhecimento é construído a partir da investigação, do trabalho colaborativo e da busca por soluções baseado em evidências.

O uso da ABP no ensino de História, possibilita aproximar os estudantes dos procedimentos adotados na prática do historiador, substituindo o caráter mnemônico que marcou a trajetória da disciplina escolar, por processos investigativos que valorizam a análise crítica de fontes históricas. Assim, a oficina pedagógica organiza-se em torno da seguinte situação problema: de que maneira a revista *Placar* representou o futebol feminino entre as décadas de 1970 e 2000 e quais as transformações podem ser identificadas nessas representações ao longo dos períodos?

A partir desta problematização, os estudantes analisam reportagens, imagens, capas, fotografias presentes na revista *Placar*, formulando hipóteses, confrontando diferentes interpretações, construindo argumentos baseados em evidências presentes nas fontes históricas. Assim, a metodologia adotada desloca a compreensão histórica a partir da memorização de datas e fatos sacramentados pela historiografia tradicional, para o desenvolvimento de uma autonomia intelectual, da argumentação e do pensamento crítico.

A análise das fontes está respaldada no campo de estudo do ensino de História, como parte integrante no processo de desenvolvimento do pensamento histórico, superando práticas exclusivamente marcadas na transmissão de conteúdo ou discursos proselitistas. Nessa perspectiva, aprender a História significa compreender como seu conhecimento é produzido, interpretado e constantemente reinterpretado a partir da análise crítica das fontes.

APRESENTAÇÃO DO ...

Para Rüsen (2001) a aprendizagem histórica relaciona-se diretamente com a formação da consciência histórica, permitindo aos sujeitos interpretar as experiências do passado, compreender as relações do presente, projetando o futuro. Nessa direção, o conhecimento histórico assume uma postura orientadora, contribuindo para que os indivíduos analisem criticamente a realidade em que estão inseridos.

No contexto brasileiro, Schmidt e Cainelli (2021) destacam a aprendizagem histórica deve privilegiar a investigação, a problematização e o contato com diferentes tipos de fontes, possibilitando aos estudantes uma experiência de trabalho do próprio historiador. Dessa maneira, documentos escritos, fotografias e demais registros deixam de ilustrar conteúdos previamente definidos e passam a constituir objetos centrais da investigação histórica.

A proposta da oficina em analisar as representações do futebol feminino presentes nas páginas da revista *Placar*, permite aos estudantes interpretar diferentes representações acerca da mulher, a partir do futebol feminino, em espaços que tradicionalmente são marcados por valores masculinos, neste caso a imprensa esportiva e o futebol brasileiro, identificando rupturas, permanências, interesses e disputas a partir das fontes. Possibilita também ao professor dialogar, a partir da prática com diferentes períodos da história brasileira, ampliando a discussão para além da narrativa política ou econômica que incidem sobre o referido período histórico.

Por fim, mais do que conhecer a trajetória da modalidade ou da revista busca-se compreender como determinadas imagens sobre as mulheres foram difundidas, produzidas e disputadas pela imprensa brasileira.

História Cultural e Teoria das representações

Fundamenta a proposição deste material a História Cultural – campo historiográfico que teve grande projeção a partir da renovação dos estudos em História no século XX, com a escola de Annales – onde utiliza-se em especial a teoria das representações proposta pelo historiador Roger Chartier. Para o autor as representações não são apenas um reflexo da realidade, mas formas socialmente construídas por meios das quais diferentes grupos atribuem sentido às práticas sociais, legitimando suas relações de poder (CHARTIER, 2002).

Nessa perspectiva histórica, jornais e revistas deixam de ser apenas veículos de informação, produzindo representações sociais, capazes de construir discursos, selecionar acontecimentos, atribuir significados e influenciar como os indivíduos percebem a si e aos outros grupos sociais. Assim, a revista Placar não é um agente neutro do futebol, mas sim produz discursos em contextos históricos específicos, atravessados por interesses editoriais, valores culturais e disputas simbólicas.

A partir da investigação de diferentes recursos presentes na revista como capas, fotografias, manchetes, reportagens e entrevistas, a oficina convida os estudantes a compreender que tais elementos produzem sentidos, legitimam determinadas práticas e contribuem para reforçar ou tensionar relações de poder existentes na sociedade. A análise das representações sobre o futebol feminino permite não apenas entender a trajetória da modalidade no Brasil, mas sim como as mulheres inseridas na revista a partir foram retratadas, possibilitando uma discussão de gênero, das desigualdades sociais, do papel da imprensa esportiva e da construção de identidades.

Nessa perspectiva, a oficina possibilita a partir da trajetória da modalidade no Brasil, compreender como as representações sobre o futebol feminino se alteraram ao longo do tempo, assim como as mulheres que praticaram o esporte foram retratadas pela revista. Se, na década de 1970 e início dos anos 1980, as fontes revelam a predominância de discursos relacionados à proibição da modalidade e aos debates sobre a presença da mulher no esporte, posteriormente observa-se a valorização da feminilidade normativa e a crescente sexualização dos corpos femininos, evidenciando que a visibilidade dada à modalidade não necessariamente representou a superação das hierarquias de gênero.

APRESENTAÇÃO DO ...

Considera-se, portanto, que a articulação entre o uso da Aprendizagem Baseada em Problemas, Educação Histórica e História Cultural, sustentam a proposta pedagógica neste produto educacional. Enquanto a metodologia ativa ABP organiza o processo de aprendizagem por meio da investigação de um problema histórico a Educação Histórica possibilita o desenvolvimento do pensamento histórico dos estudantes, referenciado na História Cultural que oferece recursos teóricos-metodológicos que possibilitam a interpretação das representações nas fontes analisadas. Tais referenciais conduzem a proposta deste material, qual os estudantes assumem a partir deles uma postura investigativa diante das fontes apresentadas, compreendendo que o conhecimento histórico é resultado da análise crítica das fontes e da construção de interpretações fundamentadas.

DIÁLOGO COM A BNCC

A proposta da oficina pedagógica está respaldada na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), especialmente nas competências gerais da Educação Básica e nas competências específicas das Ciências Humanas, uma vez que trabalha a partir da investigação e análise crítica das fontes históricas, fundamentada em evidências e a valorização dos direitos humanos e da diversidade.

O uso de reportagens para o ensino de História, possibilita aos estudantes compreender a História como uma construção social, produzida a partir das interpretações de diferentes fontes históricas. Nessa direção, a oficina aproxima-se da Competência Geral 1 da BNCC, valorizando os conhecimentos historicamente construídos para compreender e explicar a realidade, colaborando para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Por sua vez o uso da ABP, dialoga diretamente com a Competência Geral 2, pois os estudantes ao adotar uma postura investigativa frente a um problema histórico, incentiva-os a elaborar hipóteses, a análise de evidências, construção coletiva de soluções e a comparação de diferentes interpretações. Da mesma forma, contribui para o desenvolvimento da Competência Geral 7, ao estimular a argumentação baseada em evidências, dados e informações confiáveis, que condicionam a formação do pensamento histórico e do exercício da cidadania.

APRESENTAÇÃO DO ...

Ao problematizar a história e as representações das mulheres no futebol, a proposta também está alinhada com a Competência Geral 9 da BNCC, favorecendo o desenvolvimento da empatia, do diálogo, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade. Nesse sentido, ao discutir a presença da mulher no futebol e suas representações na imprensa esportiva, amplia-se para uma reflexão sobre outras formas de preconceito na sociedade brasileira.

No que diz respeito às especificidades da grande área das Ciências Humanas, a oficina contribui para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à análise, interpretação e problematização de diferentes fontes históricas, onde os estudantes podem reconhecer os documentos como construções produzidas em determinados contextos históricos e permeados por disputas pelo poder, interesses e representações. A investigação do passado acerca das fotografias, textos, capas e manchetes na revista Placar exercitam procedimentos próprios da pesquisa histórica como a observação, a comparação, a contextualização, a interpretação e a construção de explicações baseadas em evidências.

Portanto, a articulação dos pressupostos da ABP, aprendizagem histórica e História Cultural estão diretamente alinhadas com as orientações da BNCC, no qual promovem uma aprendizagem significativa em que os estudantes assumem o papel de investigadores, mobilizando conhecimentos históricos para interpretar criticamente a realidade e compreender como as representações sobre o futebol feminino foram produzidas, disputadas e transformadas ao longo do tempo.

OBJETIVOS DA OFICINA

Objetivo Geral

Desenvolver o pensamento histórico dos estudantes através da metodologia ativa Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), utilizando reportagens, imagens e capas da revista *Placar* como fontes históricas para analisar as representações do futebol feminino no Brasil entre os anos de 1970 a 2000, compreendendo as relações de gênero e a trajetória da participação feminina no esporte, tomando como ponto de inflexão o fim das restrições às mulheres na prática do esporte.

Objetivos Específicos

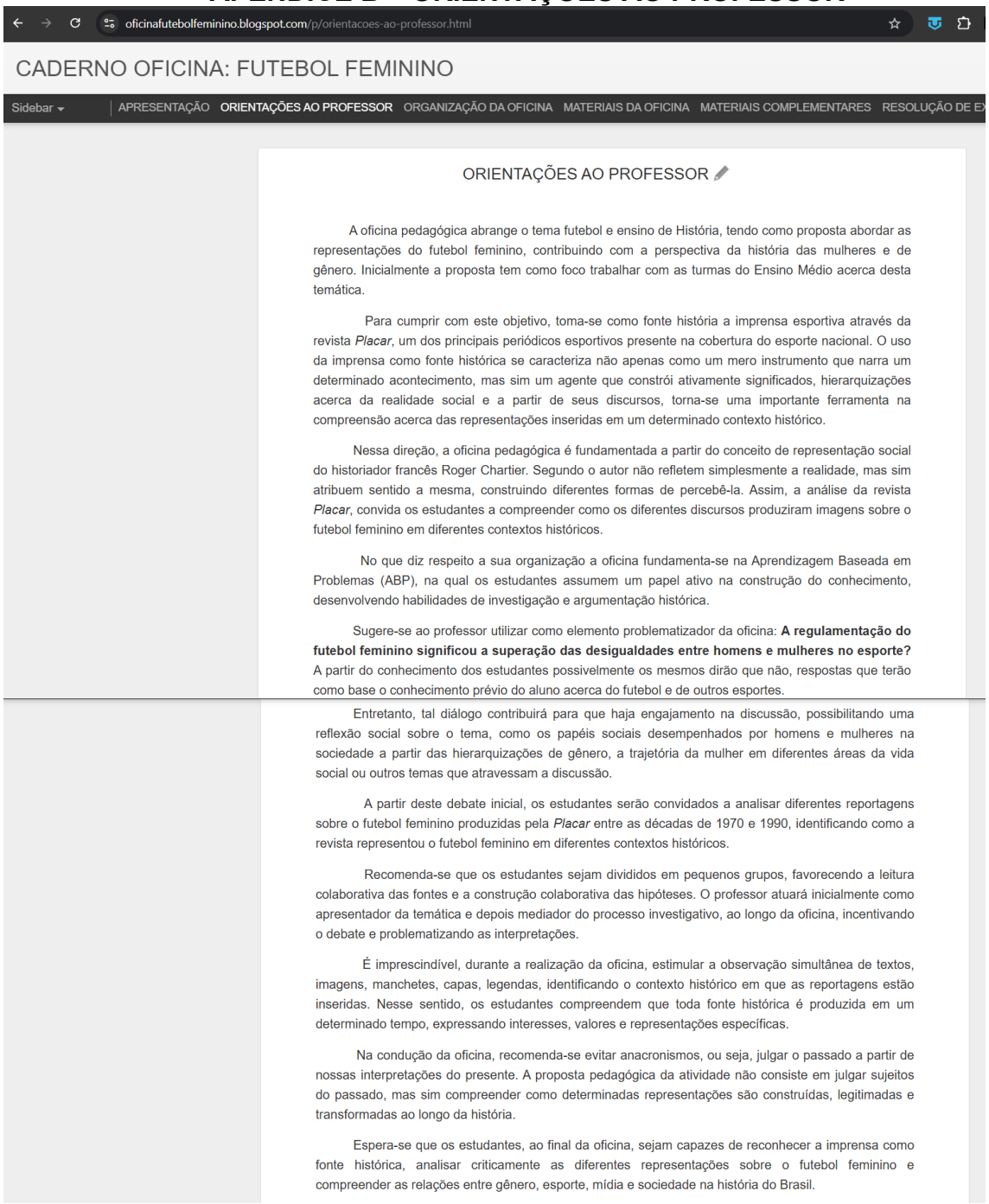
Compreende-se como objetivos específicos da oficina: compreender a revista *Placar* como fonte histórica e produtora de representações sociais; analisar criticamente reportagens, fotografias, capas, imagens da revista, identificando permanências e transformações nas representações do futebol feminino entre as décadas de 1970 a 1990; identificar como as relações de gênero influenciaram a construção das representações do futebol feminino na imprensa esportiva brasileira; desenvolver procedimentos próprios de investigação histórica, como observação, contextualização, comparação, interpretação e argumentação baseados em evidências documentais; relacionar as representações presentes na revista aos contextos históricos de sua produção, considerando aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos; estimular o trabalho colaborativo, a resolução de problemas, a autonomia intelectual e a construção coletiva do conhecimento histórico; produzir material histórico em formato de exposição virtual, painel ou apresentação, utilizando os argumentos fundamentados nas fontes analisadas.

Postado há 11 hours ago por Emmanuel

Post

Fonte: Elaborado pelo autor (2026). Disponível em https://oficinafutebolfeminino.blogspot.com/. Acesso em 24 de jul. 2026.

APÊNDICE B – ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR



ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR

A oficina pedagógica abrange o tema futebol e ensino de História, tendo como proposta abordar as representações do futebol feminino, contribuindo com a perspectiva da história das mulheres e de gênero. Inicialmente a proposta tem como foco trabalhar com as turmas do Ensino Médio acerca desta temática.

Para cumprir com este objetivo, toma-se como fonte história a imprensa esportiva através da revista *Placar*, um dos principais periódicos esportivos presente na cobertura do esporte nacional. O uso da imprensa como fonte histórica se caracteriza não apenas como um mero instrumento que narra um determinado acontecimento, mas sim um agente que constrói ativamente significados, hierarquizações acerca da realidade social e a partir de seus discursos, torna-se uma importante ferramenta na compreensão acerca das representações inseridas em um determinado contexto histórico.

Nessa direção, a oficina pedagógica é fundamentada a partir do conceito de representação social do historiador francês Roger Chartier. Segundo o autor não refletem simplesmente a realidade, mas sim atribuem sentido a mesma, construindo diferentes formas de percebê-la. Assim, a análise da revista *Placar*, convida os estudantes a compreender como os diferentes discursos produziram imagens sobre o futebol feminino em diferentes contextos históricos.

No que diz respeito a sua organização a oficina fundamenta-se na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), na qual os estudantes assumem um papel ativo na construção do conhecimento, desenvolvendo habilidades de investigação e argumentação histórica.

Sugere-se ao professor utilizar como elemento problematizador da oficina: **A regulamentação do futebol feminino significou a superação das desigualdades entre homens e mulheres no esporte?** A partir do conhecimento dos estudantes possivelmente os mesmos dirão que não, respostas que terão como base o conhecimento prévio do aluno acerca do futebol e de outros esportes.

Entretanto, tal diálogo contribuirá para que haja engajamento na discussão, possibilitando uma reflexão social sobre o tema, como os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres na sociedade a partir das hierarquizações de gênero, a trajetória da mulher em diferentes áreas da vida social ou outros temas que atravessam a discussão.

A partir deste debate inicial, os estudantes serão convidados a analisar diferentes reportagens sobre o futebol feminino produzidas pela *Placar* entre as décadas de 1970 e 1990, identificando como a revista representou o futebol feminino em diferentes contextos históricos.

Recomenda-se que os estudantes sejam divididos em pequenos grupos, favorecendo a leitura colaborativa das fontes e a construção colaborativa das hipóteses. O professor atuará inicialmente como apresentador da temática e depois mediador do processo investigativo, ao longo da oficina, incentivando o debate e problematizando as interpretações.

É imprescindível, durante a realização da oficina, estimular a observação simultânea de textos, imagens, manchetes, capas, legendas, identificando o contexto histórico em que as reportagens estão inseridas. Nesse sentido, os estudantes compreendem que toda fonte histórica é produzida em um determinado tempo, expressando interesses, valores e representações específicas.

Na condução da oficina, recomenda-se evitar anacronismos, ou seja, julgar o passado a partir de nossas interpretações do presente. A proposta pedagógica da atividade não consiste em julgar sujeitos do passado, mas sim compreender como determinadas representações são construídas, legitimadas e transformadas ao longo da história.

Espera-se que os estudantes, ao final da oficina, sejam capazes de reconhecer a imprensa como fonte histórica, analisar criticamente as diferentes representações sobre o futebol feminino e compreender as relações entre gênero, esporte, mídia e sociedade na história do Brasil.

Aspecto	Descrição
Público-alvo	2º ou 3º ano do Ensino Médio.
Tempo previsto	250 minutos
Metodologia	Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).
Problema norteador	A regulamentação do futebol feminino eliminou as desigualdades de gênero no esporte brasileiro?
Produto final	Exposição histórica, seminário ou painel digital.
Fontes utilizadas	Reportagens da revista *Placar* (1970–1999).
Recursos didáticos	Projetor, computadores, material impresso
Avaliação	Participação, análise documental, argumentação e apresentação final.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Fonte: Elaborada pelo autor (2026). Disponível em https://oficinafutebolfeminino.blogspot.com/p/orientacoes-ao-professor.html. Acesso em 24 de jul. 2026.

APÊNDICE C – ORGANIZAÇÃO DA OFICINA

oficinafutebolfeminino.blogspot.com/p/organizacao-da-oficina.html

CADERNO OFICINA: FUTEBOL FEMININO

Sidebar | APRESENTAÇÃO ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR ORGANIZAÇÃO DA OFICINA MATERIAIS DA OFICINA MATERIAIS COMPLEMENTARES RESOLUÇÃO DE E

ORGANIZAÇÃO DA OFICINA

A seguir o professor encontrará a sugestão para o encaminhamento da Oficina pedagógica.

1º ENCONTRO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO

Carga horária: 1 aula (50 minutos)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a partir da pergunta mobilizadora, o conhecimento prévio dos estudantes sobre o futebol feminino;
- Problematizar a construção histórica das desigualdades de gênero no esporte;
- Identificar a partir da leitura dos textos disponíveis no blog, as trajetórias do futebol no Brasil, do futebol feminino e da revista *Placar;*
- Apresentar o problema que orientará a oficina;

DESENVOLVIMENTO

1º MOMENTO: A oficina iniciará com a pergunta mobilizadora que deverá ser projetada ou escrita no quadro:

O futebol sempre foi um esporte para homens e mulheres?

Os alunos deverão responder individualmente a resposta.

2º MOMENTO: Apresentar aos estudantes fontes históricas referentes à mulheres jogando futebol:

A partir das imagens os estudantes discutem coletivamente sobre as impressões que tiveram sobre a imagem. Encaminhe a discussão para que eles identifiquem como o futebol feminino está sendo retratado nas fontes. Caso eles tenham dificuldade em identificar através das fontes a proibição do futebol feminino no Brasil, faça a leitura do texto Futebol Feminino no Brasil, neste momento.

Sugestão de fontes:



Jogo Bonito (vídeo) - Visibilidade Para O Futebol Feminino no Museu do Futebol



Seleção Brasileira na Copa do Mundo feminina de 1991



"UM DISPARATE SPORTIVO QUE NÃO DEVE PROSEGUIR"

Carta aberta do escrito José Fuzueira em que pedia para o então presidente Getúlio Vargas proibir o futebol feminino

Foto: Reprodução/Diário da Noite



A MELHOR COISA DO FUTEBOL

Como está a situação do futebol feminino: proibido ou não? Se proibido, qual a razão? Mário do Nascimento da Silva, Itabuna, BA.

Embora a própria FIFA haja recomendado às suas filiadas o estímulo à formação de equipes femininas de futebol, vários países — entre eles o Brasil — não ligaram a idéia, sob a alegação de que o futebol não é indicado para a mulher. Não é o que pensam as associações femininas de futebol da Alemanha Ocidental, Dinamarca, França, África do Sul, México, Inglaterra e outras que participaram do 1º Campeonato Mundial, em 1970. A Dinamarca foi a campeã, seguida da Itália, onde já existe futebol feminino profissional desde 1969.

Revista Placar (1974)



SEM PUDOR

BOLA (TAMBÉM) É PARA MULHER

Futebol feminino: troca de camisas não pode

O futebol feminino foi oficializado pelo Conselho Nacional de Desportos, que em sua deliberação incluiu no regulamento um item que as jogadoras consideram dispensável: o uso de calções mais compridos. Enquanto os homens não poderão usar chuteiras com travas metálicas, os jogos terão duração de 70 minutos — 20 de intervalo —, as bolas serão mais leves e as dimensões de campo menores — 90 m x 54 m, no máximo. Haverá duas categorias: juvenil, de 14 a 18 anos, e adulta, acima de 18. As demais regras permanecem as mesmas adotadas para os homens, exceto no número de substituições: as meninas poderão trocar três jogadoras durante a partida.

Revista Placar (1983)



disputado no corpo a corpo

Revista Placar (1995)

3º MOMENTO: Discussão nos grupos e levantamento das primeiras hipóteses

Dividir os estudantes em pequenos grupos (3 a 5 pessoas) e apresentar a seguinte pergunta:

A regulamentação do futebol feminino significou a superação das desigualdades entre homens e mulheres no esporte? Como a imprensa esportiva retratou as mulheres que praticaram o esporte antes e depois da proibição?

Cada grupo registra suas hipóteses

PRODUTO FINAL: Plenária final com as hipóteses dos estudantes, onde o professor atua como mediador do debate.

2º ENCONTRO: INVESTIGANDO A REVISTA PLACAR COMO FONTE HISTÓRICA

Carga horária: 2 horas/aula (100 minutos)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar documentos históricos
- Compreender a revista como fonte histórica
- Identificar representação do futebol feminino na revista

DESENVOLVIMENTO

1º MOMENTO: Breve explicação sobre os tópicos da Oficina: fonte histórica, imprensa e o conceito de representação de Roger Chartier.

2º MOMENTO: Os grupos pré-definidos no encontro anterior recebem uma reportagem diferente da revista e um roteiro para análise das fontes

FICHA DE ANÁLISE DOCUMENTAL

1. Quem produziu a reportagem?
2. Quando foi publicada?
3. Qual o contexto histórico brasileiro à época?
4. É possível identificar a partir da fonte se o futebol feminino era permitido?
5. Como as atletas são representadas?
6. Quais os interesses com essas representações?
7. Dentre os seguintes aspectos presentes nas fontes podem ser identificados: feminilidade, sexualização ou homossexualismo? Justifique.

3º MOMENTO: Produto final
Ficha de análise documental

SUGESTÃO DE REPORTAGENS:



Revista Placar (1979) - edição 503



Revista Placar (1981) - edição 592



Revista Placar (1983) - edição 673



Revista Placar (1983) - edição 701



Revista Placar (1984) - edição 738



Revista Placar (1995) - edição 1106



Revista Placar (1996) edições 1119 e 1125

Caso o professor opte pelo uso de computadores, os alunos poderão abrir as edições que estão disponíveis pelo Google Books, no link: REVISTA PLACAR

3º ENCONTRO: INVESTIGANDO A REVISTA PLACAR COMO FONTE HISTÓRICA

Carga horária: 2 horas/aula (100 minutos)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Comparar diferentes representações do futebol feminino na revista *Placar*
- Identificar o contexto histórico que as fontes fazem referência
- Estimular a construção de argumentos fundamentados nas fontes

DESENVOLVIMENTO

1º MOMENTO: Formação do quadro comparativo entre as fontes

O professor convida cada grupo a apresentar a análise de sua fonte, enquanto isso organiza um quadro comparativo das fontes, classificando-as a partir da seguinte proposta:

Período	Representação encontrada	Contexto histórico
1970		
1980		
1990		

2º MOMENTO: Debate orientado

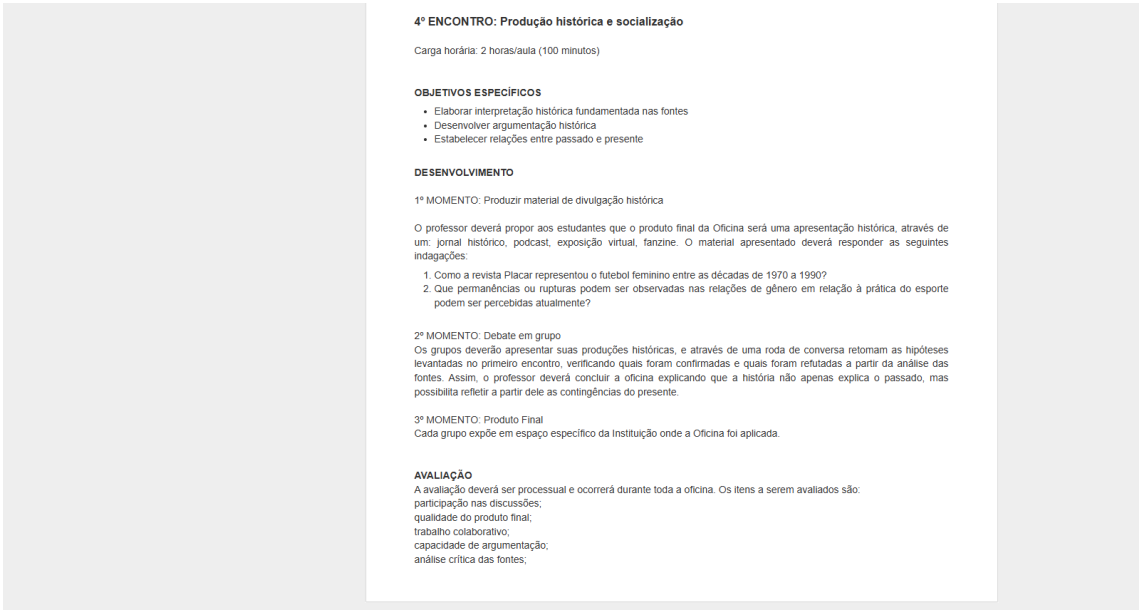
O professor, utilizando o quadro ou apresentação de slides propõe um debate orientado a partir das seguintes questões:

1. Se compararmos as fontes, o que mudou e o que permaneceu nas representações das fontes?
2. Como a revista representou o fim da proibição e a regulamentação do futebol feminino no Brasil?
3. No que diz respeito ao papel social historicamente associado à figura feminina, é possível dizer que elas reafirmam ou rompem com tais aspectos?
4. É possível associar o momento histórico brasileiro às representações presentes na revista?

3º MOMENTO: Produto Final

Elaborar um mapa mental, a partir da fonte abordada, explicando os seguintes conceitos:
REPRESENTAÇÃO
PODER SIMBÓLICO
GÊNERO
FEMINILIDADE NORMATIVA

Este momento poderá ser trabalhado de maneira interdisciplinar com a disciplina de Sociologia.



4º ENCONTRO: Produção histórica e socialização

Carga horária: 2 horas/aula (100 minutos)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elaborar interpretação histórica fundamentada nas fontes
- Desenvolver argumentação histórica
- Estabelecer relações entre passado e presente

DESENVOLVIMENTO

1º MOMENTO: Produzir material de divulgação histórica

O professor deverá propor aos estudantes que o produto final da Oficina será uma apresentação histórica, através de um: jornal histórico, podcast, exposição virtual, fanzine. O material apresentado deverá responder as seguintes indagações:

1. Como a revista Placar representou o futebol feminino entre as décadas de 1970 a 1990?
2. Que permanências ou rupturas podem ser observadas nas relações de gênero em relação à prática do esporte podem ser percebidas atualmente?

2º MOMENTO: Debate em grupo
Os grupos deverão apresentar suas produções históricas, e através de uma roda de conversa retomam as hipóteses levantadas no primeiro encontro, verificando quais foram confirmadas e quais foram refutadas a partir da análise das fontes. Assim, o professor deverá concluir a oficina explicando que a história não apenas explica o passado, mas possibilita refletir a partir dele as contingências do presente.

3º MOMENTO: Produto Final
Cada grupo expõe em espaço específico da Instituição onde a Oficina foi aplicada.

AVALIAÇÃO
A avaliação deverá ser processual e ocorrerá durante toda a oficina. Os itens a serem avaliados são:
participação nas discussões;
qualidade do produto final;
trabalho colaborativo;
capacidade de argumentação;
análise crítica das fontes;

Fonte: Elaborada pelo autor (2026). Disponível em: https://oficinafutebolfeminino.blogspot.com/p/organizacao-da-oficina.html. Acesso em 24 de jul. 2026.

APÊNDICE D – MATERIAIS DA OFICINA

oficinafutebolfeminino.blogspot.com/p/futebol-feminino.html

CADERNO OFICINA: FUTEBOL FEMININO

Sidebar | APRESENTAÇÃO ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR ORGANIZAÇÃO DA OFICINA **MATERIAIS DA OFICINA** MATERIAIS COMPLEMENTARES RESOLUÇÃO DE EXERCÍCIOS REFERÊNCIAS

MATERIAIS DA OFICINA

A seguir o professor encontrará:
1) Capa do material
2) Texto 1 - As origens do futebol no Brasil
3) Texto 2 - Futebol Feminino no Brasil
4) Texto 3 - A revista *Placar*

OBSERVAÇÃO: Os materiais poderão ser disponibilizados de maneira impressa ou virtual para os estudantes.

1) CAPA DO MATERIAL
Caso o professor opte por trabalhar com material impresso ou queira utilizar em sua apresentação, segue a capa da revista.



Capa gerada a partir do uso de Inteligência Artificial (CHATGPT, 2026)

---

2) TEXTO 1 - AS ORIGENS DO FUTEBOL BRASILEIRO

Até as primeiras décadas do século XX, a história do futebol brasileiro articula-se profundamente com as dinâmicas da Primeira República, expressando as tensões entre elitização e democratização, urbanização, emergência do operariado, disputas por direitos e racismo estrutural e o uso político do esporte.

Surgido na Inglaterra, em meados do século XIX, o futebol chega ao Brasil no ano de 1895, especificamente na cidade de São Paulo, centro da riqueza cafeeira. O responsável por trazer a novidade ao Brasil foi Charles Müller, filho de industrial inglês, reconhecido como o "pai do futebol brasileiro" principalmente por ter introduzido as regras do esporte e seu caráter competitivo, fundando o clube Paulistano, em 1895.

Segundo Franco Júnior (2007) o futebol no Brasil obedeceu a determinadas tendências históricas, onde as elites buscaram utilizar o futebol como mecanismo de distinção social, afastando dela os demais setores da sociedade. Nesse contexto, restringia-se o acesso de jogadores que não compartilhassem os mesmos padrões de educação, das mesmas condições econômicas e da mesma cor de pele.

É preciso lembrar que o contexto brasileiro era marcado pela economia cafeeira, principal produto de exportação, onde São Paulo era o centro da economia do país. A expansão da produção possibilitou a diversificação de investimentos nas cidades, como a construção civil, comércio e a formação de fábricas. O crescimento de atividades urbanas contribuiu para o aumento populacional das cidades.

É nesse cenário que o "esporte bretão" se disseminou pela elite paulistana, associado ao crescimento urbano e industrial, a formação da classe operária, o incentivo à imigração, onde a elite tendia a incorporar valores e práticas europeias ao seu cotidiano, advogando uma mentalidade de modernização do país aos moldes europeus, contra o suposto atraso da nação. Sendo assim, o futebol seria mais uma das ideias na tentativa de imitar o europeu, considerado superior e "civilizado".

Contudo a modernização do esporte, caracterizada pela institucionalização (formação de clubes, organização de campeonatos) e popularização, ocorreu anos depois, na capital federal à época, o Rio de Janeiro, onde o futebol foi introduzido por Oscar Cox. Uma das características importantes desta fase foi a criação de clubes que se dedicavam ao futebol, como o Fluminense, fundado em 1902. Nesse cenário clubes que se dedicavam a outras modalidades esportivas, passaram a formar times de futebol como Flamengo e o Vasco da Gama. Não tardou para a criação de ligas esportivas que organizavam campeonatos regionais, como a Liga Paulistana em 1901.

Entretanto o futebol ainda era de caráter amador de sua prática e associado à elite. Por sua vez com o avanço populacional nas cidades e o crescimento do operariado, de maneira semelhante como ocorreu na Inglaterra, o esporte passa a ser difundido entre as classes populares nos bairros, nas linhas férreas, se organizando em clubes que aceitavam a presença de operários. Assim, o futebol deixava de ser privilégio de poucos para transformar-se em prática marcada pela presença crescente de trabalhadores e setores populares (PEREIRA, 2000).

Tais fronteiras, portanto, passaram a ser gradativamente transpostas pelas classes populares, que passaram a se apropriar do esporte, mesmo sem condições econômicas para adquirir materiais adequadas para a prática, como bolas, uniformes, campos. Desse modo a popularização representou uma ressignificação do futebol, que deixou de ser um entretenimento da elite a uma prática amplamente difundida entre os setores subalternos da sociedade brasileira.

POPULARIZAÇÃO DO ESPORTE

À medida que o futebol era praticado pelas diferentes classes sociais, o esporte se divide em duas contendas:

- amadorismo *versus* profissionalismo;
- elitização *versus* democratização.

De certa forma as duas se relacionavam, pois a elite era contrária à profissionalização uma vez que queriam o esporte sendo praticado por poucos, enquanto as classes mais baixas desejavam a profissionalização uma vez que recebendo salários, poderiam se dedicar a atividade e ter uma fonte de renda.

A democratização do futebol brasileiro, vai ganhar destaque a partir da fundação de três clubes de futebol: o Bangu Athletic Club, fundado em 1904, composto por operários da Companhia Progresso Industrial; o Sport Club Corinthians, fundado em 1910, no bairro Bom Retiro, de perfil imigrante e operário, cujo objetivo era formar um clube para as massas, negros, brancos, imigrantes e operários; e o Clube de Regatas Vasco da Gama, que fundiu-se ao Lusitânia em 1898, ganhando popularidade ao ser campeão carioca em 1923, com um time majoritariamente formado por negros e operários, remunerando seus jogadores, abrindo espaço para a profissionalização do esporte, fato que causou grande indignação nos clubes da elite carioca, como Fluminense e Flamengo.

Trazida por tais agremiações, a participação de grupos subalternizados incomodava bastante as elites, que passaram a se afastar do futebol, que se tornava cada vez mais o esporte das massas. Por outro lado, sua popularização e profissionalização possibilitou maior controle da classe trabalhadora, que na década de 1920 passava a buscar maior protagonismo social, reivindicando direitos e participação política. Neste sentido, Eric Hobsbawn (1993) nos ajuda a compreender sobre a função dos esportes de massa, pois estes constituíam importantes formas de integração e disciplina social nas sociedades urbanas modernas.

Uma questão presente neste momento era a racial. Em 1888 ocorria a abolição da escravidão no Brasil, colocando fim ao perverso trabalho que marcou a maior parte da trajetória do povo brasileiro. Mesmo assim, tal relação trabalhista deixou marcas presentes nas relações sociais brasileiras. Assim o racismo foi um tema que marcou a trajetória do futebol brasileiro ao longo do tempo.

Um dos casos mais emblemáticos é o caso de Carlos Alberto, jogador do elitista Fluminense que passará pó de arroz no rosto para disfarçar a sua cor, pois jogadores negros eram proibidos de jogar pelos clubes, com a justificativa de que estes não faziam parte do quadro associativo. No entanto foi Arthur Friedenreich – mulato, descendente de judeus alemães e talvez o primeiro ídolo do futebol brasileiro – que ao marcar o gol da vitória que garantiu a conquista do Sul-americano ao Brasil, em 1919, fato que mudou o ponto de vista da elite sobre jogadores não pertencentes à elite branca.

OS IMPACTOS DA QUESTÃO TRABALHISTA NO ESPORTE

Com o fim da República Oligárquica (1894-1930), a questão trabalhista torna-se um ponto central na história brasileira durante a transição para o próximo período, conhecido como Era Vargas (1930-1945). Se a legislação trabalhista foi criada no Brasil apenas em 1932, e em 1943 há a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), paralelamente a isso ocorre a profissionalização do futebol. Entretanto, as discussões que antecederam tal profissionalização não ocorreram de maneira uníssona entre as associações e clubes de futebol:

> De um lado, a elite tentando manter o privilégio de ser a única classe social a praticar o futebol como forma de lazer; do outro, a classe proletária que, por determinação histórica da própria origem do futebol, começava a absorver um valor cultural, até então alheio ao seu universo lúdico. (CALDAS, 1990, p. 59).

As mudanças sociais originadas das reivindicações populares, presentes na década anterior, refletem no futebol brasileiro. Um dos pontos que aproxima o futebol de tais mudanças é a questão trabalhista, principalmente no processo de profissionalização do esporte. Cabe destacar que a partir da popularização do futebol e sua massificação, as torcidas pressionavam os clubes para a contratação dos melhores jogadores, fato que contribuiu para um mercado de trabalho de jogadores de futebol, em busca de melhores condições, garantias e remuneração a partir de seu trabalho.

Por outro lado, destaca-se que o próprio movimento operário, se opôs inicialmente à prática, conforme destaca Franco Júnior:

> Ao longo da década de 1920, e de outra perspectiva, críticas freqüentes foram deferidas por muitas das lideranças do movimento operário. Classificado como esporte burguês a serviço da dominação de classe e da desarticulação do proletariado, o futebol seria mais um produto da sociedade capitalista a ser combatido. Apesar dessa dura avaliação, sindicatos ligados a anarquistas, socialistas e comunistas chegaram a promover partidas e a organizar times exclusivamente de operários, como forma de inserção cotidiana capaz de aglutinar e mobilizar os trabalhadores. (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 70)

Verifica-se que a difusão do futebol causará efeitos em todos os segmentos sociais, sintetizando os conflitos e tensões presentes na sociedade brasileira, possibilitando, a partir do esporte, uma análise das mudanças e transições presentes na história brasileira.

À medida que a participação popular na política aumentava e as conquistas se concretizavam como a Legislação Trabalhista, os antigos privilégios da aristocracia rural se esfacelavam no Brasil. Segundo Magalhães (2010), a profissionalização não foi um fato isolado, mas acompanhou a política trabalhista do primeiro governo Vargas, onde o presidente ao estimular a profissionalização tinha por objetivo controlar o esporte, aparelhando-o ao Estado, conseguindo apoio dos atletas, isolando as oligarquias e criar a ilusão de uma democracia racial.

Cabe destacar que a profissionalização também foi impulsionada pela globalização das competições, onde os jogadores brasileiros dos clubes ao participar de competições na Argentina e Uruguai com seus clubes, recebiam propostas para atuarem nestes países, uma vez que já havia a profissionalização.

Outro desdobramento da profissionalização do futebol brasileiro foi a intensificação da competitividade entre os clubes, uma vez que a remuneração de atletas, a formalização contratual e a busca por resultados esportivos ampliaram o nível técnico das disputas e conferiram maior regularidade às competições. Este cenário contribuiu para o aumento do interesse popular e para a expansão do público nos estádios,

Nesse contexto, diversos clubes de caráter amador, ao perceberem o crescimento econômico das ligas profissionais, passaram gradativamente a aderir aos campeonatos oficiais, buscando inserção em um campo esportivo cada vez mais estruturado e competitivo.

Dessa forma, a profissionalização não apenas reorganizou as relações de trabalho no futebol, mas também redefiniu a própria configuração institucional da modalidade no país. Conforme afirma Hilário Franco Júnior, "o futebol brasileiro passou de esporte de elite a paixão popular e, depois, a grande negócio" (FRANCO JÚNIOR, 2007), evidenciando transformações sociais, econômicas e culturais que acompanharam o desenvolvimento da modalidade no país. É que veremos nas próximas décadas marcadas: pela mercantilização do esporte, com a entrada de patrocínios esportivos; a cobertura midiática, consolidando-o como um espetáculo das massas; a criação simbólica do "país do futebol", elemento central da identidade nacional – uso político do futebol, como por exemplo a Copa do Mundo de 1970 e; mais recentemente, a partir de 1980 a intensificação da cultura imagética do esporte, através de estratégias de marketing, onde clubes e jogadores viram marcas.

EXERCÍCIOS

1. Explique porque as elites se apropriaram do futebol brasileiro no início do século XX. Quais eram os argumentos para a proibição da prática às classes menos favorecidas?

2. Qual contexto econômico, político e social do Brasil que caracterizam o Brasil quando o futebol foi introduzido no país.

3. Qual o interesse das classes populares na profissionalização do futebol?

4. De que maneira a profissionalização do esporte contribuiu para o seu crescimento no país?

5. O texto dialoga diretamente com questões históricas do trabalho. Pesquise sobre as diferentes leis e reformas trabalhistas que influenciam em seu cotidiano.

---

3) TEXTO 2 - FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

Acerca da trajetória do futebol feminino, este na Europa já era praticado por clubes ingleses, desde o século XIX, porém, devido a setores conservadores daquela sociedade, enfrentou inicial contrariedade. Mas foi na 1ª Guerra Mundial (1914-1918), que as mulheres passaram a se apresentar nos campos de futebol. Magalhães (2010) explica que uma vez que os homens estavam nos campos de batalha, coube a mulher ocupar o seu lugar em diferentes espaços, como força de trabalho nas fábricas e no esporte.

Neste cenário estarrecedor os jogos femininos eram estimulados com a finalidade do entretenimento para a população e, com a extensão do conflito na Europa, foram organizados campeonatos femininos, como na França em 1918. Porém, com o fim do conflito, prevaleceu a visão conservadora acerca do esporte, onde mulheres foram novamente proibidas o praticar.

No Brasil, o futebol inicialmente praticado apenas pela elite urbana, que via a prática do futebol por mulheres como uma aberração. Entretanto, entre as mulheres pobres, o futebol foi se popularizando, assim aumentando o estigma àquelas que participavam dos jogos, associando suas praticantes um baixo nível.

De maneira geral as mulheres eram incentivadas às práticas esportivas uma vez poderiam trazer benefícios às mulheres, como por exemplo auxiliar na gestação e assim contribuir com seu papel social à época, o de gerar filhos fortes à nação. Entretanto o futebol não era uma prática recomendada, devido às questões morais e a corrupção da feminilidade, uma vez que:

> havia a concepção de que o suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, abrandariam os limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. Além disso, poderiam desestabilizar a estruturação de um espaço de sociabilidade criado e mantido sob domínio masculino, cuja justificativa para sua consolidação, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas. (GOELLNER, 2015, p. 144)

Além disto havia o temor da desmoralização das famílias, espetacularização do corpo, principalmente àquelas que compunham a elite, pois mesmo em tempos modernos, em que preconceitos acerca da participação feminina em alguns espaços eram relativizados, no início do século XX a exibição do corpo feminino estava associada a um universo de promiscuidade.

Mesmo com tal contrariedade a prática do futebol por mulheres, a modalidade se fez presente no Brasil. Na primeira metade do século XX à medida que as mulheres conquistavam reconhecimento social, também havia jogadoras praticantes do esporte, que se popularizava no país, conforme afirma Aira Bonfim:

> Mesmo diante das restrições sociais impostas às mulheres na primeira metade do século XX, há registros consistentes da prática do futebol feminino no Brasil, evidenciando que sua presença no esporte antecede em muito as tentativas de regulamentação e proibição estatal. (BONFIM, 2019, p. 52).

No início as partidas de futebol tinham tons elogiosos, destacados inclusive pelos jornais da época, atraindo a curiosidade em relação a prática executada por mulheres. No entanto, à medida que o esporte crescia no Brasil, a contrariedade à modalidade também se tornava presente, justificada por ser considerada incompatível com a "natureza feminina", associada diretamente com o de ser mãe, esposa e gestora do lar. A preocupação com a maternidade, utilizava-se de argumentos médicos, esconde aspectos de uma estrutura patriarcal, onde o que se espera da mulher é ser esposa e mãe, não jogadora de futebol:

> A preocupação com o progresso do nosso país direciona o foco sobre as mulheres no final do século XIX e meados do século XX, a partir da representação biológica do corpo que se associava aos ideais políticos, sociais e patriarcais da estrutura social vigente. Em meio ao pensamento biologicista de reprodução feminina, o exercício físico tinha papel de desenvolver a força física e a saúde, como atributos para a formação de uma mãe robusta e reprodutiva que pudesse produzir gerações mais fortes e saudáveis. (SALVINI; JÚNIOR, 2013, p. 145)

Ao determinar quais práticas são permitidas ou proibidas para as mulheres, extrapolam o aspecto biológico, estabelecendo quais papéis sociais devem ser cumpridos a partir do gênero. Assim, a tentativa de proibir, sustentada pelo discurso reprodutivo, reflete uma mentalidade patriarcal, hierarquizando práticas entre homens e mulheres.

PROIBIÇÃO DO FUTEBOL FEMININO

Durante o Estado Novo, regime autoritário de Getúlio Vargas, foram criadas uma série de leis que pudessem regulamentar diferentes atividades esportivas, a fim de construir a partir do esporte, elementos para a construção do nacionalismo através do disciplinamento dos corpos e o do discurso científico em benefício da Educação Física. Embora houvesse tentativas de legitimar o futebol para as mulheres, em prol da formação de uma nação forte, o conservadorismo e o discurso médico embasaram a teoria da fragilidade do corpo feminino em defesa de sua função materna, delimitando tais práticas poderiam ou não ser praticadas por mulheres.

Nesse contexto e de maneira genérica, o Decreto-Lei 3.199/1941, que instituía o Conselho Nacional de Desportos (CND), refere-se à prática esportiva por mulheres da seguinte maneira:

> **"Art. 54.** Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país."

Entretanto, o artigo não cita de maneira direta o futebol, mas suprimia em formato de lei os debates que o precediam, principalmente acerca da incompatibilidade da natureza feminina a determinadas práticas esportivas. Cabe destacar que foi apenas em 1965, quando a Deliberação nº 7 do Conselho Nacional de Desportos (CND) listou as modalidades proibidas: "*não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e beisebol*".

Mesmo com a legislação proibitiva, o futebol feminino não deixou de ser praticado no Brasil no período que separam as duas leis, no entanto a prática do futebol feminino possuía um caráter de entretenimento e solidariedade em prol de atividades assistenciais, atraindo o público para as partidas, principalmente na democracia populista, inclusive com times femininos sendo organizados por clubes de futebol.

À medida que o esporte se popularizava tornando-se um símbolo nacional, principalmente pelas conquistas das Copas do Mundo de 1958 e 1962, as críticas referentes à prática do esporte por mulheres, tendia a ser maior, tornando a prática um ato transgressor. De acordo com Goellner (2021), para driblar a legislação proibitiva, o termo beneficente foi empregado a fim de descaracterizar o futebol praticado entre mulheres e assim evitar penalizações da CND.

Mesmo com a finalidade beneficente, as partidas eram vistas com desconfiança, frente à situação da época, conforme texto presente na exposição virtual permanente do Museu do Futebol: *Mulheres, desobediência e resiliência*:

> "O problema é o começo. Se deixarmos que se realize esse anunciado jogo entre as vedetas do Rio e de São Paulo, a consequência será que o futebol feminino será fato consumado e nunca mais haverá solução para o problema." José Augusto Cavalcanti, presidente do diretório acadêmico da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, 1959. (MUSEU DO FUTEBOL, 2024).

A consideração apresentada, mostra que mesmo com as mudanças impetradas no século XX em relação às mulheres, há a manutenção de estruturas acerca dos papéis de gênero. Nesse sentido, o exposto ratifica que a proibição da prática do futebol por mulheres, tende a a ser justificada no campo cultural e simbólico, uma vez que ao considerar a prática como um problema, revela aspectos morais em relação ao comportamento pré-definido a um determinado gênero. Assim, o impedimento das mulheres em determinadas práticas esportivas contribui para a representação feminina associada à fragilidade e da superioridade masculina no esporte.

Com a chegada dos militares ao poder, através do golpe de 1964, houve um maior controle acerca de múltiplos espaços da sociedade. Nesse cenário a interdição legal do futebol feminino, em 1965, pode ser compreendida como parte de um dispositivo de regulação social, e que de forma burocrática, busca delimitar quais espaços as mulheres podem ocupar, restringindo sua presença em práticas culturalmente associadas à virilidade e à masculinidade enquanto mulheres que praticavam o esporte seriam masculinizadas, com tendências homossexuais e até mesmo corriam o risco de serem presas e impedidas pela polícia.

No entanto, as conquistas sociais a partir das lutas feministas, tensionam o modelo patriarcal e machista que justificam a presença da legislação proibitiva. Nesse cenário, vozes femininas estavam presentes na tentativa de abolir a medida restritiva da modalidade no Brasil, onde mulheres lutaram pelo direito à prática do esporte.

A PERMISSÃO DO FUTEBOL FEMININO E SEUS REFLEXOS NO ESPORTE (1980-1990)

No ano de 1979 a deliberação nº 10/79 do Conselho Nacional dos Desportos (CND), extinguiu oficialmente a proibição do futebol feminino, sendo sucedido pela deliberação 01/83 que estabeleceu normas para a prática da modalidade. Conforme aponta Goellner (2005), a revogação não representou uma ruptura imediata com discursos de gênero que historicamente marginalizaram a modalidade, mas integra-se a um contexto amplo de transformações políticas e sociais marcado pela presença feminina em diferentes espaços.

Nessa direção Silva (2015), afirma que tais mudanças estão inseridas em um contexto mais amplo da história brasileira, a abertura política, marcada por disputas discursivas entre imprensa, Estado e sociedade civil, momento que o futebol feminino começou a ganhar mais destaque.

Com a regulamentação do futebol feminino e o processo de consolidação no Brasil se deu de maneira restrita e pouco organizada, mesmo assim contava com várias atletas e diferentes equipes espalhadas por todo o país. A modalidade neste contexto contava com disputas de campeonatos regionais, estaduais e nacionais onde se destacava equipe do Esporte Clube Radar, articulada pelo empresário Eurico Lyra Filho, formando sua equipe feminina em 1981.

No início dos anos 1990, devido à falta de patrocínio e o baixo interesse do público na modalidade, as competições estaduais e regionais reduziram drasticamente no país, sendo a última edição do campeonato brasileiro realizada em 1988, retornando apenas em 1995. Tal realidade evidencia a fragilidade institucional e organizacional do futebol feminino brasileiro naquele contexto, marcada pela descontinuidade das competições e pela ausência de investimentos permanentes. Nesse período, a FIFA organizou a primeira edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino, em 1991, onde a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) recrutou as jogadoras do já extinto Radar F.C.. Na competição o Brasil foi eliminado na primeira fase, encerrando sua participação na nona colocação no campeonato.

Posteriormente o Brasil participou das Olimpíadas de 1996, primeira edição dos jogos em que o futebol contou com a modalidade feminina. O Brasil alcançou o quarto lugar, tendo grande repercussão na mídia brasileira. Por outro lado, a visibilidade dada ao esporte mostrou a falta de organização da modalidade no Brasil, como por exemplo a estrutura inadequada da preparação das atletas, os problemas gerenciais e a baixa remuneração.

EXERCÍCIOS

1. Identifique os contextos históricos da política brasileira presentes no texto.

2. Por quais motivos as mulheres foram proibidas de praticar o futebol no Brasil?

3. Quais os contextos que o futebol feminino foi proibido no Brasil? O que há em comum entre eles?

4. A partir da revogação da proibição do futebol feminino, como ele se estruturou no Brasil? Quais eventos internacionais contribuíram para a visibilidade do esporte?

4) TEXTO 3 - A REVISTA *PLACAR*

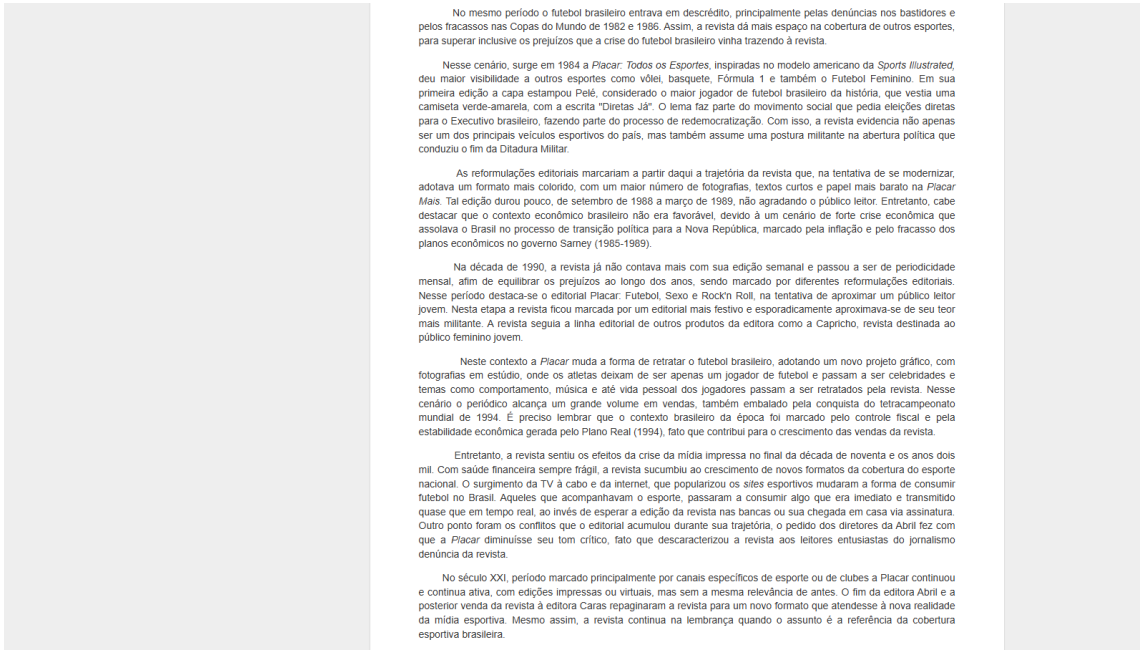
Um dos principais periódicos esportivos do país, a revista *Placar* foi idealizada com o objetivo de modernizar a cobertura do futebol brasileiro e, ao longo das últimas três décadas do século XX, tornou-se referência quando o assunto era o principal esporte brasileiro. Sua trajetória é marcada para além da cobertura esportiva, mas também por mudanças editoriais e por relacionar outros temas com o mundo do futebol.

Surgida na década de 1970, a revista idealizada por Victor Civita, dono da editora Abril, é criada em um contexto que o futebol já era consolidado como o grande esporte nacional e que já contava com uma significativa cobertura da mídia esportiva. Considera-se que seu nascimento está ligado a criação da Loteria Esportiva e a Copa do Mundo de 1970, que seria realizada no México.

De certa forma a *Placar* já nasce de certa forma politizada, trazendo em suas páginas personagens do futebol e matérias consideradas polêmicas à época. Em sua segunda edição, a revista trouxe uma reportagem de João Saldanha, ex-técnico da seleção brasileira, afastado pelo regime militar brasileiro. Neste contexto o órgão que regulamentava o futebol brasileiro era a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), ligado diretamente às estruturas do regime. Ao dar voz a um personagem que era declaradamente opositor do governo e ligado ao Partido Comunista Brasileiro, extinto à época, a revista mostra que não iria esconder os problemas do futebol brasileiro ou mudar a realidade apenas para se estabelecer.

De fato a *Placar* nunca foi censurada, mesmo no contexto ditatorial brasileiro que havia limitações para a atuação da imprensa. Por outro lado na primeira década é evidente que a revista evitou confrontos diretos com o poder político da época e por muitas vezes se alinhou ao discurso nacionalista ao regime, contribuindo diretamente para a associação do sucesso da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970, às ideias de progresso e unidade nacional.

Mais adiante, ao final da década de setenta até os anos iniciais da década de noventa a revista viveu seu maior período de prestígio editorial. Com reportagens de grande impacto, principalmente denunciando casos de corrupção nos bastidores do esporte brasileiro. Um dos maiores escândalos da década de oitenta foi a chamada "Máfia da Loteria Esportiva", onde a revista narrou em suas páginas um dos maiores escândalos envolvendo árbitros, dirigentes, técnicos e jogadores. Ironicamente, se por um lado a revista prestou serviço aos torcedores, por outro denunciava aquilo que motivou a sua criação, a Loteria Esportiva.



No mesmo período o futebol brasileiro entrava em descrédito, principalmente pelas denúncias nos bastidores e pelos fracassos nas Copas do Mundo de 1982 e 1986. Assim, a revista dá mais espaço na cobertura de outros esportes, para superar inclusive os prejuízos que a crise do futebol brasileiro vinha trazendo à revista.

Nesse cenário, surge em 1984 a *Placar: Todos os Esportes*, inspiradas no modelo americano da *Sports Illustrated*, deu maior visibilidade a outros esportes como vôlei, basquete, Fórmula 1 e também o Futebol Feminino. Em sua primeira edição a capa estampou Pelé, considerado o maior jogador de futebol brasileiro da história, que vestia uma camiseta verde-amarela, com a escrita "Diretas Já". O lema faz parte do movimento social que pedia eleições diretas para o Executivo brasileiro, fazendo parte do processo de redemocratização. Com isso, a revista evidencia não apenas ser um dos principais veículos esportivos do país, mas também assume uma postura militante na abertura política que conduziu o fim da Ditadura Militar.

As reformulações editoriais marcariam a partir daqui a trajetória da revista que, na tentativa de se modernizar, adotava um formato mais colorido, com um maior número de fotografias, textos curtos e papel mais barato na *Placar Mais*. Tal edição durou pouco, de setembro de 1988 a março de 1989, não agradando o público leitor. Entretanto, cabe destacar que o contexto econômico brasileiro não era favorável, devido à um cenário de forte crise econômica que assolava o Brasil no processo de transição política para a Nova República, marcado pela inflação e pelo fracasso dos planos econômicos no governo Sarney (1985-1989).

Na década de 1990, a revista já não contava mais com sua edição semanal e passou a ser de periodicidade mensal, afim de equilibrar os prejuízos ao longo dos anos, sendo marcado por diferentes reformulações editoriais. Nesse período destaca-se o editorial Placar: Futebol, Sexo e Rock'n Roll, na tentativa de aproximar um público leitor jovem. Nesta etapa a revista ficou marcada por um editorial mais festivo e esporadicamente aproximava-se de seu teor mais militante. A revista seguia a linha editorial de outros produtos da editora como a Capricho, revista destinada ao público feminino jovem.

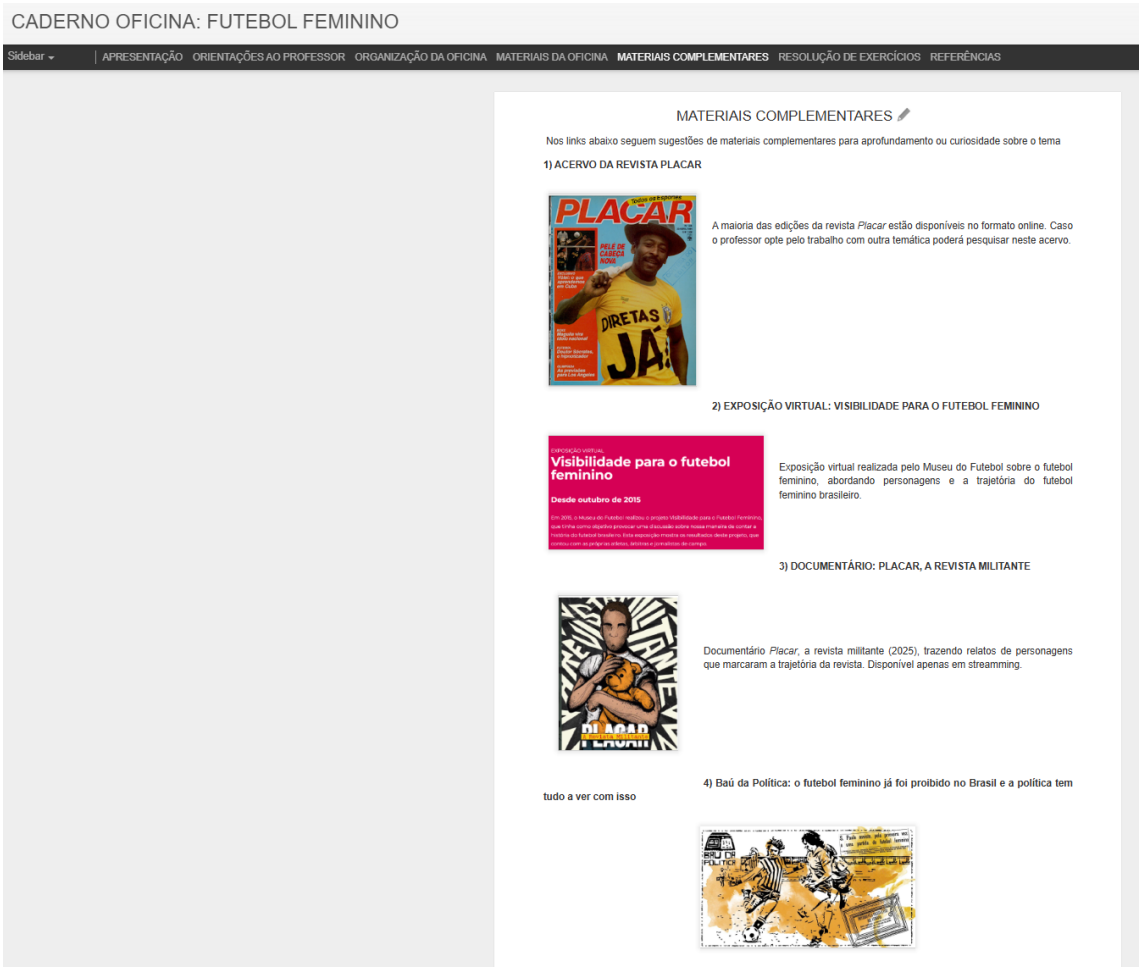
Neste contexto a *Placar* muda a forma de retratar o futebol brasileiro, adotando um novo projeto gráfico, com fotografias em estúdio, onde os atletas deixam de ser apenas um jogador de futebol e passam a ser celebridades e temas como comportamento, música e até vida pessoal dos jogadores passam a ser retratados pela revista. Nesse cenário o periódico alcança um grande volume em vendas, também embalado pela conquista do tetracampeonato mundial de 1994. É preciso lembrar que o contexto brasileiro da época foi marcado pelo controle fiscal e pela estabilidade econômica gerada pelo Plano Real (1994), fato que contribui para o crescimento das vendas da revista.

Entretanto, a revista sentiu os efeitos da crise da mídia impressa no final da década de noventa e os anos dois mil. Com saúde financeira sempre frágil, a revista sucumbiu ao crescimento de novos formatos da cobertura do esporte nacional. O surgimento da TV à cabo e da internet, que popularizou os *sites* esportivos mudaram a forma de consumir futebol no Brasil. Aqueles que acompanhavam o esporte, passaram a consumir algo que era imediato e transmitido quase que em tempo real, ao invés de esperar a edição da revista nas bancas ou sua chegada em casa via assinatura. Outro ponto foram os conflitos que o editorial acumulou durante sua trajetória, o pedido dos diretores da Abril fez com que a *Placar* diminuísse seu tom crítico, fato que descaracterizou a revista aos leitores entusiastas do jornalismo denúncia da revista.

No século XXI, período marcado principalmente por canais específicos de esporte ou de clubes a Placar continuou e continua ativa, com edições impressas ou virtuais, mas sem a mesma relevância de antes. O fim da editora Abril e a posterior venda da revista à editora Caras repaginaram a revista para um novo formato que atendesse à nova realidade da mídia esportiva. Mesmo assim, a revista continua na lembrança quando o assunto é a referência da cobertura esportiva brasileira.

Fonte: Elaborada pelo autor (2026). Acesso em: https://oficinafutebolfeminino.blogspot.com/p/futebol-feminino.html. Acesso em 24 de jul. 2026.

APÊNDICE E – MATERIAIS COMPLEMENTARES



Fonte: Elaborada pelo autor (2026). Disponível em https://oficinafutebolfeminino.blogspot.com/p/materiais-complementares.html. Acesso em 24 de jul. 2026.

APÊNDICE F – RESOLUÇÃO DOS EXERCÍCIOS

CADERNO OFICINA: FUTEBOL FEMININO

Sidebar | APRESENTAÇÃO ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR ORGANIZAÇÃO DA OFICINA MATERIAIS DA OFICINA MATERIAIS COMPLEMENTARES **RESOLUÇÃO DE EXERCÍCIOS** REFERÊNCIAS

RESOLUÇÃO DE EXERCÍCIOS



FUTEBOL BRASILEIRO

1. Identifique os contextos históricos da política brasileira presentes no texto.

*O texto apresenta diferentes momentos da história política brasileira. O primeiro é o **Estado Novo (1937-1945)**, durante o governo de Getúlio Vargas, quando o Estado buscou controlar o esporte como instrumento de nacionalismo e disciplinamento social. Nesse período foi criado o **Decreto-Lei nº 3.199/1941**, que permitia restringir a prática de esportes considerados incompatíveis com a natureza feminina. O segundo contexto é a **Ditadura Militar (1964-1985)**, quando a **Deliberação nº 7/1965** proibiu oficialmente a prática do futebol feminino. Por fim, o texto aborda o período da **abertura política**, no final da década de 1970, quando a **Deliberação nº 10/1979** revogou a proibição, permitindo novamente a prática da modalidade.*

2. Por quais motivos as mulheres foram proibidas de praticar o futebol no Brasil?

Os principais argumentos eram de caráter médico, moral e social. Defendia-se que o futebol poderia comprometer a saúde reprodutiva das mulheres, prejudicar sua função materna e torná-las menos femininas. Além disso, acreditava-se que a prática ameaçava os valores familiares e rompia com os padrões de comportamento esperados para as mulheres.

3. Quais os contextos que o futebol feminino foi proibido no Brasil? O que há em comum entre eles?

*O futebol feminino foi proibido durante o **Estado Novo**, por meio do Decreto-Lei nº 3.199/1941, que restringia esportes considerados incompatíveis com a natureza feminina, e durante a **Ditadura Militar**, quando a Deliberação nº 7/1965 proibiu explicitamente a prática do futebol por mulheres.*

*Os dois períodos têm em comum o fato de serem **regimes autoritários**, marcados pela forte intervenção do Estado na sociedade. Em ambos, prevaleceram discursos conservadores, patriarcais e médicos que defendiam a ideia de que o futebol ameaçava a feminilidade, a maternidade e os papéis sociais atribuídos às mulheres.*

4. A partir da revogação da proibição do futebol feminino, como ele se estruturou no Brasil? Quais eventos internacionais contribuíram para a visibilidade do esporte?

*Após a revogação da proibição, em 1979, o futebol feminino passou a ser regulamentado e começaram a surgir equipes e competições regionais, estaduais e nacionais. Apesar disso, a modalidade ainda enfrentava dificuldades, como falta de investimentos, patrocínio, organização e apoio institucional. Um dos clubes de maior destaque foi o **Esporte Clube Radar**, que reuniu diversas atletas da Seleção Brasileira.*

*Os principais eventos internacionais que deram maior visibilidade ao futebol feminino foram a **primeira Copa do Mundo Feminina da FIFA, realizada em 1991**, e os **Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996**, primeira edição com o futebol feminino. A participação da Seleção Brasileira nessas competições aumentou a divulgação da modalidade, embora também evidenciasse a precariedade da estrutura oferecida às atletas.*

também evidenciasse a precariedade da estrutura oferecida às atletas.

FUTEBOL FEMININO

1. Explique porque as elites se apropriaram do futebol brasileiro no início do século XX. Quais eram os argumentos para a proibição da prática às classes menos favorecidas?

As elites apropriaram-se do futebol porque o consideravam um símbolo da cultura europeia, da civilização e da modernidade. O esporte era utilizado como forma de distinção social, sendo praticado apenas por pessoas pertencentes às camadas mais ricas da sociedade. A exclusão das classes populares e dos negros ocorria por meio da exigência de vínculo aos clubes.

2. Qual contexto econômico, político e social do Brasil que caracterizam o Brasil quando o futebol foi introduzido no país.

O futebol chegou ao Brasil durante a Primeira República (1889-1930), período marcado pela economia cafeeira, especialmente em São Paulo, principal centro econômico do país. O crescimento urbano, a industrialização, a imigração europeia e a formação da classe operária transformavam a sociedade brasileira. Politicamente predominava o poder das oligarquias estaduais, enquanto socialmente persistiam profundas desigualdades e o racismo, mesmo após a abolição da escravidão em 1888.

3. Qual o interesse das classes populares na profissionalização do futebol?

As classes populares defendiam a profissionalização porque ela permitiria que jogadores recebessem salários, transformando o futebol em profissão. Isso possibilitaria melhores condições de vida, estabilidade financeira e ascensão social para trabalhadores, negros e imigrantes que encontravam no esporte uma oportunidade de trabalho e reconhecimento.

4. De que maneira a profissionalização do esporte contribuiu para o seu crescimento no país?

A profissionalização fortaleceu o futebol ao garantir contratos, remuneração e maior dedicação dos atletas. Isso elevou o nível técnico das competições, aumentou o interesse do público, fortaleceu financeiramente os clubes e ampliou a cobertura da imprensa. Além disso, favoreceu a criação de um mercado esportivo, consolidando o futebol como espetáculo nacional e elemento importante da identidade brasileira.

5. O texto dialoga diretamente com questões históricas do trabalho. Pesquise sobre as diferentes leis e reformas trabalhistas que influenciam em seu cotidiano.

Resposta sugerida:

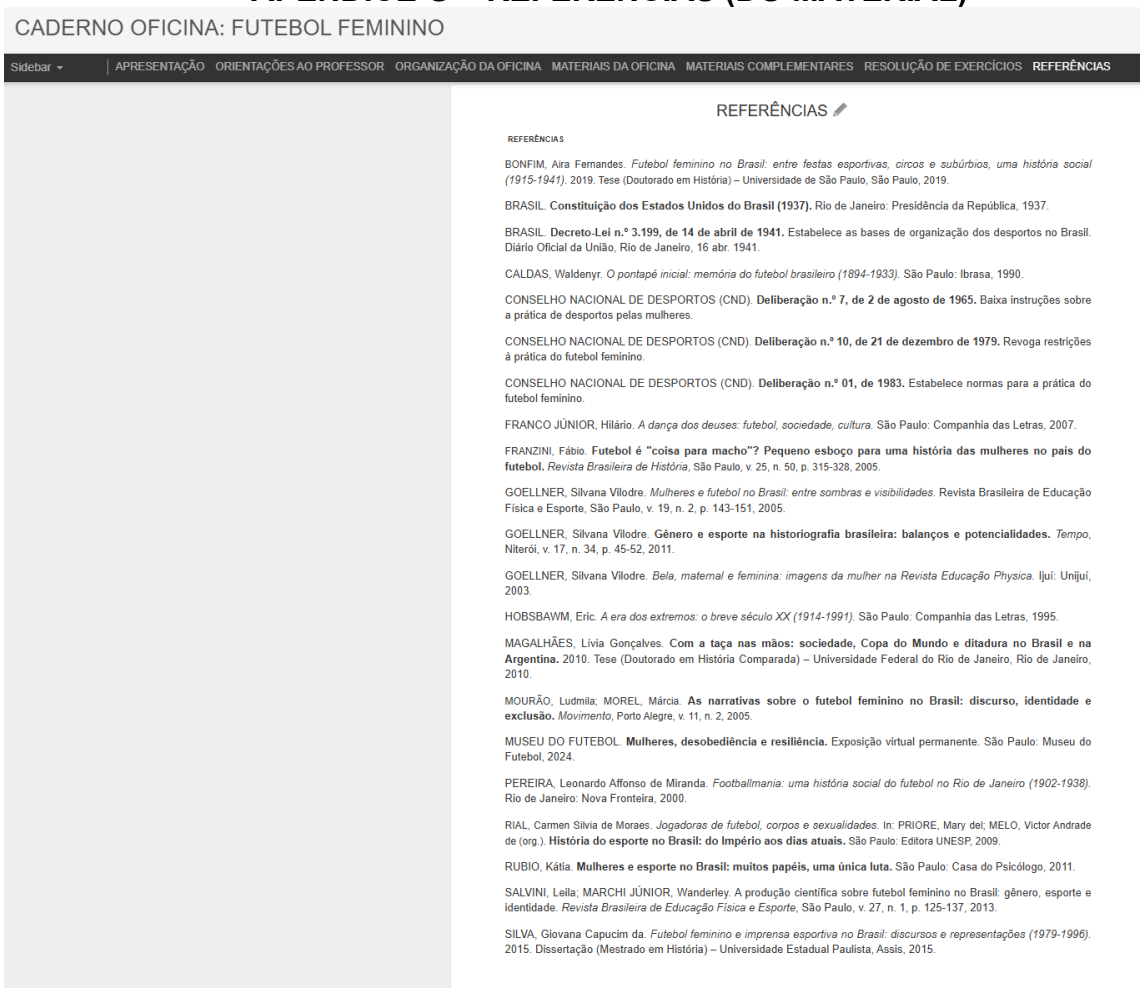
Diversas leis trabalhistas influenciam a vida dos trabalhadores brasileiros. Entre as principais destacam-se:

- ***Decreto nº 21.175/1932** – regulamentou a jornada de trabalho em diversos setores.*
- ***Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei nº 5.452/1943**, que reuniu os principais direitos trabalhistas, como férias remuneradas, carteira de trabalho, descanso semanal e proteção ao trabalhador.*
- ***Constituição Federal de 1988**, que ampliou direitos sociais, como licença-maternidade, seguro-desemprego e FGTS.*
- ***Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista)**, que alterou diversos dispositivos da CLT, ampliando possibilidades de negociação entre empregadores e empregados, regulamentando o trabalho intermitente e modificando regras sobre jornada e férias.*

Essas normas influenciam diretamente direitos, deveres e relações de trabalho existentes atualmente.

Fonte: Elaborada pelo autor (2026). Disponível em https://oficinafutebolfeminino.blogspot.com/p/resolucao-de-exercicios.html. Acesso em 24 de jul. 2026.

APÊNDICE G – REFERÊNCIAS (DO MATERIAL)



CADERNO OFICINA: FUTEBOL FEMININO

Sidebar | APRESENTAÇÃO ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR ORGANIZAÇÃO DA OFICINA MATERIAIS DA OFICINA MATERIAIS COMPLEMENTARES RESOLUÇÃO DE EXERCÍCIOS REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

BONFIM, Aira Fernandes. *Futebol feminino no Brasil: entre festas esportivas, circos e subúrbios, uma história social (1915-1941)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937).** Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941.** Estabelece as bases de organização dos desportos no Brasil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 16 abr. 1941.

CALDAS, Waldenyr. *O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro (1894-1933)*. São Paulo: Ibrasa, 1990.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS (CND). **Deliberação n.º 7, de 2 de agosto de 1965.** Baixa instruções sobre a prática de desportos pelas mulheres.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS (CND). **Deliberação n.º 10, de 21 de dezembro de 1979.** Revoga restrições à prática do futebol feminino.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS (CND). **Deliberação n.º 01, de 1983.** Estabelece normas para a prática do futebol feminino.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, Fábio. **Futebol é "coisa para macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol.** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades*. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades.** *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 34, p. 45-52, 2011.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Ijuí: Unijuí, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. **Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina.** 2010. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Márcia. **As narrativas sobre o futebol feminino no Brasil: discurso, identidade e exclusão.** *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2005.

MUSEU DO FUTEBOL. **Mulheres, desobediência e resiliência.** Exposição virtual permanente. São Paulo: Museu do Futebol, 2024.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RIAL, Carmen Silvia de Moraes. *Jogadoras de futebol, corpos e sexualidades*. In: PRIORE, Mary del; MELO, Victor Andrade de (org.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RUBIO, Kátia. **Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis, uma única luta.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

SALVINI, Leila; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. A produção científica sobre futebol feminino no Brasil: gênero, esporte e identidade. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 125-137, 2013.

SILVA, Giovana Capucim da. *Futebol feminino e imprensa esportiva no Brasil: discursos e representações (1979-1996)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

Fonte: Elaborada pelo autor (2026). Disponível em: https://oficinafutebolfeminino.blogspot.com/p/referencias.html. Acesso em 24 de jul. 2026.